



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Eric Duarte Ferreira

**A *PARRÊSIA* EM FOUCAULT E A EXIGÊNCIA DA VERDADE
NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA DEMIURGIA DE SI NA
FALA DO PRESIDENTE LULA DURANTE O *MENSALÃO***

Florianópolis
2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Eric Duarte Ferreira

**A *PARRÊSIA* EM FOUCAULT E A EXIGÊNCIA DA VERDADE
NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA DEMIURGIA DE SI NA
FALA DO PRESIDENTE LULA DURANTE O *MENSALÃO***

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Souza.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

F383p Ferreira, Eric Duarte

A parrêsia em Foucault e a exigência da verdade na democracia [tese] : uma análise da demiurgia de si na fala do presidente Lula durante o mensalão/Eric Duarte Ferreira; orientador, Pedro de Souza. - Florianópolis, SC, 2011.

201 p.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Foucault, Michel, 1926-1984 - Crítica e interpretação. 2. Silva, Luis Inácio Lula da, 1945-. 3. Linguística. 4. Presidentes - Brasil. 5. Retórica. 6. Brasil - Política e governo. I. Souza, Pedro de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

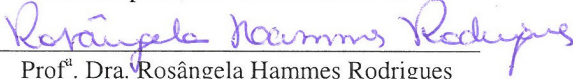
CDU 801

Eric Duarte Ferreira

**A PARRÊSIA EM FOUCAULT E A EXIGÊNCIA DA VERDADE
NA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA DEMIURGIA DE SI NA
FALA DO PRESIDENTE LULA DURANTE O MENSALÃO**

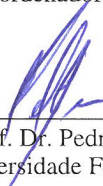
Esta Tese foi julgada adequada para a obtenção do título de DOUTOR EM LINGUÍSTICA e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2 de setembro de 2011.



Prof^ª. Dra. Rosângela Hammes Rodrigues
Coordenadora do Curso

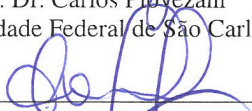
Banca Examinadora:



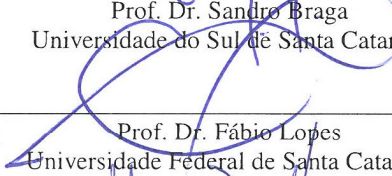
Prof. Dr. Pedro de Souza
Orientador (Universidade Federal de Santa Catarina)



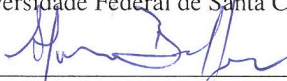
Prof. Dr. Carlos Piovezani
Universidade Federal de São Carlos



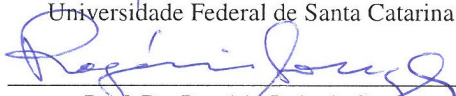
Prof. Dr. Sandro Braga
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Dr. Fábio Lopes
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Marcos Antônio Rocha Baltar
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Para Morgana, por nossas vidas e
pelo amor que me é tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Pedro de Souza, pela orientação e pelas aulas no PPGLg e no PPGL – elas sempre foram um norte para minha pesquisa. Obrigado também pela amizade desde o mestrado.

Aos professores membros das bancas examinadoras da qualificação e da defesa final, pelas leituras críticas e contribuições.

Aos professores do PPGLg, em especial a Fábio Lopes da Silva e a Felício Margotti, pelas aulas que enriqueceram minha formação.

À CAPES e ao povo brasileiro, pelo auxílio financeiro recebido em parte do curso.

Às professoras Zilma e Diva, do DLLV/UFSC, pelo apoio durante o período em que atuei como professor substituto.

A Morgana, pelo amor que me faz ser melhor, pela companhia segura e motivadora. Por dividir comigo vida e sonhos.

Ao grande amigo Jaçanã, comparsa de expedições em *Floripanópolis* e explorador do que está acontecendo. Valeu pela parceria!

Aos queridos amigos Letícia, Débora, Márcia e Marcos, pelas conversas alegres e descontraídas na ilha.

A minha família, fonte de amor e compreensão.

A Deus, exterior incomensurável que é ao mesmo tempo interior e força motriz.

[...] como pensador comprometido com uma atualidade política, [...] Foucault que encontra em Sócrates um irmão longínquo, convicto, como ele, de que há algo de mais essencial que qualquer verdade: a exigência da verdade.

Frédéric Gros

L'articulation entre les modes de vérité, les techniques de gouvernementalité et les pratiques de soi, c'est au fond ce que j'ai toujours essayé de faire.

Michel Foucault

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender a maneira com a qual o presidente Lula faz a experiência demiúrgica de si, enquanto sujeito político, frente à demanda pela verdade dele mesmo, durante a crise política que se iniciou após as denúncias de compra de votos no Congresso, em maio de 2005, episódio que ficou conhecido como escândalo do *mensalão*. O *corpus* discursivo é composto por sete entrevistas e cinco pronunciamentos concedidos pelo presidente Lula durante o período do escândalo, cuja especificidade material/discursiva é a presença de uma problematização da figura pública de Lula presidente. No primeiro capítulo, apresentamos o detalhamento da proposta de pesquisa, as reflexões metodológicas, a maneira de composição do corpus e alguns fragmentos da cronologia do desenvolvimento do escândalo do *mensalão*. O segundo capítulo busca delimitar teórica e analiticamente o alcance de nosso estudo, a partir do quadro geral das análises de Foucault, presentes no Curso “O governo de si e dos outros” (1982-1983), sobre a problematização da prática da *parrêsia* política na democracia helênica. A partir dessa retomada teórica, formulamos nossas hipóteses: primeiro, acreditamos que é dirigida ao presidente uma demanda por um dizer verdadeiro próximo ao da enunciação *parresiástica*; assumimos como segunda hipótese que o espaço discursivo que se abre para a constituição do sujeito político governante se dá a partir da impossibilidade de imbricar a prática de algo próximo à *parrêsia* ao seu modo de governar a si e aos outros; em terceiro lugar, acreditamos que aquele que fala na fala do presidente Lula, ao se constituir nesse espaço da impossibilidade da *parrêsia*, o faria mediante a enunciação de aproximações do verdadeiro, ou de meias-verdades (*demi-vérité*), que o afastariam do compromisso ético para com seu próprio dizer. No terceiro capítulo, analisamos os discursos que se delinearão a respeito do suposto envolvimento do presidente no *mensalão*, a fim de elucidarmos o modo particular de problematização da figura do presidente da república, presente nas falas dos entrevistadores de Lula. O quarto capítulo analisa as respostas de Lula aos questionamentos que lhe são dirigidos sob a forma de *inquirição* e de *exame*, nas cenas agonísticas da entrevista midiática. No quinto capítulo, analisamos os pronunciamentos do presidente durante o auge do episódio do *mensalão*, especialmente o do “pedido de desculpas” à nação. O quarto e o quinto capítulos colocam em pauta a investigação das relações que são construídas nos dizeres de Lula – a relação a si

mesmo e aos outros –, sob o ponto de vista da concretização (ou não) de uma ética da verdade dessas relações. As conclusões do trabalho apontam para a confirmação de nossas hipóteses: embora encontremos na contingência histórico-discursiva do escândalo do *mensalão* a exigência de algo próximo ao dizer verdadeiro *parresiástico* (exigência dirigida àquele para o qual há uma concentração de poderes em função da estruturação institucional de nosso presidencialismo), a *parrêsia*, enquanto prática demiúrgica da constituição de si sob um regime ético de subjetivação, aparece no discurso estudado como o impossível da arte de governar.

Palavras-chave: *Mensalão*. Presidente. Lula. *Parrêsia*. Sujeito. Foucault.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de comprendre la manière dont le président Lula fait l'expérience démiurgique de soi-même comme un sujet politique, avant la demande de la vérité de lui-même, pendant la crise politique qui a commencé après des allégations d'achat de vote au Congrès en mai 2005 et qui a été nommé de scandale du «mensalão». Le *corpus* discursif est composé de sept entretiens et cinq discours prononcés par le président Lula pendant le scandale, dont la spécificité matérielle/discursif est la présence d'une problematization de la figure publique du Président Lula. Dans le premier chapitre, nous présentons les détails de la recherche proposée, les réflexions méthodologiques, la manière de la composition du corpus et une chronologie du développement du «mensalão». Le deuxième chapitre cherche à délimiter le champ théorique et analytique de notre étude, à partir du cadre général d'analyse de Foucault, dans le cours «Le gouvernement de soi et des autres» (1982-1983), sur le questionnement de la pratique de la *parrêsia* politique dans la démocratie hellénique. De cette reprise théorique, nous formulons nos hypothèses: d'abord, nous croyons que le Président est exigé de parler d'une façon similaire à le dire vrai parresiasique; la deuxième hypothèse est le fait que l'espace discursif qui s'ouvre pour la constitution du dirigeant politique est donné par l'incapacité de pratiquer quelque chose proche de la *parrêsia* dans leur façon de gouverner lui-même et les autres; comme troisième hypothèse, nous croyons que celui qui parle dans les mots du président Lula a sa constitution à partir de cet espace d'impossibilité de la *parrêsia* qui l'amène à parler d'approximations de la vraie, ou des *demi-vérités*, ce qui l'aliène de l'engagement éthique à son propre dire. Dans le troisième chapitre, nous analysons les discours qui ont été décrits sur la participation présumée du président dans l'épisode de la corruption afin d'élucider la façon particulière dont les enquêteurs de Lula problématisent sa figure comme président de la république. Le quatrième chapitre analyse les réponses de Lula aux questions qui lui sont soumises dans le formulaire d'enquête et d'examen, dans les scènes agonistiques des entrevues médiatiques. Dans le cinquième chapitre, nous examinons les déclarations du président, dans le sommet de l'épisode du «mensalão», en particulier les discours des «excuses» à la nation. Les quatrième et cinquième chapitres traitent de l'enquête sur les relations qui sont construites dans les mots de Lula - la relation à soi-même et aux autres - du point de vue de la réalisation (ou non) d'une

véritable éthique de ces relations. Les conclusions de cette étude indiquent la confirmation de nos hypothèses: bien que nous trouvions dans la contingence historique et discursive du scandale du «mensalão» l'exigence de dire quelque chose proche du dire vrai parrésiasique – l'exigence de celui dans lequel les pouvoirs sont concentrés, en fonction de la structure institutionnelle de notre présidentielle –, la *parrêsia*, comme une pratique démiurgique de la constitution de soi-même sous un régime de subjectivité éthique, apparaît dans le discours étudié comme l'impossible de l'art de gouverner.

Mots-clés: *Mensalão*. Président. Lula. *Parrêsia*. Sujet. Foucault

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Início da denúncia de <i>mensalão</i> no Congresso	45
Figura 2: Emblema da problematização da figura do presidente	49
Figura 3: Exemplo da repercussão do pronunciamento de Lula sobre a crise	55
Figura 4: Retângulo da <i>parrêsia</i>	72
Figura 5: Esquema da demanda pela verdade de Lula – entrevista n.º. 4.....	93
Figura 6: Motivos da crença no erro de Lula – entrevistas n.º. 2 e n.º. 4. ...	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
I - CONDIÇÕES DA ANÁLISE	30
CAPÍTULO 1 - DIRETRIZES DA PESQUISA	31
1.1 OBJETIVO	31
1.2 REFLEXÕES METODOLÓGICAS	32
<i>Dramática do discurso verdadeiro</i>	35
1.3 COMPOSIÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO	38
1.4 FRAGMENTOS DE UMA CRONOLOGIA DO ESCÂNDALO DO MENSALÃO	42
1.4.1 <i>Prólogo do escândalo: maio de 2005</i>	43
1.4.2 <i>Junho: estoura o mensalão</i>	44
1.4.3 <i>Julho</i>	48
1.4.4 <i>Agosto</i>	52
1.4.5 <i>Setembro</i>	56
1.4.6 <i>Outubro e novembro</i>	58
1.4.7 <i>Dezembro</i>	59
1.4.8 <i>O ano de 2006</i>	60
CAPÍTULO 2 - DELIMITAÇÕES TEÓRICAS E HIPÓTESES ...	65
2.1 OS ESTUDOS DA PARRÊSIA EM MICHEL FOUCAULT	65
2.2 O MOMENTO POLÍTICO DA PARRÊSIA	68
<i>Os três discursos de Péricles</i>	70
2.3 PARRÊSIA, ÊTHOS E RETÓRICA	74
2.4 A CRISE DA PARRÊSIA NA DEMOCRACIA ANTIGA ..	76
2.5 A QUESTÃO DE SE SABER QUEM É LULA	79
2.6 A DEMOCRACIA PODE SUPOORTAR A VERDADE?	81

**II - ANÁLISE DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
PRESIDENTE..... 89**

CAPÍTULO 3 - A EXIGÊNCIA DA VERDADE..... 90

- 3.1 SABIA OU NÃO SABIA?..... 91
- 3.2 INQUIRÇÃO, EXAME..... 95
- 3.3 SABER-PODER..... 100
- 3.4 CULPA, CONFISSÃO 108
- 3.5 RISCO E *PARRÉSIA*..... 113
- 3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 119

CAPÍTULO 4 - A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS..... 124

- 4.1 “VOCÊ” E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO 125
- 4.2 O ERRO E O OUTRO: O PT 134
- 4.3 O DISCURSO DA ESPERA E A RELAÇÃO ENTRE O
SUJEITO E SUA FALA 143
- 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 161

CAPÍTULO 5 - A ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS..... 164

- 5.1 O *ÊTHOS* DE GOVERNANTE SINGULAR 164
- 5.2 O PEDIDO DE DESCULPAS 174
- 5.3 “NÓS TEMOS QUE PEDIR DESCULPAS”:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DE MEIAS-VERDADES
APOLÍNEAS..... 182

CONCLUSÃO..... 185

REFERÊNCIAS..... 191

INTRODUÇÃO

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Lula, no dia de sua posse, em 2003.

Em 14 de maio de 2005, a *Veja*, revista semanal brasileira de grande circulação, divulgou uma gravação clandestina na qual Maurício Marinho, Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, recebia três mil reais de propina para favorecer uma empresa que supostamente participaria de um processo de licitação para compra de equipamentos de informática¹. Recontando assim, parece ser apenas mais um caso isolado de divulgação de atos corruptos acerca de licitações de estatais, mas a gravação revela também afirmações de Marinho a respeito do envolvimento, nesse esquema, do então deputado Roberto Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – partido aliado do governo. O deputado seria, na versão de Marinho, um dos responsáveis pelo esquema fraudulento de licitações. A citação comprometedoras do nome de Jefferson na gravação provocaria, posteriormente, declarações “bombásticas” do deputado².

Três semanas após a divulgação das gravações com Marinho, Roberto Jefferson afirmou, em entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, que Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) na época, pagava mensalmente uma quantia de trinta mil reais a deputados do Congresso Nacional, para que eles votassem de acordo com os comandos do bloco governista. As declarações de Jefferson sobre essa suposta prática corrupta no Congresso, à qual ele se referiu usando o neologismo *mensalão*, foram o estopim de uma série de

¹ A gravação que mostra os atos corruptos de Maurício Marinho foi publicada em 14 de maio de 2005, pela revista *Veja*, na edição 1905, com data de 18 de maio e mais de 1 milhão de exemplares. Dois empresários gravaram clandestinamente a conversa com Marinho e forneceram o material para a revista, que o publicou sob o título “O homem-chave do PTB”.

² A alusão aqui é à forma com a qual a revista *Veja*, na edição 1907, de 1º de junho de 2005, qualificou Roberto Jefferson de “o homem-bomba”.

acontecimentos que se desdobraram e se interligaram formando o que muitos veículos midiáticos chamaram de *escândalo do mensalão*³.

A exemplo de diversos outros escândalos políticos, o *mensalão* foi marcado pela revelação e publicização de supostas transgressões de certos valores, normas ou códigos morais prescritos dentro de determinado contexto político-social. Durante um ano e meio, aproximadamente, num período que se estende de maio de 2005 a outubro de 2006, quando ocorreram as eleições presidenciais, os principais jornais e revistas do país colocaram (legitimamente ou não) o partido do presidente da república no centro do escândalo. Isso porque a (suposta) transgressão em questão era a de que o PT havia organizado uma rede de corrupção na qual propinas e quantias de dinheiro dos cofres públicos foram repassadas a parlamentares federais com o intuito de que os projetos sugeridos pelo governo fossem aprovados na Câmara dos Deputados.

No início do episódio do *mensalão*, havia a acusação da presença de uma prática oculta e condenável de apropriação indevida de dinheiro público e quebra de decoro, crida como existente por quem fez a denúncia, o Deputado Roberto Jefferson, e colocada formalmente sob investigação por meio de duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPI's), a dos Correios e a da Compra de Votos (CPI do *Mensalão*). Em seu depoimento na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, no dia 14 de junho de 2005, além de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, Roberto Jefferson acusou também os petistas José Dirceu, Ministro da Casa Civil e um dos fundadores do partido, José Genuíno, presidente do PT, Sílvio Pereira, secretário-geral do PT, e Marcelo Sereno, secretário de comunicação do partido (ISTOÉ, 2009). Com isso, os supostos desvios éticos do governo federal e da administração petista estavam sob a atenção não só das CPI's, mas de todos os brasileiros que deles tinham tomado conhecimento, principalmente através da mídia.

Escândalos envolvendo a compra de votos no Senado não é novidade na história política recente do Brasil. No governo anterior ao de Lula também houve denúncias de compra de votos. Lembremo-nos do caso da votação da Emenda Constitucional, em 1997, durante o

³ Denúncias de propina a deputados no Congresso Nacional já tinham aparecido anteriormente na mídia, a exemplo da edição de 22 de setembro de 2004 da revista *Veja* ("O escândalo da compra do PTB pelo PT") e da edição de 24 de setembro de 2004 do diário carioca *Jornal do Brasil* ("Miro denuncia propina no Congresso"/"Planalto paga mesada a deputados"). Entretanto, somente após as declarações de Jefferson, um ano depois, que as denúncias se tornaram um grande escândalo e trouxeram consequências marcantes para o governo federal.

primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que autorizou o presidente, os governadores e os prefeitos a disputarem a reeleição. Na época, o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria revelando o conteúdo de uma gravação clandestina na qual os deputados acreanos Ronivon Santiago e João Maia, ambos do extinto PFL, confessaram ter recebido 200 mil reais para votar a favor da Emenda (FOLHA, 2010a). Conforme as denúncias que foram feitas, o esquema era fechado diretamente com o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, amigo e principal articulador político do presidente Fernando Henrique. Os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Acre, Orleir Cameli, foram acusados de efetuarem os pagamentos (VEJA, 2010a)⁴.

Embora os escândalos de compra de voto a favor do governo não sejam novidade, não seria exagero dizer que, desde o processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, nenhuma outra crise política da democracia brasileira ocupou tanto espaço na imprensa e foi tão comentada pela população quanto a crise do *mensalão*. A despeito da importância política da confirmação (ou não) do suborno de parlamentares no Congresso, a suposta participação ou ciência do presidente Luis Inácio Lula da Silva (doravante Lula) desses atos ilícitos tornou-se uma das questões centrais do escândalo. Podemos supor que foi exatamente por ter envolvido a figura de Lula que o *mensalão* tomou uma grande dimensão.

No depoimento para a Comissão de Ética da Câmara, Roberto Jefferson afirmou que o presidente não sabia do suborno de parlamentares e que, quando contou a Lula, a reação do presidente foi a de quem se sentia traído: “a reação do presidente foi a de facada nas costas. Eu contei e as lágrimas desceram dos olhos dele, [...] o presidente Lula é inocente nisso, a reação é a reação do traído” (BRASIL, 2009a). Em 15 de junho de 2005, um dia após esse depoimento de Jefferson, a revista Veja publicou duas afirmações cujos temas seriam muito recorrentes na mídia dali em diante: a (suposta) frustração em relação ao PT, que historicamente havia sustentado uma bandeira de moralidade na política, e a dúvida a respeito da ciência do presidente Lula das supostas mesadas pagas aos deputados⁵.

⁴ Na gravação, o deputado Ronivon Santiago revelou que os deputados acreanos Chicão Brígido, do PMDB, Osmir Lima e Zila Bezerra, do extinto PFL, também tinham vendido seus votos a favor da Emenda da Reeleição (VEJA, 2010a).

⁵ Segue o texto da revista, na íntegra: “Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais ‘idôneo’ e mais ‘confiável’ do país. As denúncias de Roberto Jefferson ainda precisam de apuração, mas já acertaram o coração do

De fato, observamos naquele ano que o presidente Lula virou o grande foco das atenções durante o auge do escândalo e sua reconhecida popularidade e biografia⁶ foram trazidos à cena. Miguel e Coutinho (2007) tentaram corroborar isso, em pesquisa que buscou analisar como o *mensalão* apareceu nos editoriais dos três jornais de maior circulação e alcance nacionais: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo⁷. Eles afirmaram que esses periódicos apresentaram o presidente Lula, seu partido e seu governo como os principais responsáveis pela crise; apontaram também que a figura do presidente aparecia como a personalização da própria crise, a exemplo do que sugere o seguinte trecho do jornal O Estado de São Paulo: “Até terça-feira passada, o sinônimo da crise era Luiz Inácio Lula da Silva, cujas omissões tornaram-no o ‘grande culpado’ dos problemas de seu governo [...]” (OESP, 2005a). Somando-se a essa personalização, de acordo com os autores, estaria a atribuição de inexperiência para governar ou para compreender a realidade político-social do país⁸.

Cabe dizer que a figura subjetiva do presidente Lula se tornou problemática, na época, também fora da região dos discursos midiáticos. Essa questão fez parte do plano enunciativo do discurso político, a partir do qual muitos cidadãos falaram e se posicionaram em relação àqueles acontecimentos discursivizados pela mídia e também por alguns textos oficiais, como os relatórios das CPI's. Na verdade, o discurso midiático e o discurso político se entrecruzaram, dando fôlego não somente ao episódio midiático *escândalo do mensalão*, mas à própria problematização da figura do presidente Lula pela sociedade. Um caso exemplar disto é a entrevista concedida pelo presidente ao repórter

PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e – o que é ainda mais grave – podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente” (VEJA, 2009).

⁶ Julgamos ser desnecessário discorrer a respeito de elementos da biografia de Lula, devido à exaustão com que ela tem sido e é retomada em diversos trabalhos acadêmicos e na mídia, incluindo-se o filme “Lula, o filho do Brasil”, que esteve nos cinemas de todo o país em 2010.

⁷ Os autores analisaram os jornais publicados entre 1º de maio (mês em que eclodiu a crise) e 31 de dezembro de 2005, num total de 245 dias e 1083 editoriais.

⁸ O editorial do dia 20 de dezembro de 2005, do jornal O Estado de São Paulo, é um exemplo de atribuição ao presidente desta inexperiência para compreender a realidade: “Ao que se saiba, o presidente Lula não fez psicanálise nem antes nem depois de ascender ao Planalto. Tivesse feito, o terapeuta decerto teria oportunidades de sobra para levar o paciente a perceber a sua propensão para uma operação mental que não chega a ser propriamente rara, mas quando repetida em excesso sugere que a pessoa padece da neurose de escassez de autocrítica e de percepção enviesada da realidade que o cerca. A operação consiste em atribuir aos outros atos condenáveis de autoria própria. No caso de Lula, ou disso se trata ou é caso de má-fé política” (OESP, 2005b).

Pedro Bial, que foi ao ar no dia primeiro de janeiro de 2006, dentro do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. Já no anúncio da entrevista, os apresentadores do programa se referem à cena que será exibida por meio dos dizeres “o repórter Pedro Bial perguntou ao presidente Lula tudo o que o Brasil quer saber” (FANTÁSTICO, 2008). Nota-se que há neste enunciado a evidência de que a nação queria saber da ciência do presidente a respeito da corrupção que envolvia seu governo e seu partido, e isso aparece mais explicitamente no questionamento que Pedro Bial faz ao presidente, no início da entrevista: “Quando soube que iria ter o privilégio de conversar com o senhor, saí conversando muito com o povão mesmo, em feira-livre, táxi, botequim. A sensação não é de acusação ao senhor, mas de estar muito intrigado. **Como é que o Presidente não sabia? Essa pergunta continua sendo feita, Presidente. O senhor sabia ou não sabia?**” (BRASIL, 2008a, p. 9, grifos nossos).

O rápido sobrevoo sobre a crise do *mensalão* feito até aqui – no qual esboçamos processos discursivos em que o presidente Lula aparece como a personalização da crise⁹, como uma figura para qual incidem, ao mesmo tempo, a suspeita de incompetência para governar e a dúvida sobre sua idoneidade moral –, serve-nos de base para chamarmos a atenção para o fato de que a pergunta “o presidente sabia ou não das práticas ilícitas em seu governo e em seu partido?” mostra de maneira emblemática como a sociedade estava problematizando a figura do governante. O que queremos afirmar é que a singularidade de Lula, com toda a sua trajetória política e pessoal, é o mote para que o eleitor focalize não somente o que o presidente fez, faz ou promete fazer, mas quem ele é ao falar de si (por exemplo, se sabia ou não do *mensalão*), na posição de presidente, quando se apresenta diante dele uma clara demanda pela verdade de seu dizer.

Não se trata de afirmar que antes da crise do *mensalão* o presidente Lula não estivesse interpelado a dizer a verdade, mas de ressaltar, na estratificação histórica de seu governo, a emergência de uma necessidade que fez com que sua fala em inúmeros momentos girasse em torno da obrigação de dizer a verdade, como sugere a pergunta do repórter Pedro Bial. A problematização da figura do

⁹ Ao nos referirmos à crise do *mensalão*, não compreendemos a noção de crise como o desarranjo dos equilíbrios naturais de um determinado sistema, já que essa noção se liga à ideia equivocada de um sistema funcionando de maneira harmoniosa e autorregulada internamente. Para o trabalho que empreendemos, entendemos a crise como “uma situação de acúmulo de contradições ou conflitos no domínio do político” (POULANTZAS, 1976, 1977 *apud* MARTUSCELLI, 2005, p. 49-50).

governante, à qual nos referimos anteriormente, contém o cerne de uma questão particular aplicada não apenas ao objeto de saber do presidente, mas à verdade do sujeito constituído presidente, que fala de si ao responder, por exemplo, à pergunta sobre sua condição de ciência ou não do *mensalão*. Ou seja, o que importa não é se ele sabia ou não sabia, mas em um e em outro caso, interessa saber quem é este sujeito que configura a posição de presidente da república, na relação com a demanda pela verdade de sua fala.

A proposta desta pesquisa nasceu da inquietação a respeito da demanda pelo dizer verdadeiro na fala pública brasileira, fruto da contingência histórica por que passa a prática política do país. A partir da problematização da figura do presidente Lula, nosso interesse é pesquisar como este indivíduo se constitui em sujeito político-presidente, ao enunciar sobre si mesmo e relacionar-se com os outros, mediante a demanda por seu dizer verdadeiro dentro da crise do *mensalão*. Desse modo, analisaremos a fala do presidente Lula quando este sujeito governante é interpelado a fazer a experiência da demiurgia de si mesmo, em um jogo de verdade; jogo em que se focaliza a forma com a qual ele se relaciona consigo e com os outros.

A trilha que se pretende seguir é a que foi aberta por Michel Foucault, em seus últimos trabalhos, quando o autor buscou analisar a constituição dos sujeitos em relação às técnicas de si na Antiguidade Clássica. Ao fazer uma genealogia da ética, Foucault procura analisar no pensamento grego os modos de os indivíduos se tornarem sujeitos, isto é, busca colocar em pauta as maneiras pelas quais, em relação a uma moral, pode haver processos de subjetivação. Dentro do empreendimento dessa genealogia, na qual Foucault procura entender a ética como relação a si, encontramos o exame do trabalho do sujeito sobre ele mesmo, em um campo discursivo determinado: o político.

Voltando-se para o regime de governo democrático em Atenas, na Grécia da Antiguidade, e ao analisar os modos de produção de verdade nesse regime, Foucault se depara com uma prática de dizer verdadeiro que constitui sujeito na confluência da relação deste sujeito com: i) seu próprio dizer, no momento da enunciação; e ii) os outros. Essa prática é denominada *parrêsia*¹⁰, um modo franco e livre de falar que diz respeito à maneira de constituição de um sujeito que emergiria

¹⁰ “Parrêsia” é a transliteração da palavra grega “παρησιάζω”, presente na publicação em francês do curso de Foucault “O governo de si e dos outros” (FOUCAULT, 2008). Ao longo deste trabalho, adotaremos essa transliteração para nos referirmos à prática grega de dizer verdadeiro.

no entrecruzamento de um duplo movimento de fala, cujos vetores são sua personalização do verdadeiro e sua exposição como sujeito dessa verdade – os vetores correspondem aos itens i e ii, respectivamente. O intuito de Foucault passa a ser, então, a compreensão de como os indivíduos são constituídos em sujeitos em uma determinada relação de poder que envolve a relação a si e aos outros. Faz-se ressoar em nossa pesquisa, portanto, a amplitude das análises do “último”¹¹ Foucault, que tratam das relações entre sujeito, verdade e tecnologias de si.

O estudo do dizer verdadeiro *parresiástico*¹² ocupa grande parte dos últimos trabalhos de Foucault, no âmbito dos temas do governo de si e dos outros. O penúltimo curso do filósofo no *Collège de France*, “O governo de si e dos outros” (1982-1983)¹³, volta-se eminentemente para a análise das técnicas de si no campo político. Sua questão principal, à qual devidamente alinhamos a nossa, trata de “como o dizer verdadeiro, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar como o indivíduo se constitui como sujeito na relação a si e aos outros” (FOUCAULT, 2008, p. 42, tradução nossa)¹⁴.

A partir desse quadro teórico e analítico de uma análise de discurso de inspiração foucauldiana, nosso interesse é pensar, como dissemos, o modo de constituição do sujeito político presidente. Especificamente, pretendemos analisar quem fala na fala pública do Lula governante, quando a verdade a respeito de quem ele é tornou-se um problema relevante para a sua continuidade no poder. Para

¹¹ Uso a expressão “último” para fazer referência à produção intelectual de Foucault a partir do final dos anos 1970, em que se verifica em suas análises uma virada de foco. Entretanto, é importante lembrar a afirmação do próprio autor de que a relação entre sujeito e verdade sempre esteve presente em seus estudos, mas sob pontos de vista diferentes (FOUCAULT, 2007b), aos quais podemos, *grosso modo*, caracterizar como: (i) a investigação do sujeito constituído como objeto de saberes considerados científicos; (ii) a crítica à produção das disciplinas, das práticas coercitivas; e (iii) o exame das tecnologias de si – modos de subjetivação. Conforme aponta Candiottto (2010, p. 16), “o fio condutor do pensamento de Foucault identifica-se com a problematização da verdade e sua relação com o sujeito”.

¹² Nos casos em que forem necessárias adjetivações da palavra francesa “parrêsia”, utilizaremos os seguintes termos “aportuguesados” por nós: *parresiasta* e *parresiástico(a)*.

¹³ Foucault ministrou treze cursos no *Collège de France*, de 1970 a 1984: *A vontade de saber* (1970-1971), *Teorias e Instituições Penais* (1971-1972), *A sociedade punitiva* (1972-1973), *O poder psiquiátrico* (1973-1974), *Os anormais* (1974-1975), *É preciso defender a sociedade* (1975-1976), *Segurança, território, população* (1977-1978), *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), *O governo dos vivos* (1979-1980), *Subjetividade e verdade* (1980-1981), *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), *O governo de si e dos outros* (1982-1983), *O governo de si e dos outros: a coragem da verdade* (1983-1984).

¹⁴ “[...] [je voudrais essayer de voir] comment le dire-vrai, l’obligation et la possibilité de dire vrai dans les procédures de gouvernement peuvent montrer comment l’individu se constitue comme sujet dans Le rapport à soi et dans le rapport aux autres.”

alcançarmos esse objetivo, entendemos que se faz necessário direcionar o olhar para as relações que este sujeito estabelece com o seu próprio dizer no momento em que ele diz, quando se encontra diante da obrigação, da necessidade e da possibilidade de dizer a verdade sobre si mesmo.

O detalhamento desta proposta de pesquisa e sua inserção no âmbito de certo quadro teórico e analítico, marcadamente foucauldiano, será realizada nos dois capítulos que compõem a primeira parte deste trabalho. No primeiro deles, abordaremos as particularidades de nosso objetivo e teceremos algumas reflexões metodológicas que serão importantes para o desenvolvimento do estudo. Além disso, discorreremos sobre a maneira de composição do *corpus* de análise, formado por 7 entrevistas concedidas e 5 pronunciamentos proferidos pelo presidente Lula durante o escândalo do *mensalão*, no período compreendido entre junho de 2005 e outubro de 2006. Julgamos importante também apresentar de modo sucinto os desdobramentos do escândalo do *mensalão*, enquanto acontecimento midiático (e não apenas político). Por isso, utilizaremos matérias publicadas em jornais e revistas de grande circulação que mostram como se desenvolveu o escândalo, a fim de situar o leitor em relação às cenas do *corpus* que serão analisadas.

No segundo capítulo, trataremos de delimitar teórica e analiticamente o alcance de nosso estudo, pautando-nos principalmente nos últimos trabalhos de Foucault. O foco recairá sobre o penúltimo curso do filósofo no *Collège de France*, “O governo de si e dos outros” (1982-1983). Será preciso esboçar o quadro geral das análises de Foucault que envolvem a prática da *parrêsia* na Grécia Antiga, especificamente o momento político dessa prática e o processo de sua crise naquela democracia. Estaremos aptos, então, a formular nossas hipóteses analíticas, com base na contextualização de questões presentes no referencial teórico, em relação ao que nos propomos pesquisar.

Na segunda parte da tese, debruçaremos-nos sobre o material coletado referente ao escândalo do *mensalão*. Nessa parte analítica, composta por três capítulos, julgamos pertinente examinar primeiro os discursos que se delinearão a respeito do suposto envolvimento do presidente no *mensalão*, a fim de elucidarmos o modo particular de problematização da figura do presidente da república, presente nas falas dos entrevistadores de Lula. Por isso, no terceiro capítulo, intitulado “A exigência da verdade”, focalizaremos a maneira com a qual a enunciação inquiridora interpela o presidente a se constituir sujeito

governante, em face da exigência pela verdade a respeito de quem ele é, de fato, quando fala na condição de sujeito político.

Nos capítulos quarto e quinto, intitulados “A análise das entrevistas” e “A análise dos pronunciamentos”, respectivamente, empreenderemos as análises das cenas que compõem nosso *corpus*, considerando as falas do presidente Lula em resposta às inquirições de seus entrevistadores e as palavras que ele proferiu em compromissos oficiais e em pronunciamentos à nação. Em ambos os capítulos, nosso intuito será o de compreender como a exigência pela verdade do governante, uma verdade considerada próxima à da prática da *parrêsia*, mostra a forma com a qual o presidente se constitui sujeito político em seu discurso e se relaciona consigo mesmo e com os outros.

I
CONDIÇÕES DA ANÁLISE

CAPÍTULO 1

DIRETRIZES DA PESQUISA

O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela [à liberdade], e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições.

Freud – Mal-Estar na Civilização

Neste primeiro capítulo, apresentaremos o objetivo desta tese e algumas reflexões de cunho metodológico que servirão para situar o trabalho, de início, dentro do quadro de uma (possível) análise de discurso orientada pelos estudos de Michel Foucault, especialmente aqueles relacionados à questão da constituição da subjetividade. Trataremos ainda do processo de composição do *corpus* analítico desta pesquisa, momento no qual discorreremos sobre como decidimos trabalhar com 12 arquivos de fala, correspondentes ao período compreendido entre maio de 2005 e dezembro de 2006, e sobre como esses arquivos serão considerados cenas de uma dramaturgia do escândalo político do *mensalão*. Por fim, com vistas a situar o leitor em relação a essas cenas, mostraremos como alguns veículos de imprensa trataram dos desdobramentos do escândalo, dedicando muitas páginas a sua cobertura.

1.1 OBJETIVO

Pretende-se investigar como o sujeito *presidente da república* se constitui no embricamento entre a maneira pela qual esse sujeito fala e o modo com o qual ele se relaciona consigo mesmo e com os outros em sua fala pública. Dessa forma, no âmbito do jogo enunciativo da fala do presidente, em que a demanda por um dizer verdadeiro o interpela a se constituir sujeito político, analisaremos os enunciados de Lula tendo em vista o exame do duplo movimento de fala que envolve a personificação do verdadeiro e a exposição de si como sujeito dessa verdade. A esses dois movimentos de fala correspondem, respectivamente, a relação do sujeito consigo mesmo e a relação dele com os outros. Assim, o objetivo desta pesquisa se insere no quadro de uma analítica da constituição do sujeito na relação com a verdade, dentro dos procedimentos de governo,

a partir do que permitem os estudos do último Foucault sobre a governamentalidade.

Mediante nosso interesse no jogo enunciativo da fala pública, o *corpus* de análise deste trabalho foi composto por entrevistas e pronunciamentos do Presidente Lula em que a especificidade material/discursiva é exatamente a presença da demanda pelo dizer verdadeiro desse governante. Dentre o volumoso arquivo da Secretaria de Imprensa da Presidência da República¹⁵, selecionamos pronunciamentos e entrevistas concedidas pelo Presidente durante os principais momentos da grave crise política de seu governo, no primeiro mandato, após o início do escândalo do *mensalão*. O material selecionado compreende, portanto, o período entre 2005 e 2006.

Podemos afirmar que por causa da demanda pelo dizer verdadeiro do presidente, operam-se práticas que se aplicam ao indivíduo Lula, em nosso contexto sócio-histórico atual. E essas práticas dizem respeito não a esse indivíduo, mas ao modo com o qual ele se constitui sujeito presidente no discurso político. Advém daí nosso interesse em focalizar o problema do escândalo político, pois percebemos que as práticas investigativas e agonísticas que se desenvolveram dentro do episódio do *mensalão* permitem o estudo da questão da ética da constituição do sujeito presidente, de seu *êthos*, no domínio das relações dele com ele mesmo e com os outros.

1.2 REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Torna-se importante ressaltar, em função do objetivo proposto para esta pesquisa, que a entidade para a qual se quer descrever sua constituição é vista como um modo de existência no discurso, distinto dos demais, mas que não se constitui sobre o fundo de uma identidade psicológica e soberana – nem é a representação desta identidade –, a-histórica ou transcendental; é, antes, um lugar que comporta o vivente, embora não seja dado de maneira definitiva. Esse lugar se torna um espaço possível devido ao funcionamento da articulação sempre movente entre a ordem da língua e da história. Trata-se aqui de estudar

¹⁵ A Secretaria de Imprensa da Presidência é responsável por, entre outras atividades, armazenar entrevistas e discursos do Presidente da República e disponibilizá-los para os cidadãos que tenham acesso a *internet*, por meio do portal eletrônico <<http://www.info.planalto.gov.br/>>.

as relações entre o homem e a linguagem, ou entre o sujeito e a verdade, esta última formada “onde um certo número de regras de jogo são definidas – regras [...] a partir das quais vemos emergir certas formas de subjetividades” (FOUCAULT, 2005a, p. 11).

Conforme adverte Foucault, seu trabalho analítico não aponta para o sujeito de conhecimento, o sujeito da representação, aquele que é o ponto de origem a partir do qual há possibilidade de conhecimento e o aparecimento da verdade. Ao contrário, suas análises sinalizam a tentativa de examinar como se dá, através da história, “a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (ibidem, p. 10).

Para se pensar o que é ser presidente, no quadro de uma análise de discurso de inspiração foucauldiana, é necessário deslocar-se de conceitos prontos de sujeito (político/presidente) e dirigir-se para as práticas situacionais de produção desse sujeito no ato de seu dizer. A respeito desse deslocamento de cunho metodológico, Souza (2003, p. 40) adverte que “a análise das modalidades de subjetivação nunca deve ter o próprio sujeito como elemento preliminar à compreensão das práticas que nos conduzem a ele”. O autor complementa que, desse modo, as relações e as práticas que constituem determinado sujeito podem ser “tomadas como ferramentas operadoras [...] moldando relações de poder cujo resultado final será uma dada forma sujeito” (SOUZA, 2003, p. 40). Logo, para esse tipo de análise “sempre se supõe práticas tomadas por elas mesmas, nunca a partir de sujeitos plenamente reconciliados consigo mesmo” (idem).

Ainda no tocante à metodologia do procedimento analítico, destacamos que o *corpus* discursivo será analisado não como textos ou unidade textual fechada, mas como *cenar*, cujos elementos, de natureza enunciativa, consistirão no deslocamento das posições daqueles que falam. Isso nos permitirá analisar no *corpus* as passagens dos modos de enunciação do campo político a outros modos de enunciação que apontem para uma determinada ascense, entendida aqui como uma prática em que se relacionam o exame de si e a enunciação do verdadeiro como matriz da ação de os atores conduzirem a si e aos outros nas *cenar* políticas.

Essa maneira de olhar para o *corpus* deste trabalho evidencia uma tentativa de nos aproximarmos do procedimento analítico de Foucault (2004, 2008, 2009), quando este autor examinou o modo com o qual os sujeitos se constituíam em relação às técnicas de si na Antiguidade

Clássica. Longe de cometermos anacronismos, pretendemos nos debruçar sobre os últimos trabalhos de Foucault, acompanhando sua genealogia da ética, esta entendida como relação consigo, para pensar o sujeito político moderno e suas diferenciações e continuidades em relação ao sujeito político helênico. Conforme sinaliza Fonseca (2003, p. 144), o olhar de Foucault para os gregos, mais do que instrumento de confrontação com o sujeito moderno, traz um modelo de constituição de sujeito em que a ética é o elemento essencial, daí a importância desse olhar.

Na última visita de Foucault ao Brasil, em 1973, momento em que proferiu conferências na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Rose Muraro indagou-lhe a respeito do fato de que, para ela, os estudos do filósofo pareciam não obedecer a nenhum método. A resposta de Foucault nos esclarece sobre a importância de seu gesto analítico, definido por ele como uma atividade histórico-política. Para o autor francês, a história não serve à política pelo fato de aquela fornecer a esta modelos ou exemplos. Diferentemente disso, a história pode servir à atividade política e esta, a seu turno, pode servir à história, quando se procura “descobrir as bases, as continuidades no comportamento, no condicionamento, nas condições de existência, nas relações de poder etc.” (FOUCAULT, 2005a, 155). Para Foucault, essas bases que se formaram em um dado momento estão atualmente escondidas sobre outras produções ou estão escondidas simplesmente porque de certa maneira fizeram parte de nosso corpo, de nossa existência. Assim, ao se estudar a formação dessas continuidades, pode-se constatar a utilidade que tiveram, discutir-se a utilidade que têm ainda hoje e a que sistema de poder estão ligadas (ibidem, p. 155-156).

Como adverte Revel (2005, p. 60), o tema da história como investigação das transformações e dos acontecimentos relaciona-se ao questionamento sobre a atualidade: “Se a história não é memória, mas genealogia, então a análise histórica não é, na verdade, senão a condição de possibilidade de uma ontologia crítica do presente”. E a autora complementa que não se trata de se sustentar uma “ideologia do retorno”, ou um historicismo que recorre ao passado para resolver os problemas do presente, pois Foucault não se interessa pela ética greco-romana com o intuito de fornecer um modelo a ser seguido, o qual deveria ser atualizado. Para o filósofo, trata-se de uma “historicização de nosso próprio olhar a partir do que nós não somos mais” (REVEL, 2005, p. 61).

Ao explicar sobre o que define o quadro geral do que chama de “técnicas de si”, Foucault afirma que se trata precisamente da questão *o*

que somos hoje?, encontrada no conhecido texto de Kant: “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”¹⁶. Respostas a essa questão são possíveis, de acordo com Foucault, quando se lança mão da análise histórica das relações entre nossas reflexões e nossas práticas na sociedade. O autor exemplifica tal análise, afirmando que, por meio de seu estudo da loucura e da psiquiatria, do crime e da punição, procurou mostrar “como no constituímos indiretamente pela exclusão de alguns outros: criminosos, loucos etc.”. E acrescenta que seu atual estudo, em outubro de 1982, assim como o objeto do seminário desse mesmo ano, “A hermenêutica do sujeito”, trata da questão de “como constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas éticas de si, que se desenvolveram desde a Antiguidade até os nossos dias” (FOUCAULT, 2006a, p. 301-302). É em relação a esse tipo de trabalho analítico que Foucault se autodenomina “um historiador do pensamento”¹⁷.

Certamente, uma das bases das continuidades presentes em nosso tempo se encontra na ligação entre o homem e a verdade, sob a forma da luta pelo poder, pela dominação, pelo exercício de relações de poder, no campo político. Por isso, julgamos pertinente acompanhar de perto o trajeto de Foucault em direção à Grécia Antiga, no qual se observa o movimento analítico que nos proporciona pensar em continuidades e descontinuidades em nossa prática política atual, para então termos condições de empreender nossas análises. Será a partir desse movimento foucauldiano de não incorrer em anticronismos que examinaremos certa economia das relações entre o homem e a verdade no campo político.

Dramática do discurso verdadeiro

De acordo com as análises de Foucault (2008), a relação de correspondência entre o dizer verdadeiro e o modo pelo qual alguns sujeitos agiam, na Grécia Antiga, dava-se dentro de uma estrutura

¹⁶ O texto de Kant encontra-se atualmente publicado pela editora Vozes, sob o título “Resposta à pergunta: o que é ‘Esclarecimento’?” (6ª edição, 2010).

¹⁷ “Meu domínio é o da história do pensamento. O homem é um ser pensante. A maneira como ele pensa tem relação com a sociedade, com a política, com a economia e com a história; também se relaciona com categorias muito gerais, até universais, e com estruturas formais. Porém o pensamento e as relações sociais são duas coisas bem diferentes. As categorias universais da lógica não estão aptas a dar conta adequadamente da maneira como as pessoas realmente pensam. Entre a história social e as análises formais do pensamento há uma via, uma pista – talvez muito estreita –, a do historiador do pensamento” (FOUCAULT, 2006b, p. 295).

dramatúrgica, em que se vê a configuração da maneira de ser do sujeito, de seu *êthos*. Ao fazerem um acordo com eles mesmos, no sentido de enunciarem a verdade na qual acreditavam, de modo autônomo e livre, o dizer verdadeiro se tornava uma enunciação dramática que comportava uma relação ética. Voltando-se para a ética, nesses termos, o sujeito podia constituir-se a si mesmo dentro de um campo discursivo como o político.

Conforme aponta Candiotta (2006), para Foucault, aquilo que denominamos “verdade” não possui um significado unívoco; ela é, antes, uma enunciação dramática, concebida em um jogo histórico, e pode estar associada aos riscos que assumimos, às resistências que sustentamos e ao ser que incorporamos mediante nossos exames críticos de nós mesmos. A precisão da noção de *dramática* reside justamente na sua oposição a uma *analítica* do discurso verdadeiro, porque não se trata de identificar as condições lógicas do aparecimento da verdade, pois esta não é uma qualidade de proposições.

A estrutura dramática, portanto, corresponde às relações que ocorrem dentro do jogo histórico no qual emergem a verdade (o que é dito), aquele que a diz (seu ator) e como ela é dita (a performance), ou seja, essa estrutura corresponde à formatação de uma *cena*. Para estudar o dizer verdadeiro nessas condições, como bem adverte Ortega (1999), devemos efetuar uma mudança “copernicana”, pois o que importa não são as condições lógicas da verdade, mas o portador do enunciado, os efeitos ascéticos e de constituição do sujeito produzidos pela verdade sobre seu portador.

No estudo em que justapõe a obra dramática de Shakespeare e de outros autores ao tratado político de Platão, *A República*, e ao de Hobbes, *Leviatã*, Kottman (2008) analisa como as *cenar* são uma categoria fundamental para se pensar sobre a vida política. Para o autor, o drama, como “uma coleção ilimitada de cenas singulares de interação”, é central para a política e para os políticos. O termo *cena* é evocado por Kottman não nos sentidos comuns de “espaço para a ação dramática”, “situação entre certos atores”, “atividade particular entre certas pessoas”, “atmosfera” etc. O autor considera *cena* como um horizonte particular de interação humana, “inaugurada pelas palavras e pelas ações de alguém ou de algum grupo, aqui e agora, cujo resultado é o de que uma relação singular ou uma teia de relações é estabelecida, sustentada ou alterada entre os que estão em cena” (KOTTMAN, 2008,

p. 11, tradução nossa)¹⁸. E complementa que uma *cena* emerge quando se tem a possibilidade (mesmo que muito remota) de, no futuro, em uma nova cena, haver uma troca de julgamento ou o testemunho dos que estiveram na cena de origem.

Dialogando com Arendt (1993), para quem o teatro é a arte política por excelência, por considerar que somente a mimese dramática transpõe a esfera política da vida humana para a arte, Kottman (2008, p. 23) observa que a experiência dramática corresponde à condição humana de pluralidade. Dito de outro modo, segundo o autor, “as cenas dramáticas inevitavelmente confirmam e respondem ao horizonte de pluralidade a partir do qual elas surgem” (KOTTMAN, 2008, p. 23, tradução nossa)¹⁹. Claramente, em um primeiro momento, Kottman situa seu trabalho sob a ótica do pensamento arendtiano, no que se refere, pelo menos, aos seguintes pontos: o primeiro, ligado ao fato de que, para Arendt (1993, p. 190 et seq.), o verdadeiro resultado da interação humana são as relações estabelecidas por essas interações – as relações singulares que resultam da interação humana caracterizam a produtividade específica das ações humanas; o segundo, relacionado à concepção da filósofa alemã de que o que é representado ou encenado dramaticamente não são as qualidades ou as características de um protagonista, mas sim quem ele é.

As considerações de Kottman sobre a noção de *cena* são importantes para complementarmos nossa compreensão a respeito do que significa tratar as entrevistas e os pronunciamentos que serão analisados aqui não como episódios midiáticos desprovidos de particularidade e/ou engessados em uma espécie de “estrutura do escândalo político”, seguindo-se, por exemplo, as acepções do sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, John B. Thompson (2002)²⁰.

¹⁸ “That said, by ‘scene’ – or, better ‘scenes’ – I propose to designate any particular horizon of human interaction, inaugurated by the words and deeds of someone or some group, here and now, with the result that a singular relationship or web relationships is brought into being, sustained, or altered among those on the scene”.

¹⁹ “[...] dramatic scenes inevitably confirm and respond to the horizon of plurality from which they arise”.

²⁰ Em sua obra “O escândalo político”, Thompson procurar delinear certas regularidades que geralmente formariam uma estrutura sequencial do escândalo político midiático: uma fase pré-escândalo; outra do escândalo propriamente dita; o clímax; e, por último, a fase das consequências. Para o autor, na primeira fase há o ato de revelação da transgressão de normas morais ou códigos morais. Na segunda, instaura-se um processo de afirmações e contra-afirmações que de fato constitui o escândalo. A terceira fase seria o estágio em que o escândalo chega a um ponto crítico: esse momento “pode levar a uma confissão da culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações [...] e à dissipação do escândalo” (THOMPSON, 2002, p. 105).

Ao contrário, o material de análise será tomado como *cenas* para as quais importa examinar a singularidade do modo com o qual a demanda pelo dizer verdadeiro do presidente, no contexto do escândalo, estabelece novas relações entre Lula e ele mesmo, ou entre Lula e seus entrevistadores, já que, pela primeira vez, em meados de 2005, sua fala passou a girar em torno da obrigação de dizer a verdade sobre si e sobre suas ações.

1.3 COMPOSIÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO

Pesquisamos nos arquivos eletrônicos da Secretaria de Imprensa da Presidência da República o material escrito que corresponde às falas oficiais do presidente Lula durante a segunda metade de seu primeiro mandato, na qual o governo passou pelo que foi considerado um grave período de crise política relacionada a denúncias de corrupção, crise esta que envolveu vários parlamentares e, inclusive, o próprio presidente²¹. Nosso foco sobre o episódio conhecido como escândalo do *mensalão* se justifica porque acreditamos que os efeitos deste escândalo incluem o modo singular com o qual o presidente discorreu aos seus governados, por meio de pronunciamentos e de entrevistas. A singularidade em questão deve-se ao fato de que, ao relacionar-se à verdade sobre seus atos, tratava-se sempre não de qualquer verdade, mas da verdade dele mesmo, da relação aos seus dizeres e aos outros.

Dentre as inúmeras falas do presidente Lula, após o início da propagação do escândalo do *mensalão* na mídia, em maio de 2005, até o final de seu primeiro mandato, em 31 de dezembro de 2006, identificamos um total de 46 cenas nas quais o presidente discorreu a respeito do assunto *mensalão*, ou abordou tangencialmente esse tema. A primeira vez em que ele falou publicamente a respeito das denúncias de suborno de parlamentares em seu governo foi, ironicamente, em suas palavras de abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção,

Na última fase, salienta o autor, há uma gama de reflexões sobre os acontecimentos das outras fases e as implicações que deles podem surgir.

²¹ A título de exemplificação da maneira com a qual a crise do *mensalão* foi considerada grave, vale citar as próprias palavras do presidente Lula, publicadas no dia 28 de agosto de 2006, na Folha Online: “Nós enfrentamos uma crise sem precedentes na história desse país” (FOLHA, 2010b). A revista Veja de 25 de maio de 2005 foi enfática: na matéria intitulada “A maior crise de Lula”, o jornalista Otávio Cabral afirma que “em seus quase trinta meses de vida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão acuado” (VEJA, 2010c).

realizado em 7 de junho de 2005, um mês depois da divulgação das supostas irregularidades nos Correios. Na ocasião, os dizeres de Lula “cortaremos na própria carne, se necessário” tiveram grande repercussão na imprensa nacional (BRASIL, 2008b).

Como se percebe, o primeiro critério de seleção das cenas que nos interessavam foi o conteúdo delas, porque entendíamos que os dizeres do presidente durante o período em questão que não tratavam de alguma forma sobre a corrupção e sobre o *mensalão* eram inviáveis para figurarem como material de análise desta pesquisa. A razão para tal entendimento é o nosso intuito de focalizar uma região bem delimitada dos discursos do governante que circularam com intensidade peculiar durante aproximadamente um ano e meio e que pareceram colocar em questão os limites da ética da construção de si desse sujeito.

Após a seleção de caráter conteudista, realizamos, de fato, a composição do *corpus* analítico, selecionando 12 dos 46 arquivos de fala. O critério que permitiu realizar essa segunda seleção, longe de uma apreciação conteudista, foi baseado em uma pré-análise das 46 cenas políticas, que levou em consideração aspectos da estrutura dramatúrgica de cada uma das cenas, especialmente a presença da articulação entre a enunciação de um discurso que se quer verdadeiro e a prática do exame e da condução de si por parte do ator governante, quando este é colocado à prova, sob o escopo do escândalo político.

Costuma-se dizer que em Análise do Discurso pode-se trabalhar com dois tipos de *corpora*: o *experimental*, obtido em uma situação definida pelo analista, na qual os sujeitos implicados respondem a questionários ou a outros procedimentos, e o *corpus de arquivo*, constituído por meio de materiais preexistentes e disponíveis, relativos a uma questão²². Trabalharemos com este segundo tipo de *corpus*, estruturado de acordo um “plano definido com referência a certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p. 114). Importa dizer então que, dentre os inúmeros discursos proferido por Lula, a questão da demanda pelo dizer verdadeiro do presidente, funcionando como horizonte para a constituição de sua subjetividade, no contexto do escândalo do *mensalão*, orientou nosso recorte e possibilitou que chegássemos ao total de 12 cenas para análise.

Em relação ao recorte que fizemos, resultante de um trabalho preliminar de análise que foi guiado pela questão descrita acima, cumpre

²² A referência aqui é ao texto de Michel Pêcheux “Ler o arquivo hoje”, no qual o autor considera o arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PECHEUX, 1994, p. 57).

dizer ainda que é esse recorte que constitui o *corpus*, já que este não é “um conjunto aleatório de textos que existem de forma estruturada previamente à ação do analista de discurso sobre ele”, conforme aponta Grigoletto (1998, p. 49). Quando o analista constitui seu *corpus*, já está em franco processo de análise e obedecendo ao dispositivo analítico que montou para desenvolver seu trabalho e perseguir seu objetivo.

Um exemplo desse gesto de análise que resulta na composição do *corpus* pode ser encontrado na introdução desta tese, quando mostramos um pequeno trecho da cena em que o repórter Pedro Bial pergunta ao presidente sobre sua ciência a respeito do *mensalão*. Já estávamos em análise ali, aferindo nosso olhar para observar as regiões do espaço discursivo em que há a presença de um jogo de verdade no qual o ator em cena é interpelado a fazer a experiência de si como sujeito político, relacionando-se consigo mesmo, com os outros e com a verdade.

Devido às suas características interlocutivas, os 12 arquivos de fala que serão utilizados nas análises foram divididos em duas categorias: entrevistas, num total de 7; e pronunciamentos, que totalizam 5. É importante ressaltar que, diferentemente da análise dos pronunciamentos, no estudo das entrevistas levaremos em conta também o jogo interrogativo presente na interação do sujeito presidente com o entrevistador ou com os outros participantes da entrevista, examinando, como já dissemos, como se configuram e como se deslocam as posições dos sujeitos envolvidos nas cenas.

Apresentaremos a seguir a relação dos arquivos de fala que compõem o *corpus* desta pesquisa, cada um deles acompanhados de dados sobre o meio em que o arquivo foi divulgado ou de breves informações a respeito de seu conteúdo, veiculadas em jornais ou revistas.

Entrevista nº. 1 - 13/06/2005. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2009b).

Entrevista nº. 2 - 15/07/2005. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à jornalista Melissa Monteiro, da TV Francesa, em Paris, e exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo, no dia 17/07/2005 (BRASIL, 2008c).

Entrevista nº. 3 - 07/11/2005. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Programa “Roda Viva”, da TV Cultura (BRASIL, 2008d).

Entrevista nº. 4 - 01/01/2006. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao programa Fantástico, da Rede Globo (BRASIL, 2008a).

Entrevista nº. 5 - 28/04/2006. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Feirão da Casa Própria (BRASIL, 2008e).

Entrevista nº. 6 - 01/06/2006. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita a Manaus-AM (BRASIL, 2008f).

Entrevista nº. 7 - 16/10/2006. Entrevista do presidente da República e candidato a reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Programa “Roda Viva”, da TV Cultura (SILVA, 2006)²³.

Discurso nº. 1 - 07/06/2005. Discurso²⁴ do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção – em Brasília, no hotel Blue Tree Park (BRASIL, 2008b).

Discurso nº. 2 - 21/06/2005. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em Luziânia–GO (BRASIL, 2009c).

Discurso nº. 3 - 23/06/2005. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e TV, sobre medidas do governo para o combate à corrupção - Palácio do Planalto (BRASIL, 2009d).

²³ Essa é a única entrevista que compõe o *corpus* discursivo cuja transcrição não se encontra nos arquivos eletrônicos da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, pois se tratava de uma entrevista de Lula como candidato à reeleição. Por esse motivo, recorremos à transcrição feita pela equipe do programa Roda Viva, acessando o *site* <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/123/Lula/entrevistados/luiz_inacio_lula_da_silva_2006.htm>. Também utilizamos o DVD com a gravação dessa edição do programa, lançado pela Fundação Padre Anchieta.

²⁴ Note-se que neste caso a palavra “discurso” está sendo utilizada em sua acepção comum, pois faz referência à exposição das ideias proferidas em público pelo presidente.

Discurso nº. 4 - 22/07/2005. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às novas unidades de produção da Refinaria de Duque de Caxias – Reduc (BRASIL, 2008g).

Discurso nº. 5 - 12/08/2005. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial (BRASIL, 2008h).

1.4 FRAGMENTOS DE UMA CRONOLOGIA DO ESCÂNDALO DO *MENSALÃO*

O material pesquisado nesta seção é composto basicamente por notícias que saíram na mídia impressa a respeito do *mensalão*, especialmente as que foram apresentadas pela revista *Veja* e pelo jornal *Folha de São Paulo*, veículos que dedicaram muitas páginas ao episódio. Ficam excluídas possíveis críticas à fidedignidade, parcialidade ou mérito das coberturas dessas instituições de imprensa. Limitaremos-nos, então, a mostrar o que essas instituições apresentaram a respeito do desenvolvimento das denúncias de compra de votos no Congresso Nacional, sem entrar no mérito de suas coberturas ou afiançá-las²⁵.

Nossa intenção aqui não será dar conta de explicar exaustivamente ou de maneira crítica os desdobramentos e os detalhes da cronologia do escândalo do *mensalão*, tampouco analisar os acontecimentos sob o prisma de teorias da comunicação ou do campo da História. Com o esforço que será empreendido, pretendemos, antes, familiarizar o leitor, mesmo que de modo parcial e fragmentado²⁶, a respeito dos eventos que consideramos importantes para que ele refresque sua memória sobre a exposição midiática das denúncias em questão e se situe melhor em relação às cenas que estarão sob análise nos próximos capítulos.

²⁵ Excepcionalmente nesta seção, apresentaremos diversas fontes consultadas em notas de rodapé, por causa do grande número de consultas que realizamos em jornais e revistas cujos conteúdos estão disponibilizados em versão eletrônica.

²⁶ Sabemos que, da forma como será apresentada, essa cronologia é memorialística e redutora, já que ela é feita com base em consultas a jornais e revistas. Em função de nosso objetivo, que é situar o leitor em relação às cenas que estarão sob análise, eximimo-nos de adentrar na complexidade da tarefa de apresentar uma história dos acontecimentos do escândalo do *mensalão*.

1.4.1 Prólogo do escândalo: maio de 2005

Conforme mencionamos na introdução deste trabalho, o escândalo do *mensalão* teve seu prólogo com a divulgação de uma gravação clandestina na qual Maurício Marinho, chefe de departamento dos Correios, além de aparecer recebendo propina para favorecer uma empresa que participaria de um processo de licitação, afirma que o então deputado Roberto Jefferson, do PTB, seria o coordenador desse esquema ilícito e de alguns outros. Essa matéria foi publicada em 14 de maio de 2005, na revista *Veja* de número 1905, datada de 18 de maio, com o título “O homem-chave do PTB”, uma clara referência a Jefferson (VEJA, 2010d).

No dia 17, o deputado havia se defendido na Tribuna da Câmara e negado seu envolvimento no esquema ilícito, momento em que afirmou que não conhecia Maurício Marinho e, atendendo à demanda popular que surgira após as denúncias, assinou o requerimento do pedido de abertura da CPI dos Correios²⁷. Neste mesmo dia, Lula havia ressaltado à mídia: “precisamos ter solidariedade com os parceiros, não se pode condenar ninguém por antecipação”, referindo-se ao aliado político acusado de corrupção, Roberto Jefferson²⁸.

Em 23 de maio, Maurício Marinho depõe à Polícia Federal, ocasião em que nega o envolvimento de Roberto Jefferson e declara que tudo o que tinha dito na gravação clandestina não passava de “bravatas” e que a quantia de R\$ 3 mil que ele havia recebido era um adiantamento de uma consultoria futura²⁹. No dia seguinte, os então ministros José Dirceu e Aldo Rebelo teriam ido à casa de Roberto Jefferson pedir-lhe para retirar as assinaturas da solicitação de abertura de CPI, junto com a bancada do PTB, na tentativa de barrar a comissão de inquérito, segundo a *Veja* (Edição 1907, de 1 de junho de 2005³⁰). De acordo com a revista, Jefferson diz-lhes que estava sendo “abandonado pelo

²⁷ Com o plenário cheio, Roberto Jefferson ainda leu uma carta enviada à direção dos Correios, na qual Maurício Marinho se responsabiliza sozinho pelo ocorrido e “confessa que mentiu, foi leviano e tentou mostrar importância que não tem” (Fonte disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/oposicao-protocola-pedido-abertura-cpi-investigar-corrupcao-co-reio>>. Acesso em: 30 dez. 2010).

²⁸ Fonte: <http://veja.abril.com.br/010605/p_060.html>. Acesso em: 30 dez. 2010.

²⁹ Fonte: <http://veja.abril.com.br/010605/p_048.html>. Acesso em: 30 dez. 2010.

³⁰ Na matéria “O que será que ele sabe?”, a revista transcreve o que seria o comentário de Roberto Jefferson, a respeito do pedido dos ministros: “só faltou eles se ajoelharem aos meus pés” (Disponível em: <http://veja.abril.com.br/010605/p_048.html>. Acesso em: 30 dez. 2010).

governo” e que na cadeira em que ele sentar na CPMI também iriam sentar o ministro Dirceu, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o Secretário-Geral do partido, Sílvio Pereira.

Na edição do dia 25, a Veja publica uma matéria que contém novas denúncias contra Roberto Jefferson e o PTB. O deputado é acusado, segundo o texto, de pressionar o economista Lídio Duarte, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) na época, a pagar uma mesada de R\$ 400 mil ao PTB, para que este partido não o tirasse do cargo de presidente da estatal³¹.

1.4.2 Junho: estoura o *mensalão*

No dia 6 de junho de 2005, o jornal Folha de São Paulo estampa na capa o suposto furo: “PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson” (cf. Figura 1, abaixo). Em entrevista exclusiva para a Folha, Roberto Jefferson disse que Delúbio Soares, tesoureiro do PT na época, entregava R\$ 30 mil reais para congressistas da base aliada do governo (do PP e do PL), o que fez eclodir, de fato, o *mensalão*. Jefferson conta que soube deste esquema através do ex-presidente do PTB, José Carlos Martinez, que o teria procurado e dito: “Roberto, o Delúbio está fazendo um esquema de mesada, um ‘mensalão’, para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R\$ 30 mil para cada deputado.” (FOLHA, 2010c). Após a entrevista de Jefferson, diversos veículos midiáticos passaram a tratar esse esquema ilícito como o escândalo do *mensalão*, utilizando o neologismo relatado pelo deputado.

³¹ Veja, edição 1906, disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_040.html>. Acesso em: 30 dez. 2010.



Figura 1: Início da denúncia de *mensalão* no Congresso

Fonte: Folha Online

Um dia após a publicação da Folha, o presidente Lula falou, pela primeira vez, sobre as denúncias de corrupção no Congresso, no IV Fórum Global de Combate à Corrupção (**Discurso n.º 1 de nosso corpus**). Os dizeres de Lula “cortaremos na própria carne, se necessário” foram amplamente divulgados em jornais, revistas, televisão e rádio (BRASIL, 2008b). Nas semanas seguintes, outros testemunhos e novos fatos foram sendo apresentados pela mídia em geral, o que alimentou a continuidade do escândalo enquanto evento midiático expressivo, durante quase um ano e meio.

Dois dias após a divulgação da entrevista de Jefferson, os membros da CPI que apurariam as denúncias de corrupção nos Correios foram designados – a CPI havia sido criada em 25 de maio³². Em 12 de junho de 2005, vai para as bancas uma nova entrevista de Jefferson para a Folha de São Paulo. Dessa vez, o ex-deputado afirma que o dinheiro do *mensalão* vinha de estatais e de empresas privadas

³² O calendário das atividades da CPI dos correios pode ser conferido no endereço eletrônico: <<http://www.cpmidoscorreios.org.br/>>.

que apoiavam o Governo Lula, além de dar mais detalhes do esquema de corrupção. Segundo Jefferson, o dinheiro, que chegava “em malas”, era distribuído por Delúbio Soares, com a ajuda de “operadores” como o empresário Marcos Valério e o líder do PP na Câmara, José Janene (PP-PR).

No dia 13 de junho, o presidente Lula concedeu uma entrevista para o programa Café com o Presidente (**Entrevista nº. 1 de nosso corpus**). Nesse mesmo dia, viraram manchete os seus dizeres: “nós não deixaremos pedra sobre pedra, iremos investigar” (BRASIL, 2009b)³³. No dia seguinte, Roberto Jefferson prestou um longo depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, que durou mais de seis horas. O ex-deputado afirmou que a reação do presidente Lula, quando soube do *mensalão*, foi a de ter levado uma “facada”: “A reação do presidente foi a de uma facada nas costas. ‘O que que é isso [mensalão]’? Conteí e as lágrimas desceram dos olhos dele. Ele levantou e me deu um abraço”. Jefferson também disse que não tinha provas concretas do *mensalão* e pediu o afastamento de José Dirceu: “[...] se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula. Rápido, saia daí rápido”. Essas declarações circularam em inúmeros jornais do país³⁴.

Em 16 de junho, José Dirceu, tido como uns dos integrantes do PT com maior influência sobre o presidente Lula, anuncia formalmente sua demissão como ministro-chefe da Casa Civil³⁵. No dia seguinte, Roberto Jefferson anuncia seu afastamento da presidência do PTB, em uma reunião do Diretório Nacional de seu partido³⁶.

Dia 21, o presidente Lula voltou a falar sobre as denúncias contra seu governo e seu partido, durante seu discurso na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em Luziânia-GO (**Discurso nº. 2 de nosso corpus**). Lula afirmou que ele é a pessoa mais indicada para combater a corrupção: “ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país” (BRASIL, 2009c).

³³ “Lula afirma que não deixará pedra sobre pedra nas investigações”, Correio do Brasil, 13 de junho de 2005 (Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/lula-afirma-que-nao-deixara-pedra-sobre-pedra-nas-investigacoes/89672/>>. Acesso em: 30 dez. 2010).

³⁴ “Confira as principais afirmações feitas por Jefferson na Câmara”, Folha de São Paulo (Online), 14 de junho de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69670.shtml>>. Acesso em: 31 dez. 2010).

³⁵ Fonte: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/dirceu-deixa-casa-civil-volta-camara>>. Acesso em: 31 dez. 2010.

³⁶ Fonte: <<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=454>>. Acesso em: 31 dez. 2010.

Além disso, mostrou-se preocupado em relação ao fato de que eventuais denúncias sem provas podem manchar pessoas inocentes³⁷.

Na edição 406, do dia 22, a revista Isto É Dinheiro publica uma entrevista exclusiva com Fernanda Karina, ex-secretária do publicitário Marcos Valério. Segundo a revista, Karina afirmou que seu ex-chefe havia feito depósitos com o objetivo de supostamente beneficiar parlamentares. Ela ainda alegou que Valério se encontrava com integrantes do PT, entre eles, Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Dirceu³⁸.

No dia 22, a deputada licenciada Raquel Teixeira, do PSDB-GO, depõe no Conselho de Ética da Câmara e afirma que, em 18 de fevereiro de 2004, havia recebido uma proposta do deputado Sandro Mabel (PL-GO) para mudar de legenda e passar a fazer parte do PL, partido da base de sustentação do governo. Em troca, segundo ela, receberia um pagamento mensal de R\$ 30 mil, além de R\$ 1 milhão, que seriam entregues até o final daquele ano³⁹. Posteriormente, Mabel negou ter feito a proposta. Durante o depoimento da deputada, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), enviou um fax para o Conselho de Ética, afirmando que, no dia 5 de março de 2004, avisou Lula da proposta de mesada recebida pela deputada licenciada, durante visita oficial do presidente às instalações da fábrica da Perdigão S.A. em Rio Verde⁴⁰.

Em 23 de junho, Lula grava no Palácio do Planalto seu terceiro “pronunciamento à nação” do ano⁴¹ (BRASIL, 2009d). O tema são “as medidas do governo para o combate à corrupção”, conforme apresenta o título do documento que contém a transcrição desse pronunciamento, feita pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República (**Discurso nº 3 de nosso corpus**). Diversas cadeias de rádio e televisão exibiram os dizeres de Lula, na íntegra.

³⁷ “Lula diz ter ‘moral e ética’ para combater a corrupção”, Folha Online, 21 de junho de 2005. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69820.shtml>>. Acesso em: 2 jan. 2011).

³⁸ Fonte: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/16459_A+TESTEMUNHA+KARINA>. Acesso em: 31 dez. 2010. Em 7 de julho de 2005, Fernanda Karina prestou depoimento na CPMI dos Correios e entregou a agenda que continha a marcação dos supostos encontros entre Marcos Valério e petistas. O depoimento dela pode ser lido na íntegra no endereço: <http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/fernanda_karina07jul.htm>.

³⁹ Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/69205.html>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

⁴⁰ Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/69244.html>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

⁴¹ Os outros dois pronunciamentos foram feitos antes de a crise do *mensalão* se iniciar: primeiro de janeiro e trinta de abril de 2005.

Em mais uma entrevista à Folha, no dia 29, Roberto Jefferson apresentou novas denúncias contra o PT. O deputado afirmou que a estatal Furnas Centrais Elétricas realizava caixa dois para o PT, dividindo R\$ 3 milhões entre o diretório nacional do partido, o diretório mineiro e alguns parlamentares da base aliada⁴². No dia seguinte, Roberto Jefferson presta depoimento para a CPMI dos Correios, no qual reafirma denúncias feitas anteriormente. Novos detalhes do suposto esquema de compra de votos são fornecidos pelo parlamentar, como a informação de que o empresário Marcos Valério efetuava saques milionários no Banco Rural e no Banco do Brasil, para entregar esse dinheiro, em malas, a integrantes do PT⁴³.

1.4.3 Julho

No dia 4 de julho, Silvío Pereira, secretário-geral do PT, pede afastamento de suas funções no partido. No dia seguinte, o petista Delúbio Soares, tesoureiro do PT, faz o mesmo⁴⁴. Neste mesmo dia 5, é lido e aprovado na Câmara o requerimento de criação da CPMI destinada a apurar as denúncias de recebimento de vantagens financeiras por membros do Congresso Nacional, conhecida posteriormente como CPI do *Mensalão*⁴⁵.

No dia 8, um fato inusitado entrou para o rol de acontecimentos relacionados ao escândalo do *mensalão*: José Adalberto Vieira da Silva, assessor parlamentar de José Nobre Guimarães (PT-CE), foi preso pela Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas (SP), com R\$ 200 mil em uma bolsa de mão e 100 mil dólares presos ao corpo, na cueca⁴⁶. José Genoíno, presidente do PT na época, é irmão de José Nobre, por isso o caso repercutiu amplamente na mídia e virou motivo de inúmeras piadas

⁴² Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70087.shtml>>. Acesso em 2 jan. 2011.

⁴³ O depoimento de Roberto Jefferson pode ser conferido, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/roberto_jefferson30jun.htm>.

⁴⁴ Fonte: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70234.shtml>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

⁴⁵ A CPMI do *Mensalão* também teve a incumbência de investigar as acusações de compra de votos para a emenda constitucional n. 1/1995, que garantiu a possibilidade de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁴⁶ “Dólar na cueca”, Revista Veja, 13 de julho de 2005 (Disponível em: <http://veja.abril.com.br/130705/p_078.html>. Acesso em: 12 jan. 2011).

e suspeitas de ligação ao *mensalão*. No dia seguinte, José Genoíno deixou a presidência nacional do PT⁴⁷.

A essa altura da sequência de exposições midiáticas de denúncias, seguidas de comentários de jornalistas e de analistas políticos, a figura do presidente Lula já ocupava o centro das atenções nos meios de comunicação. Diversas matérias e artigos de opinião da mídia televisiva e impressa passaram a abordar veemente a questão da ciência do presidente Lula a respeito do suposto esquema de compra de votos no Senado. Nessa época, a Revista Veja estampou na capa da edição 1913, com data de 13 de julho, o rosto de Lula, com semblante pensativo, e a pergunta que consideramos ser emblemática, dentro do processo de problematização da figura do presidente: “Ele sabia?” (cf. Figura 2, a seguir).



Figura 2: Emblema da problematização da figura do presidente
Fonte: Veja Online

⁴⁷ “Abatido por suspeitas, José Genoíno deixa presidência do PT”, Folha Online, 9 de julho de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70381.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2011).

Em 15 de julho, o Jornal Nacional, da TV Globo, exibiu uma entrevista realizada com o acusado de ser o operador do *mensalão*, o empresário Marcos Valério. Uma explicação para as suas movimentações financeiras consideradas suspeitas foi apresentada: segundo o empresário, o dinheiro que ele sacou de suas contas foi emprestado para o PT financiar campanhas. Valério negou a existência do *mensalão* e acrescentou que os valores entregues ao PT não eram declarados à Justiça Eleitoral, o que se configuraria crime eleitoral (vulgo “caixa dois”)⁴⁸.

No dia seguinte, em entrevista à TV Globo, Delúbio Soares confirmou a versão de Marcos Valério e disse que ele havia montado um esquema de empréstimos ilegais com o publicitário, para financiar campanhas eleitorais do PT. Delúbio acrescentou que agiu sozinho e que Lula, José Dirceu e José Genoíno não sabiam da montagem desse esquema⁴⁹. A respeito das declarações de Delúbio Soares e de Marcos Valério, alguns jornais e revistas publicaram matérias nas quais suspeitavam que se tratasse de uma manobra para tentar reduzir as supostas irregularidades cometidas por parlamentares. Segundo essa interpretação, haveria um esforço para substituir o que seria uma prática de corrupção (venda de votos no Congresso) pela prática de caixa dois (não contabilização das despesas de campanha)⁵⁰.

No dia 17, vai ao ar, pelo programa Fantástico, da TV Globo, uma entrevista com o presidente Lula, realizada dois dias antes, em Paris, pela jornalista Melissa Monteiro (**Entrevista nº 2 de nosso corpus**). Essa entrevista teve grande repercussão na mídia, especialmente porque os dizeres de Lula – “O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente” (BRASIL, 2008c) – também foram associados, por alguns veículos midiáticos, à tentativa de minimizar a crise política, atribuindo-a à prática de caixa dois eleitoral⁵¹.

Em 19 de julho, os parlamentares que integravam a CPI dos Correios divulgaram uma análise preliminar das operações bancárias de Marcos Valério, obtidas através da quebra do sigilo bancário do empresário. A análise mostrou, segundo a Folha de São Paulo, que foram feitos saques em dinheiro das contas das empresas de Valério,

⁴⁸ Fonte: <http://veja.abril.com.br/200705/p_056.html>. Acesso em 12 jan. 2011.

⁴⁹ Fonte: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/delubio-confirma-esquema-emprestimo-valerio-garante-fiz-tudo-sozinho>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

⁵⁰ Fontes: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/crisenogoverno/interna/0,,OI940882-EI5297,00.html>>; <http://veja.abril.com.br/200705/p_056.html>. Acessos em: 12 jan. 2011.

⁵¹ Fonte: <http://veja.abril.com.br/191005/p_052.html>. Acesso em: 12 jan. 2011.

entre 2003 e 2004, que beneficiaram, direta ou indiretamente, parlamentares do PT, do PP, do PL e de outros partidos. O presidente da Câmara dos Deputados, na época dos saques, João Paulo Cunha (PT-SP), aparece como beneficiário de R\$ 50 mil em um saque feito por sua esposa; Anita Leocádia Pereira Costa, assessora do então líder do PT na Câmara, Paulo Rocha (PT-BA), aparece como beneficiária de saques que totalizam R\$ 320 mil; Josias Gomes (PT-BA) teria sacado, pessoalmente, R\$ 100 mil⁵². Essas informações sobre os saques nas contas das empresas de Marcos Valério supostamente derrubariam a tese de que o dinheiro do empresário foi entregue para o caixa dois do PT e reforçariam a de que teria havido *mensalão*⁵³.

Nesse mesmo dia 19, Silvio Pereira depõe na CPI dos Correios e afirma que não tinha conhecimento sobre práticas de *mensalão*. No dia 20, é a vez de Delúbio Soares depor à CPI. Reiterando o que havia dito na entrevista concedida à TV Globo, Delúbio afirmou que ele era único responsável pelo caixa dois do PT e que não havia *mensalão* no Congresso⁵⁴. Dia 21, o deputado federal Paulo Rocha (PT-PA) deixa a liderança do PT na Câmara⁵⁵. Em 22 de julho, Silvio Pereira admite ter recebido um automóvel de luxo, da marca Land Rover, como um presente de Cesar Oliveira, vice-presidente da empresa GDK Engenharia SA, que mantinha contratos milionários de prestação de serviços para a Petrobras. Por esse motivo, em carta enviada ao PT, Pereira pede sua desfiliação do partido⁵⁶.

Ainda no dia 22, o presidente Lula foi ao Rio de Janeiro para participar da cerimônia de posse do então presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, e afirmou que todas as denúncias de corrupção seriam investigadas (**Discurso nº 4 de nosso corpus**). Além disso, o presidente deu declarações que foram reproduzidas nos cadernos de política de diversos jornais: “não tem, nem mulher nem homem, que tenha coragem

⁵² Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70680.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

⁵³ Fonte: <http://veja.abril.com.br/270705/p_064.html>. Acesso em: 12 jan. 2011.

⁵⁴ Os depoimentos de Silvio Pereira e de Delúbio Soares podem ser lidos na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/silvio_pereira19jul.htm>;

<http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/delubio_soares20jul.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.

⁵⁵ Fonte:

<http://www.oparaense.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=781:cassado-pelo-tse-paulo-rocha-recebeu-r-920-mil-do-mensalao-do-pt&catid=10:politica&Itemid=11>. Acesso em: 13 jan. 2011.

⁵⁶ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70771.shtml>>. Acesso em: 13 Jan. 2011.

de me dar lição de ética, de moral e de honestidade. Neste país, está para nascer alguém que venha querer discutir ética [comigo]”⁵⁷ (BRASIL, 2008g).

No dia 26, a mulher e sócia do empresário Marcos Valério, Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, depôs na CPMI dos Correios. Ela afirmou que José Dirceu sabia dos empréstimos feitos ao PT, por intermédio de Delúbio Soares, e havia se reunido com representantes dos bancos envolvidos no escândalo (Rural e BMG) e das empresas de Valério⁵⁸. Dia 28, o jornal Folha de São Paulo publicou que Delúbio Soares teria dito ao Procurador Geral da República que Marcos Valério avalizou dois empréstimos contraídos pelo PT em 2003, os quais teriam sido usados para custear despesas do partido durante a transição do governo e a cerimônia de posse de Lula⁵⁹.

1.4.4 Agosto

No dia 1º de agosto, o deputado Valdemar Costa Neto, então presidente do PL e acusado de envolvimento no suposto esquema de *mensalão*, renuncia ao mandato de deputado federal. Conforme apresentou o jornal Folha de São Paulo, Costa Neto confirmou que recebeu dinheiro irregular do PT para pagar despesas de campanha⁶⁰.

Dia 2, Roberto Jefferson e José Dirceu participaram de uma sessão do Conselho de Ética da Câmara, momento em que o petebista reafirmou as denúncias sobre o suposto esquema de *mensalão* e o envolvimento de integrantes do PT, incluindo Dirceu, nesse esquema. Jefferson proferiu ainda novas denúncias que alimentaram a exposição dos desdobramentos da crise política: segundo ele, Dirceu havia promovido uma aproximação entre a empresa Portugal Telecom e o

⁵⁷ “Está para nascer alguém que venha querer discutir ética comigo, diz Lula”, Gazeta do Povo, Caderno G, 22 de julho de 2005 (Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?id=479353>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

⁵⁸ O depoimento de Renilda pode ser conferido na íntegra: <http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/renilda_26jul.htm>. Acesso em 13 jan. 2011.

⁵⁹ “Valério ajudou PT a cobrir despesas na posse de Lula”, Folha de São Paulo, 28 de julho de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70902.shtml>>. Acesso em; 13 jan. 2011).

⁶⁰ “Costa Neto diz que recebeu dinheiro e renuncia a mandato de deputado federal”, Folha de São Paulo, 1 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71000.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2011).

governo Lula, para que representantes do PT e do PTB fossem a Portugal com o intuito de pedir dinheiro para saldar dívidas dos dois partidos⁶¹. No dia 4, Jefferson depõe na CPMI do *Mensalão* e reafirma todas as denúncias feitas anteriormente⁶².

Em 9 de agosto, Marcos Valério presta depoimento na CPMI do *Mensalão*. Ele inicia pedindo desculpas ao Brasil e aos deputados da Comissão por não ter dito tudo que sabia em depoimentos anteriores. Entre outros assuntos, Valério criticou Roberto Jefferson, José Dirceu e a cúpula do PT, confirmou um repasse de R\$ 15 milhões à empresa de Duda Mendonça, publicitário da campanha de Lula em 2002, e apresentou uma lista de repasses que teriam beneficiado políticos do PSDB, em 1998, e do PT, em 2003 e 2004⁶³.

Duda Mendonça depõe espontaneamente na CPMI dos Correios no dia 11 de agosto e afirma que o pagamento por seu trabalho em 2002, na candidatura de Lula, era dinheiro proveniente de caixa dois, mas que o presidente Lula não tinha conhecimento disso. Mendonça disse que Marcos Valério o orientou a abrir uma conta no exterior, em um paraíso fiscal, para receber o pagamento que havia sido tratado com Delúbio Soares e operacionalizado por Valério⁶⁴.

Após o depoimento de Duda Mendonça, integrantes da oposição ao governo deram declarações sobre a suposta possibilidade de *impeachment* do presidente Lula⁶⁵. A governabilidade de Lula passou a ser discutida em diversos meios de comunicação, sendo que em alguns deles o *impeachment* foi abordado como uma alternativa possível para

⁶¹ “Jefferson volta a atacar rival. Dirceu só nega e se defende”, Veja Online, 2 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/jefferson-volta-atacar-rival-dirceu-so-nega-se-defende>>. Acesso em: 13 jan. 2011).

⁶² A íntegra do depoimento de Roberto Jefferson pode ser encontrado no endereço eletrônico <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise_lula/depoimentos/Mensalao_Jefferson.doc>. Acesso em 13 jan. 2011.

⁶³ A íntegra do depoimento de Marcos Valério pode ser lido no endereço <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise_lula/depoimentos/Mensalao_Valerio.doc>. Acesso em: 13 jan. 2011.

⁶⁴ “Duda admite caixa dois e recebimento nas Bahamas”, Veja Online, 11 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/duda-admite-caixa-2-recebimento-bahamas>>. Acesso em: 13 jan. 2011). A íntegra do depoimento de Duda Mendonça pode ser encontrado em: <http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/zilmar_duda11Ago.htm>. Acesso em: 13 jan. 2011.

⁶⁵ “Apesar de temer o impeachment, oposição já estuda procedimentos legais”, Folha Online, 11 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71337.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2011).

sanar a crise política⁶⁶. Declarações como a de César Maia (antigo PFL), então prefeito do Rio de Janeiro, divulgadas entre aspas na revista *Veja*, são exemplos de falas que apareceram naquele momento: “O processo de *impeachment* é inevitável e as provas estão colocadas”. Ou ainda como a de José Thomaz Nonô (PFL-AL), vice-presidente da Câmara: “Não adianta os moderados tentarem evitar: estamos caminhando para o *impeachment*”⁶⁷. De fato, o depoimento do publicitário da campanha de Lula teve grande repercussão no Congresso e na mídia em geral.

Em 12 de agosto, um dia após as declarações de Mendonça, o presidente Lula fez um pronunciamento à nação, durante a reunião ministerial, na granja do torto, sobre a crise política envolvendo o PT e o governo (**Discurso nº 5 de nosso corpus**). Considerado o mais importante pronunciamento de Lula desde o início da crise, os dizeres do presidente foram transmitidos ao vivo por diversos canais de televisão, no início da tarde, e durou quase dez minutos. Como título de uma de suas matérias, a Folha de São Paulo estampou os dizeres “Lula pede desculpas e diz que se sente traído”⁶⁸. Aqui, as referências são aos seguintes trechos do pronunciamento: “Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento [...] eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas” (BRASIL, 2008h, p. 2, 4).

No dia seguinte, chegou às bancas a edição 1918 da revista *Veja*, com data de 17 de agosto de 2005, a qual caracterizava o pronunciamento do presidente como uma “defesa” contra o que supostamente poderia acontecer, um exemplo de como a fala de Lula ressoou em alguns veículos midiáticos. Para a *Veja*, Duda Mendonça havia virado peça decisiva para “tornar Lula um ex-presidente”. A capa dessa edição apresenta uma imagem de Lula, aproximada até o busto, no púlpito onde fez seu pronunciamento, e os dizeres “a luta de Lula contra o *impeachment*”, com a palavra da língua inglesa figurando em letras garrafais, como mostra a Figura 3, a seguir:

⁶⁶ “Sobrevivência política de Lula corre rico, diz ‘Finacial Times’”, Folha Online, 12 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71373.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2011).

⁶⁷ Ambas as falas apareceram na matéria “O governo Lula acabou hoje, diz líder do PSDB”, da *Veja* Online, 11 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/governo-lula-acabou-hoje-diz-lider-psdb>>. Acesso em: 13 jan. 2011).

⁶⁸ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71365.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2011.



Figura 3: Exemplo da repercussão do pronunciamento de Lula sobre a crise
Fonte: Veja Online

Em 17 de agosto, a Executiva Nacional do PT divulgou uma nota em que apresenta um pedido de desculpas à nação⁶⁹. No dia 19, são divulgadas denúncias contra o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário da prefeitura de Ribeirão Preto (SP), na primeira gestão de Palocci (1993-1996), disse ao Ministério Público que Palocci recebia propina de uma empreiteira em seu segundo mandato como prefeito daquela cidade (2001 a 2002). O dinheiro, segundo Buratti, seria repassado por Palocci a Delúbio Soares⁷⁰. No dia 23, em depoimento à CPMI do *Mensalão*, o ex-

⁶⁹ A nota pode ser lida na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/brasi/1/2005/08/17/ult2041u112.jhtm>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

⁷⁰ Fontes: “Ex-auxiliar conta que Palocci pegava propina e dava ao PT”, <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/ex-auxiliar-counta-palocci-pegava-propina-dava-ao-pt>>; “O poder do fogo amigo”, <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI51417-15223,00-O+PODER+DO+FOGO+AMIG+O.html>>. Acessos em: 14 jan. 2011.

deputado Valdemar Costa Neto afirmou que a campanha do PT que elegeu Lula usou dinheiro de caixa dois⁷¹.

No dia 25, o presidente Lula voltou a falar sobre a crise, embora de maneira tangencial, durante seu discurso na 13ª reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio do Planalto. O seguinte trecho do discurso foi amplamente divulgado na mídia: “não farei como Getúlio, Jânio ou João Goulart. O meu comportamento será o mesmo de JK: paciência, paciência, paciência”⁷² (BRASIL, 2008i, p. 15). Em outro momento, durante a cerimônia de inauguração das obras de ampliação do aeroporto de Uberlândia (MG), no dia 30, o presidente Lula citou a paciência do ex-presidente Juscelino Kubitschek mais uma vez e afirmou que se deve “ter muita paciência para não tomar nenhuma decisão precipitada” (BRASIL, 2008j, p. 6).

1.4.5 Setembro

No dia 1º de setembro, as CPMI's dos Correios e do *Mensalão* divulgaram à imprensa um relatório parcial conjunto, no qual recomendavam a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra 18 deputados e um ex-deputado⁷³. Dia 3, o então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, que seria o responsável por presidir os processos de cassação contra os parlamentares citados pelas CPMI's, é acusado de cobrar propina. A edição nº 1921 da revista *Veja*, com data de 7 de setembro, publicou uma denúncia do empresário Sebastião Augusto Buani, dono de um restaurante do Congresso, em que

⁷¹ “Costa Neto confirma caixa dois em campanha”, *Veja Online*, 23 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/costa-neto-confirma-caixa-2-campanha>>. Acesso em: 14 jan. 2011).

⁷² “Não farei como Janio ou Getúlio, diz Lula”, *Veja Online*, 25 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/nao-farei-como-janio-ou-getulio-diz-lula>>. Acesso em: 14 jan. 2011); “Lula diz que não vai agir como os ex-presidentes Vargas, Jânio e Goulart”, *Folha Online*, 25 de agosto de 2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71777.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2011).

⁷³ O relatório pode ser obtido, na íntegra, no endereço eletrônico <<http://www.cpmidoscorreios.org.br/1relatorio.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2011. Os dezoito deputados são: Carlos Rodrigues (PL-RJ), João Magno (PT-MG), João Paulo Cunha (PT-SP), José Borba (PMDB-PR), José Dirceu (PT-SP), José Janene (PP-PR), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Professor Luizinho (PT-SP), Roberto Brant (PFL-MG), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Romeu Queiroz (PTB-MG), Sandro Mabel (PL-GO), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PL-SP). O ex-deputado é Valdemar Costa Neto (PL-SP), que havia renunciado um mês antes.

Severino é acusado de cobrar R\$ 10 mil por mês, de 2002 a 2003, para que Buani continuasse a fornecer refeições. Esse episódio ficou conhecido como “mensalinho”⁷⁴.

No feriado do dia 7, Lula fez um pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e TV, em razão das comemorações do dia da independência do Brasil. Quando falou sobre a crise política, Lula afirmou que era preciso “separar o joio do trigo”, para punir quem deve ser punido e inocentar quem deve ser inocentado. Além disso, declarou que não admitirá acordos “subalternos”. Esse dois trechos de seu pronunciamento apareceram em manchetes de jornais e revistas⁷⁵.

Em 12 de setembro, o deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), conhecido como Bispo Rodrigues, um dos parlamentares apontados pelo relatório das CPMI’s, renunciou ao seu mandato⁷⁶. No dia seguinte, o ex-ministro da Coordenação Política, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), declarou para o Conselho de Ética da Câmara que estava presente à reunião na qual Roberto Jefferson teria avisado Lula sobre o *mensalão*. De acordo com Rebelo, o presidente teria ordenado que ele e o líder do PT na época, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), investigassem o caso, mas a questão teria sido arquivada por falta de provas⁷⁷.

No dia 14, a Câmara dos Deputados aprova a cassação do deputado Roberto Jefferson e a perda de seus direitos políticos por oito anos, por não ter apresentado provas do suposto *mensalão* e por ter admitido que havia recebido dinheiro de caixa dois para se eleger⁷⁸. Dia 21, Severino Cavalcanti renunciou ao mandato de deputado federal e ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados⁷⁹.

⁷⁴ A edição 1921 da revista Veja chegou às bancas no dia 3 de setembro. O conteúdo da matéria “A propina de Severino” pode ser acessado no site <http://veja.abril.com.br/070905/p_052.html>. Acesso em: 14 jan. 2011.

⁷⁵ “Lula fala em separar o ‘joio do trigo’”, agência Reuters, 7 de setembro de 2005 (Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O1658845-EI1194,00-Lula+fala+em+separar+joio+do+trig+o+em+meio+a+crise.html>>. Acesso em: 14 jan. 2011).

⁷⁶ Fonte:

<http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99535>.

Acesso em: 15 jan. 2011.

⁷⁷ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72302.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁷⁸ “Deputado Roberto Jefferson é cassado”, Veja Online, 14/09/2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/deputado-roberto-jefferson-cassado>>. Acesso em: 15 jan. 2011).

⁷⁹ “Severino renuncia atacando ‘elitezinha’”, Veja Online, 21/09/2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/severino-renuncia-atacando-elitezinha>>. Acesso em: 15 jan. 2011).

1.4.6 Outubro e novembro

No dia 17 de outubro, outros dois deputados citados no relatório conjunto das CPMI's dos Correios e do *Mensalão*, José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-BA), renunciaram aos seus mandatos⁸⁰. No dia 22, o Conselho de Ética do PT votou pela expulsão de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido⁸¹.

Em 3 de novembro, o relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), divulgou um relatório parcial das atividades da CPMI. De acordo com o relatório, teriam sido desviados cerca de R\$ 10 milhões do Banco do Brasil, por meio de verbas de publicidade da empresa Visanet (atual Cielo), para as contas de Marcos Valério, que, por sua vez, teria repassado ao PT⁸².

No dia 7 de novembro, o presidente Lula concedeu entrevista para o Programa Roda Viva, da TV Cultura, que comemorava sua milésima edição (**Entrevista nº 3 de nosso corpus**). Durante a entrevista, Lula falou sobre a crise e algumas de suas declarações tiveram grande repercussão, como a de que não acreditava que houvesse *mensalão* no Congresso e que isso lhe “cheirava um pouco a folclore” (BRASIL, 2008d). Lula também disse que o PT havia errado ao fazer caixa dois e que ele se sentia traído por aqueles que haviam feito tal prática⁸³.

O ex-ministro dos Transportes, Anderson Aduato (PL-MG), declarou no dia 9 à CPMI do *Mensalão* que usou caixa dois em todas as campanhas que disputou. Ele afirmou também ter recebido R\$ 410 mil de Marcos Valério, por intermédio de Delúbio Soares⁸⁴. No dia 17 de novembro, a CPMI do *Mensalão* foi encerrada, por falta de assinaturas para o pedido de sua prorrogação. A CPMI não chegou a aprovar um relatório final, com uma conclusão efetiva a respeito da real existência

⁸⁰ Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/76759.html>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁸¹ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73409.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁸² “Banco do Brasil desviou R\$ 10 mi para o PT, diz Serraglio”, Folha Online, 03/11/2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73676.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011).

⁸³ “Lula nega ‘mensalão’, mas admite caixa dois no PT”, Folha, 08/11/2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73772.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011). “Lula diz na TV que o PT errou com caixa 2”, Veja Online, 07/11/2005 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/lula-diz-tv-pt-errou-caixa-2>>. Acesso em: 15 jan. 2011).

⁸⁴ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73811.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

do *mensalão*. Entretanto, seu relator, o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), apresentou um parecer, que não teve efeito legal, no qual afirma que parte do dinheiro empregado nas campanhas eleitorais para governador, em 2002, e para prefeito, em 2004, teve origem ilícita e serviu para o pagamento de vantagens indevidas a deputados, com periodicidade variável, não necessariamente mensal, mas constante⁸⁵.

1.4.7 Dezembro

No dia primeiro de dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou o parecer da Comissão de Ética que pedia a cassação do mandato de José Dirceu, por quebra de decoro parlamentar⁸⁶. Ainda neste dia, o Conselho de Ética da Câmara ouviu o deputado João Magno (PT-MG), acusado de participar do suposto esquema de *mensalão*. Magno afirmou que recebeu recursos para pagamento de campanhas que não foram contabilizados no prazo adequado, mas que não teria participado de *mensalão*. Segundo o parlamentar, foram R\$ 426 mil vindos do PT, sob orientação de Delúbio Soares e por intermédio das empresas de Marcos Valério, usados para pagar despesas de suas campanhas a deputado federal, em 2002, e à Prefeitura de Ipatinga, em 2004⁸⁷.

No dia 16, Lula voltou a falar, mesmo que brevemente, sobre as denúncias de corrupção em seu governo, durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental de uma nova refinaria da Petrobrás em Pernambuco. A estatal de petróleo da Venezuela (PDVSA) foi parceira do empreendimento e Hugo Chaves esteve presente à cerimônia. Para a Folha de São Paulo, Lula fez um discurso com críticas a seus inimigos políticos e à imprensa. O motivo de tal interpretação seriam as afirmações de Lula, de que estaria vivendo um “denuncismo”

⁸⁵ O seguinte trecho do parecer de Ibrahim Abi-Ackel foi amplamente divulgado pela imprensa, entre aspas: “Houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mas constante em 2002 e em 2003. Chame-se a isso mensalão quem quiser; chame-se a isso quinquênio quem quiser; chame-se a isso semanão quem quiser” (Fontes: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73985.shtml>>; <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/trabalho-sera-encerrado-conclusoes>>; <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/relatorio-admite-repasse-ilegal-verba-deputados-recusa-termo-mensalao>>. Acessos em: 16 jan. 2011).

⁸⁶ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74295.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

⁸⁷ Fonte: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/80095.html>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

semelhante ao que Chávez teria vivido com a imprensa Venezuelana⁸⁸ (BRASIL, 2008k).

Em 21 de dezembro, a CPMI dos Correios divulgou um documento de prestação de contas que reforçava as teses da existência de pagamentos para partidos da base aliada (PTB, PP e PL), na véspera de votações importantes para o governo, do financiamento de mudanças de legenda, por parte de deputados, e do financiamento irregular de campanhas⁸⁹.

No dia 23, durante seu discurso na cerimônia de comemoração à marca de 8,7 milhões de benefícios do Programa Bolsa Família, Lula afirma que é vítima de “inveja” e “rancor” da oposição, a qual pratica, segundo ele, um “jogo rasteiro”⁹⁰: “Não existe nada que cause mais inveja do que um ex-governante ver que o seu sucessor está fazendo mais do que ele, não existe nada que possa causar mais rancor, mais mágoa, do que o sucesso de um adversário político” (BRASIL, 2008l).

1.4.8 O ano de 2006

Em 2006, acreditamos que não houve tantas matérias sobre corrupção, na imprensa, quanto no ano anterior. As eleições se aproximavam e os assuntos relativos à escolha dos representantes do poder executivo e legislativo, em âmbito federal e estadual, aos poucos foram tomando maiores parcelas do espaço destinado à cobertura da crise política. Contudo, o presidente Lula concedeu entrevistas e proferiu discursos que são importantes para a análise que pretendemos empreender neste trabalho.

No primeiro dia do ano, o programa Fantástico, da TV Globo, exibiu uma entrevista concedida pelo presidente Lula ao repórter Pedro Bial (**Entrevista nº 4 de nosso corpus**). Lula falou sobre os escândalos envolvendo seu governo, como o *mensalão*, e os problemas enfrentados pelo PT. Na introdução deste trabalho, mostramos um trecho dessa

⁸⁸ “Lula compara ‘denuncismo’ no Brasil a críticas feitas a Chávez na Venezuela”, Folha Online, 16/12/2005 (Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74677.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011).

⁸⁹ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74753.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

⁹⁰ “Lula vê ‘rancor’ na oposição e prevê ‘guerra santa’ em 2006”, Folha Online, 24/12/2005 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74805.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011).

entrevista, quando o repórter pergunta ao presidente, diretamente, se ele sabia ou não do suposto esquema de compra de votos no Congresso (BRASIL, 2008a). Repercutiram na imprensa as afirmações de Lula de que ele não sabia do suposto *mensalão* e sua dúvida a respeito da existência desse tipo de corrupção. Parlamentares da oposição, assim como o relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, criticaram as declarações de Lula⁹¹.

Em 21 de janeiro, a revista *Veja* publicou uma matéria na qual acusa Duda Mendonça de ter recebido 15 milhões de dólares em contas em paraísos fiscais. Segundo a revista, ao contrário do que Mendonça havia declarado na CPMI dos Correios, ele teria outras duas contas no exterior, usadas para caixa dois⁹².

No dia 8 de março, os deputados Roberto Brant (PFL-MG) e Professor Luizinho (PT-SP) foram absolvidos da acusação de quebra de decoro parlamentar, feita pela CPMI dos Correios⁹³. Dia 15, a Câmara dos Deputados cassou o mandato do deputado Pedro Corrêa (PP-PE) e absolveu o deputado Pedro Henry (PP-MT). João Magno, do PT de Minas, então envolvido em denúncias de participação no *mensalão*, foi absolvido pela Câmara em 23 de março⁹⁴. Esses parlamentares integravam a lista de quebra de decoro que havia sido enviada para a Câmara pelas CPMI's dos Correios e do *Mensalão*⁹⁵. Pedro Corrêa foi o terceiro e último parlamentar cassado pela Câmara⁹⁶.

A deputada Angela Guadagnin (PT-SP) foi protagonista de um episódio que, assim como o dos dólares na cueca, foi motivo de diversas piadas em revistas, jornais, rádios e TV. Após a absolvição de João Magno, a deputada dançou no Plenário, em comemoração a não

⁹¹ “Lula erra ao afirmar não existir o ‘mensalão’, diz Serraglio”, Folha Online, 03/01/2006 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74904.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011). “Entrevista foi um fracasso total”, diz ACM”, Folha Online, 02/01/2006 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74895.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2011).

⁹² Fonte: <http://veja.abril.com.br/250106/p_050.html>. Acesso em: 17 jan. 2011.

⁹³ Fontes: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/84474.html>>; <http://www2.camara.gov.br/agen_cia/noticias/84486.html>. Acessos em: 17 jan. 2011.

⁹⁴ “Deputados absolvem o deputado João Magno”, Agência Câmara, 23/03/2006 (Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/85288.html>>. Acesso em: 17 jan. 2011).

⁹⁵ “Plenário cassa mandato de Corrêa e absolve Henry”, Agência Câmara, 15/03/2006 (Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/84903-PLENARIO-CASSA-MANDATO-DE-CORREA-E-ABSOLVE-HENRY.html>>. Acesso em: 17 jan. 2011).

⁹⁶ “Conheça a situação dos 19 acusados”, Agência Câmara, 06/12/2006 (Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NAO-INFORMADO/96200-CONHECA-A-SITUACAO-DOS-19-ACUSADOS.html>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

cassação do colega de partido. A dança repercutiu em diversos órgãos de imprensa como a “dança da pizza” ou a “dança da impunidade”⁹⁷.

Em 27 de março, o ministro da fazenda, Antonio Palocci, solicitou ao presidente Lula o seu afastamento do cargo⁹⁸. Esse pedido foi escrito horas depois de o então presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, dizer à Polícia Federal que havia entregado os dados bancários do caseiro Francenildo Costa – obtidos ilegalmente – diretamente a Palocci⁹⁹.

No dia 29 de março, a CPMI dos Correios divulgou seu relatório final¹⁰⁰. No documento, os integrantes da CPMI afirmam que de fato existiu o *mensalão*, entendido como repasse de recursos ilegais a parlamentares, e pedem o indiciamento de 120 pessoas, entre elas José Dirceu, Duda Mendonça, Marcos Valério e Delúbio Soares. Com relação à questão da ciência que o presidente Lula tinha sobre o *mensalão*, encontramos as seguintes afirmações: “não parece que havia dificuldade para que [Lula] pudesse lobrigar a anormalidade com que a maioria parlamentar se forjava. Contudo, não se tem qualquer fato que evidencie haver se omitido” (BRASIL, 2010, p. 794).

Em 28 de abril, o presidente Lula concede entrevista em São Paulo, quando vistou o Feirão da Casa Própria, feira de exposição organizada pela Caixa Econômica Federal (**Entrevista nº 5 de nosso corpus**). Durante a entrevista, Lula comentou o indiciamento de seu ex-ministro, Antonio Palocci, pela Polícia Federal, ocorrido um dia antes (BRASIL, 2008e).

⁹⁷ “Após ‘dança da pizza’, as desculpas”, Veja Online, 24/03/2006 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/apos-danca-pizza-desculpas>>. Acesso em: 17 jan. 2011).

⁹⁸ “Palocci pede afastamento e Mattoso confirma manobra”, Veja Online, 27/03/2006 (Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/palocci-pede-afastamento-mattoso-confirma-manobra>>. Acesso em: 17 jan. 2011).

⁹⁹ Em 14 de março, Francenildo havia acusado o ministro Antonio Palocci de frequentar a mansão na qual ele trabalhava, com intuito de orquestrar a distribuição de dinheiro recebido mensalmente de Rogério Buratti, secretário de governo de Ribeirão Preto na primeira gestão de Palocci. Havia se iniciado, então, o episódio que ficou conhecido como “caso Francenildo”, ou “escândalo da quebra do sigilo bancário”. Em 18 de março, a revista Época (Edição 409, de 17/03/2006) divulgou um extrato bancário de Francenildo, no qual havia depósitos que totalizavam R\$ 38.860, e levantou suspeitas de que o caseiro havia sido pago para denunciar Palocci. Como a revista teve acesso aos dados bancários sigilosos do caseiro, o Ministério da Fazenda, a Polícia Federal e a Caixa Econômica Federal passaram a ser suspeitos de terem participado da quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo.

¹⁰⁰ Os três volumes do relatório estão disponíveis no endereço eletrônico <<http://www.senado.gov.br/atividades/comissoes/cpi/relatoriofinalcorreios.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

No dia primeiro de maio, Lula discursou em São Bernardo do Campo (SP), por ocasião da missa em homenagem ao Dia do Trabalhador. A respeito desse discurso, o Jornal O Estado de São Paulo noticiou no dia seguinte que Lula havia dito que o povo iria “julgar quem é quem na política brasileira” e que ele não responderia aos ataques de “pessoas nervosas”, das quais não citou nomes¹⁰¹. Em sua fala, Lula afirma que tomou uma decisão de nunca ficar “nervoso” e compara o presidente da república a um avô, que, segundo ele, diferentemente de um pai, não pode ficar nervoso com o neto (BRASIL, 2008m).

Em 7 de maio, o jornal O Globo publicou uma entrevista polêmica concedida por Silvio Pereira, ex-secretário geral do PT e acusado por Roberto Jefferson de ser o gerente do *mensalão*. De acordo com o jornal, Silvio Pereira afirmou que o plano de Marcos Valério e de Delúbio era arrecadar R\$ 1 bilhão durante o governo Lula. Além disso, disse que Lula não tinha responsabilidade sobre o esquema de corrupção, mas que “quem mandava [no PT] eram Lula, José Genoíno, Aloízio Mercadante e José Dirceu”. A entrevista teve grande repercussão, também porque Silvio Pereira afirmou que os repasses de dinheiro ilegal a deputados continuavam e que “atrás de Marcos Valério” devia haver “cem Marcos Valérios”¹⁰².

No dia primeiro de junho, durante uma cerimônia em Manaus (AM), o presidente Lula discursou e voltou a falar que não ficará nervoso como alguns políticos e que o povo brasileiro é quem vai julgar a situação. Ainda durante sua visita a Manaus, Lula concedeu uma entrevista na qual afirmou que quer que a oposição coloque a CPI na televisão todo dia, para que o povo veja as “torturas que eles [os membros das CPMI’s] fizeram com muita gente” (BRASIL, 2008f) – **Entrevista nº 6 de nosso corpus**.

Antes das eleições, no dia 16 de outubro, o presidente Lula concedeu mais uma entrevista ao Programa Roda Viva (**Entrevista nº 7 de nosso corpus**). Como candidato a reeleição, Lula avaliou seu mandato e respondeu a diversas perguntas sobre a crise política, o que fez com que suas declarações tivessem grande repercussão (SILVA, 2006). Entre o que foi amplamente noticiado sobre a entrevista, citam-se as declarações de Lula a respeito de seu desconhecimento do suposto

¹⁰¹ “Lula diz que será julgado pelo povo e, em ato falho, admite candidatura”, O Estado de São Paulo, 02/04/2006 (Disponível em: <<http://www.tjm.sp.gov.br/Noticias/0502lula.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2011).

¹⁰² Fonte: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=288394>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

esquema de *mensalão* e da atuação dos petistas acusados de corrupção¹⁰³.

Com a rápida cronologia do escândalo do *mensalão* apresentada aqui, esperamos ter situado melhor o leitor a respeito dos eventos aos quais a fala do presidente Lula, que estará sob análise, está relacionada. Realizada essa última tarefa da exposição das diretrizes de nossa pesquisa, passemos para o próximo capítulo, a fim de delimitarmos nossos pressupostos teóricos e nossas hipóteses de análise.

¹⁰³ “No Roda Viva, Lula reafirma que não sabia nada sobre mensalão e compra de dossiê”, O Estado de São Paulo Online, 17/10/2006 (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades /2006/not20061017p68279.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2011).

CAPÍTULO 2 DELIMITAÇÕES TEÓRICAS E HIPÓTESES

A verdade – em tudo, e mormente em coisas
sociais – é sempre complexa.

Fernando Pessoa

Neste capítulo, primeiramente nosso objetivo será apresentar de modo sucinto o desenvolvimento dos estudos de Michel Foucault sobre a noção grega de *parrêsia*, a fim de situá-la dentro das últimas obras do autor. Veremos como Foucault aborda as relações entre essa prática de subjetivação e a verdade, no contexto do jogo político da democracia grega da antiguidade. Além disso, focalizaremos a análise de Foucault a respeito da dinâmica do processo de problematização da *parrêsia* e os desdobramentos de sua crise entre os gregos. Em segundo lugar, articularemos ao contexto desta tese a explanação dos aspectos teóricos e analíticos da prática da *parrêsia* e de sua crise, a fim de passarmos, em seguida, para a formulação de nossas hipóteses de pesquisa.

2.1 OS ESTUDOS DA *PARRÊSIA* EM MICHEL FOUCAULT

No curso “A Hermenêutica do Sujeito” (1982), Foucault se ocupa da análise da intensificação da “cultura de si” nos dois primeiros séculos de nossa era. Intensificação possível devido à presença, nessa cultura, de uma noção de verdade filiada à tradição do que o autor chama de espiritualidade. A verdade não é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento na espiritualidade; a verdade consiste em algo que postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme (FOUCAULT, 2004a, p. 19-20). É sob o modo da espiritualidade que há a possibilidade de relacionar o acesso à verdade com várias práticas ascéticas, já que a verdade não é tida como verdade da essência ou da origem na qual o sujeito se descobriria, mas ela é trabalho sobre si; é produção e *ethos*.

Nesse contexto, aparece pela primeira vez nas pesquisas de Foucault a noção de *parrêsia*, procedimento que ocupa um lugar notável

na cultura de si. Uma das significações originárias da palavra grega *parrêsia* é “dizer tudo”. Essa palavra é traduzida frequentemente como “franco falar”, “liberdade da palavra” etc.¹⁰⁴. Entretanto, a *parrêsia* é uma noção complexa, na medida em que ela designa uma virtude, uma qualidade, um dever e uma técnica que deve caracterizar aquele indivíduo que se encarrega de cuidar do cuidado que os outros vão ter com eles mesmos (FOUCAULT, 2008, p. 42-43). Desse modo, a constituição do indivíduo que está sendo guiado como sujeito moral necessita da presença e do acompanhamento de um outro dotado da faculdade da *parrêsia*, da liberdade da fala.

O papel desse diretor de consciência é dizer a verdade necessária e nada esconder, mas dizê-la por meio de uma forma específica, que é a *parrêsia*. Este procedimento exige coragem, pois o dizer verdadeiro pode romper a relação com o outro ou encolerizá-lo; envolve riscos que devem ser assumidos no ato do dizer por aquele que enuncia a verdade. Tem-se aí um conceito situado no centro de confluência da obrigação de dizer a verdade – embora esta demande riscos para aquele que fala –, dos procedimentos e técnicas de direção de consciência e da relação consigo.

Dentro dos estudos de Foucault sobre a história da noção de *parrêsia* na cultura grega, podemos dizer que esse é um momento *helenístico* que corresponde principalmente às análises da aula de 10 de março do curso de 1982, A Hermenêutica do Sujeito. Nessa aula, o autor se dedica a examinar a noção de *parrêsia* em Sêneca, Filodemo e Galeno, no quadro da direção de consciência.

A título de esquema geral, além desse momento helenístico, Gros (2004) caracteriza outros três grandes momentos da análise histórica de Foucault sobre a problematização da *parrêsia*: o momento político, o momento socrático e o momento da *parrêsia* cínica. Em relação ao primeiro, destaca-se todo o curso de 1983, O Governo de Si e dos Outros, onde é analisado o papel da *parrêsia* e de sua prática para a salvação da cidade no regime de governo democrático da Grécia Antiga. No segundo momento, a *parrêsia* deixa de implicar a salvação da cidade e passa a ter como objetivo a provação das almas. A figura de Sócrates é examinada então por Foucault, principalmente em seu último curso, A Coragem da Verdade (1984), como “aquele que articula a exigência da

¹⁰⁴ Em o Governo de si e dos outros, embora as análises de Foucault a respeito do tema da *parrêsia* na Antiguidade sejam absolutamente originais, o autor indica obras historiográficas que tratam (de outra forma) do tema da *parrêsia* e de sua tradução, como a do latinista italiano Giuseppe Scarpat (1964) – cf. referências.

parrêsia com os temas do cuidado de si e da técnica da existência” (GROS, 2004, p. 160-161). No terceiro momento, Foucault se volta para a filosofia cínica e analisa como dela emerge, mediante a exigência da prática da *parrêsia*, certo estilo de vida no qual a verdade toma corpo no próprio corpo daquele que se priva das convenções, do supérfluo, do apego às coisas e às opiniões vãs, e passa a viver uma outra vida, uma “verdadeira vida”.

Para Foucault, ainda no *Laques*, de Platão, obra estudada no curso de 1984, há uma abertura para a filosofia cínica, pois nesse diálogo, diferentemente do que ocorre no Primeiro Alcibiades, o objeto do cuidado deixa de ser a alma e passa a ser o *bios*, a vida, a existência, o corpo, que deve ser colocado à prova, corajosamente, segundo a verdade. A história crítica da verdade e das relações entre a verdade e o sujeito, realizada por Foucault, tem no curso de 1984 (*A Coragem da Verdade*) um último momento, no qual o autor olha para a vida outra que se manifesta no cinismo, a vida como presença imediata, escandalosa e selvagem da verdade (FOUCAULT, 2009).

Desses quatro momentos esboçados rapidamente, interessa-nos em especial o momento político do estudo da história da *parrêsia* em Foucault, em virtude de nosso interesse de pesquisa, que consiste em analisar como se constitui o sujeito político presidente Lula, em relação à demanda particular por seu dizer verdadeiro no campo do discurso político. Embora a noção de *parrêsia* tenha sido examinada inicialmente no quadro da direção de consciência, principalmente no curso de 1982 (*A Hermenêutica do Sujeito*), esse conceito não estava em oposição ao tema da governamentalidade¹⁰⁵, como bem adverte Revel (2005), pois o *ethos* do cuidado de si é uma arte de governar os outros. Este é um ponto analítico de transição, diríamos assim, entre o curso de 1982 e o curso que mais nos interessa, o de 1983 (*O Governo de Si e dos Outros*): na Antiguidade Clássica, torna-se essencial saber tomar cuidado de si para bem governar a cidade.

Talvez nos seja mais interessante segmentar o estudo de Foucault sobre as múltiplas modificações por que passou a prática da *parrêsia* em duas grandes orientações, a fim de que delimitemos melhor o aporte teórico de nossa pesquisa. Desse modo, essas orientações corresponderiam à prática da *parrêsia política* e à da *parrêsia*

¹⁰⁵ Desde 1978, com o curso *Securité, Territoire e Population (1977-1978)*, o tema da governamentalidade é o pano de fundo dos trabalhos de Foucault.

*filosófica*¹⁰⁶. Isso porque no curso de 1983 (O Governo de Si e dos Outros), o estudo da *parrêsia* se inicia com o papel político da prática do dizer verdadeiro na democracia grega antiga e se desenvolve a partir das transformações graduais dessa prática em direção à prática da *parrêsia* filosófica. Foucault (2008) delinea uma trajetória de problematização da prática da *parrêsia*, pelo exame da maneira pela qual o dizer verdadeiro se torna um problema na democracia, a ponto de haver uma reorganização do *modus operandi* dessa prática. Essa reorganização se dá, em primeiro lugar, com a dificuldade de a *parrêsia* ser exercida em detrimento da fala de bajuladores que dizem o que o outro quer ouvir, e não o que pensam; em segundo lugar, com a entrada do exercício da *parrêsia* em relação ao campo político não-democrático (surge a figura do conselheiro, a exemplo de Platão em Siracusa); por último, com a transformação de seus objetivos, pois a *parrêsia* passa a não mais ter em vista a salvação da cidade, mas a provação das almas. A partir da percepção dessa mudança nos objetivos da *parrêsia*, Foucault (idem) inicia, então, os estudos das práticas da *parrêsia* filosófica, os quais abordam desde a figura de Sócrates até a dos cínicos. Assim, além do papel da *parrêsia* na democracia grega antiga, o estudo da *parrêsia* político-democrática compreende a investigação das razões e do modo com o qual essa prática entra em crise e passa a não encontrar mais lugar no jogo político-democrático ateniense.

2.2 O MOMENTO POLÍTICO DA PARRÊSIA

Em seu penúltimo curso no *Collège de France*, O Governo de Si e dos Outros (1982-1983), Foucault se interessa por analisar as técnicas de si no campo político. Como já dissemos, sua questão principal, à qual devidamente alinhamos a nossa, diz respeito a “como o dizer verdadeiro, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar como o indivíduo se constitui como sujeito na relação a si e aos outros” (FOUCAULT, 2008, p. 42, tradução nossa)¹⁰⁷. O autor define inicialmente a *parrêsia* em sua dimensão positiva

¹⁰⁶ Lembramos que, embora utilizemos o termo “filosófica”, não fazemos referência ao campo restrito do conhecimento ou da inteligência, já que Foucault mostra que os filósofos gregos, helenísticos ou romanos que ele estudou associavam a questão do saber/conhecimento (como alcançar a verdade) com a questão da espiritualidade (de que modo o sujeito se modifica para ter acesso a verdade) (FOUCAULT, 2004, 2008, 2009).

¹⁰⁷ O trecho original em francês encontra-se transcrito na nota 14.

original: ela é o fundamento ético da Grécia do século IV (a.C.). Nas obras de Eurípides, a *parrêsia* aparece como uma característica essencial da democracia ateniense. Em geral, “a *parrêsia* foi uma linha diretriz para a democracia, bem como uma atitude ética e pessoal característica do bom cidadão ateniense” (FOUCAULT, 2003, p. 274, tradução nossa)¹⁰⁸. Em uma democracia na qual todos os atenienses (*politeía*) desfrutavam de iguais direitos de falar (*isêgoria*), de iguais direitos de participação no exercício do poder (*isonomia*), a *parrêsia* era um requisito para se falar em público, e se dava entre os cidadãos, no âmbito privado, e também entre os cidadãos reunidos em assembléia. O lugar de exercício da *parrêsia* era a *ágora* – praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam, muitas vezes, as assembléias do povo (FERREIRA, 1999).

No quadro político em que a prática do dizer verdadeiro aparece como a devolução ao cidadão bem nascido – filho de pais atenienses¹⁰⁹ – do privilégio de tomar a palavra, de usar do franco falar, de exercer ascendência sobre os outros, não há “problematização”¹¹⁰ da *parrêsia* (FOUCAULT, 2003, p. 315). É o que vemos em um primeiro momento nas análises de Foucault (2008) da tragédia *Íon* (418-417 a.C.), de Eurípides, e de três discursos de Péricles. A *parrêsia* possui um valor ou sentido positivo, pois ela é tanto a liberdade para dizer o que se quer quanto um privilégio concedido aos primeiros cidadãos atenienses.

O *parresiasta* poderia dizer a verdade precisamente porque era um bom cidadão, era bem nascido, tinha uma relação respeitosa com a cidade, com a lei e com a verdade. A personagem Íon queria desfrutar desse privilégio e exercer uma ascendência sobre os outros – bem governar a cidade –, por isso busca suas origens, pois só a certeza de ter nascido de uma mãe e de um pai ateniense lhe daria a liberdade para uma fala *parrêsiastica*. Para que Íon assumisse seu papel *parrêsiástico* do qual estava naturalmente dotado, a verdade acerca de suas origens precisaria ser revelada.

¹⁰⁸ “[...] la parrésia fue una línea directriz para la democracia tanto como una actitud ética y personal característica del buen ciudadano.”

¹⁰⁹ De acordo com a legislação ateniense da época, não se podia ser cidadão em Atenas se os pais não fossem nascidos nessa cidade (Foucault, 2003, p. 294).

¹¹⁰ Foucault (2003, p. 389) define *problematização*: “[...] el proceso de ‘problematización’ [...] significa: cómo y por qué ciertas cosas (el comportamiento, los fenómenos, los procesos) se vuelven un problema. Por qué, por ejemplo, ciertas formas de comportamiento fueron caracterizadas y clasificadas como ‘locura’ mientras otras formas similares fueron completamente desechadas en un momento histórico determinado; lo mismo para el crimen o la delincuencia, la misma cuestión en la problematización de la sexualidad”.

Apesar do valor positivo da *parrêsia* nessa tragédia de Eurípidés, as análises de Foucault, como dissemos, nos conduzem para o processo de problematização do dizer verdadeiro na democracia ateniense: no que diz respeito à *parrêsia* exercida pelo sujeito governante¹¹¹, não há concretização dessa prática na obra de Eurípidés, já que o dizer verdadeiro do pai de Íon, o deus Apolo, não pôde se formular. Íon entrará na cidade como tirano e não exercerá a *parrêsia*, aponta Foucault (2008, p. 135), pois a verdade oracular de Apolo não é revelada a Xuto, ficando este com a ilusão de que Íon é seu filho. Apolo não assume o risco para o qual seu dizer verdadeiro o posicionaria¹¹².

Os três discursos de Péricles

Ao contrário do que podemos supor a Íon, Péricles se constitui como governante *parresiasta* e exerce seu direito de falar toda a verdade que pensa e nada esconder. Na segunda hora da aula de 2 de fevereiro de 1983, do curso O Governo de Si e dos Outros, Foucault (2008) analisa três discursos de Péricles, presentes na obra de Tucídides (2001), *História da Guerra do Peloponeso*, com vistas a delinear o bom funcionamento da *parrêsia* na democracia, a partir da fala de quem ocupa a posição de governante.

O discurso da guerra é a primeira fala de Péricles analisada por Foucault. No final do século V a.C, os embaixadores de Esparta se dirigem a Atenas para dar um ultimato: eles deveriam renunciar ao império construído sobre a Grécia Antiga, para que não houvesse guerra. Conforme o relato de Tucídides, reunidos em assembleia para decidir o que fazer, os atenienses ficam divididos, pois, após todos terem tomado a palavra e dado a sua opinião, alguns pensam que a guerra é inevitável, outros que a paz deve ser mantida. Então, chega a vez de Péricles tomar a palavra, aquele que é descrito por Tucídides (2001, p. 83) como “o homem mais eminente entre os atenienses daquele tempo, graças à sua superioridade tanto em palavras quanto em atos”. Péricles avança à tribuna para dar a sua opinião verdadeira de que eles não poderiam ceder aos espartanos. E adverte aos que concordarem com sua opinião que, em caso de derrota, ele não seja o único culpado, já que a guerra seria uma

¹¹¹ Embora Íon não entre em Atenas como *parresiasta*, de acordo com as análises de Foucault (2008), na obra de Eurípidés há a concretização da *parrêsia* como *imprecação*. É o caso da personagem Creúsa, que profere duras verdades dirigidas a Apolo.

¹¹² Adiante, voltaremos a esse tema da problematização da *parrêsia* na obra Íon, de Eurípidés.

resolução comum; que ele não seja penalizado individualmente em caso de insucesso. Foucault (2008, p. 160) aponta que, em seu discurso verdadeiro, Péricles exorta a assembleia, corajosamente, a ser solidária na vitória ou em uma eventual derrota. A maioria dos cidadãos aceita a opinião de Péricles e uma espécie de “pacto *parresiástico*” se firma: a assembleia é interpelada a ser, ela também, *parresiasta*, aceitando os riscos implicados, não punindo individualmente Péricles em caso de derrota e sendo solidária à decisão acatada por todos.

A partir da análise desse discurso da guerra, Foucault (ibidem, p. 158-160) mostra como se pode esquematizar o funcionamento da boa *parrêsia* democrática utilizando-se os vértices de um retângulo. Em um primeiro vértice, estaria a democracia, entendida como regime de governo no qual funcionariam os preceitos da *isonomia* e da *isêgoria*. Conforme observa Foucault, não há *parrêsia* sem democracia: Péricles faz uso de seu direito de falar, de dar a sua opinião e de participar das decisões políticas. Em um segundo vértice, estaria o jogo da ascendência de uns cidadãos sobre os outros, devido às relações agonísticas que estão presentes em uma democracia em que há aqueles que são persuadidos e aqueles que persuadem e exercem comando. Pela palavra e pela ação, Péricles se transformou no homem mais influente de Atenas. Em um terceiro vértice, estaria o próprio dizer verdadeiro. Ao tomar a palavra para persuadir e exercer a ascendência, é necessário que se faça isso em referência ao discurso verdadeiro. Diante de Péricles, os atenienses ouvem o discurso da racionalidade política (*logos* razoável), mas que se constitui a opinião desse governante, à qual ele se identifica. Em um último vértice, estaria a coragem necessária para enfrentar disputas e divergências de opiniões e de pensamento que emergem em um regime democrático. Ao expor a sua opinião, Péricles corria sérios riscos, inclusive o de morrer, se os cidadãos se voltassem contra ele, caso perdessem a guerra.

Conforme Foucault expõe em seu curso, os quatro vértices do retângulo são as condições para o bom funcionamento da *parrêsia*. Ao jogo democrático, tem-se a condição formal. Ao princípio da ascendência ou superioridade de alguns, a condição de fato. À necessidade de um *logos* razoável, a condição de verdade. Ao elemento da coragem para a disputa e para o enfrentamento dos riscos, a condição moral. Essa segmentação esquemática pode ser ilustrada de acordo com a Figura 4:

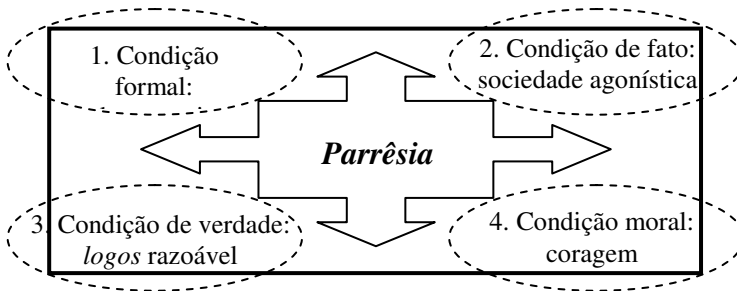


Figura 4: Retângulo da *parrêsia*
 Fonte: elaborado pelo autor

A Figura 4 mostra a interdependência de cada uma das condições que garantem um bom ajuste entre *politeia* e jogo político, em que ambos são atravessados por uma *parrêsia* indexada à democracia, às relações agonísticas, ao logos de verdade e à coragem. Se uma das condições não estiver presente, o exercício da *parrêsia* política ficará comprometido. É exatamente isso que proporcionou a emergência de outro tipo de prática de dizer verdadeiro, a *parrêsia* filosófica, especialmente quando os regimes de governo mudaram e o jogo político passou a ser outro, o aristocrático.

O segundo discurso de Péricles analisado por Foucault (2008, p. 161-162) é o de homenagem aos atenienses mortos na guerra do Peloponeso. Por ser o homem mais influente da cidade, coube a Péricles a tarefa de proferir o elogio aos que tombaram. Entretanto, ele acaba por dar mais ênfase ao modo com o qual a cidade está bem organizada politicamente. Péricles ressalta em seu discurso que, no que diz respeito às diferenças particulares entre os cidadãos, a igualdade é assegurada a todos pelas leis. Vê-se aqui a referência ao princípio da *isonomia*. O governante ateniense acrescenta que, em relação à participação na vida pública, cada um obtém consideração em função de seus méritos e de seus valores pessoais, não da classe social à qual pertence. A esse respeito, Foucault observa que o princípio da *isêgoria* garante ao cidadão o direito à fala, não seu nascimento ou sua fortuna; é o mérito pessoal que vai assegurar a alguns cidadãos a ascendência. Um pouco antes dessas referências à *isonomia* e à *isêgoria*, Péricles afirma que Atenas é chamada de democracia porque o governo favorece a maioria, em vez de poucos. O modo com o qual a democracia é definida aqui chama a atenção: Péricles não assevera que a repartição igualitária do

poder é definidora da democracia; antes, afirma que é o fato de que a cidade é governada no interesse geral que define a *politeia*. Para Foucault, esse discurso de Péricles evidencia o circuito da *parrêsia* e a articulação desta à *politeia*: “ascendência, discurso verdadeiro, coragem e, por consequência, formulação e aceitação de um interesse geral” (FOUCAULT, 2008, p. 162, tradução nossa)¹¹³.

Antes de relatar o terceiro discurso de Péricles, o da peste, Tucídides (2001) comenta que os atenienses tiveram seu território devastado pela guerra e eram ao mesmo tempo vítimas do conflito armado e de uma peste que começava a dizimar a população. Desesperados, os atenienses se voltaram contra Péricles por este tê-los persuadido a entrar na guerra e o responsabilizavam pelos seus infortúnios. O pacto *parresiástico* estava se rompendo e a dimensão do risco inerente ao primeiro discurso de Péricles, o discurso da guerra, mostrava-se inevitável. Então, Péricles convoca uma assembleia para falar-lhes. Foucault (idem) assinala que, ao contrário de dizer o que os atenienses esperavam ouvir, ou de bajulá-los, Péricles é *parresiasta* mais uma vez, pois tem a coragem de rebater com suas opiniões as acusações contra ele, às quais ele atribui como causa a perda da coragem diante das adversidades. Péricles admoesta com energia os atenienses, lembrando-os do pacto *parresiástico* que havia sido feito anteriormente, quando a maioria votou a favor da guerra.

Um ponto muito importante que gostaríamos de salientar nesse discurso de Péricles é o trecho em que o ateniense desenvolve o que para Foucault se trata de quatro qualidades que permitem ao homem político exercer, por meio da *parrêsia*, a ascendência necessária para que a cidade seja governada democraticamente. Discernir o verdadeiro, ser capaz de dizê-lo, dedicar-se ao interesse geral e não se deixar corromper são qualidades assinaladas por Péricles, em seu discurso, que não mais serão encontradas em Atenas após sua morte. Foucault termina sua análise do terceiro discurso de Péricles justamente apontando para a trajetória de problematização da *parrêsia*, cujos traços iniciais são verificados nesse discurso da peste. Após a morte de Péricles, o dizer verdadeiro se torna incompatível com o sistema democrático que não é capaz, por ele mesmo, de determinar quem tem as qualidades específicas que permitem dizer a verdade – a posse do direito de dizer a verdade. A relação entre *parrêsia* e democracia é desajustada em detrimento do dizer verdadeiro.

¹¹³ “Circuit de la *parrêsia*: ascendant, discours vrai, courage et, par conséquent, formulation et acceptation d’un intérêt general”.

2.3 PARRÊSIA, ÊTHOS E RETÓRICA

No estudo que procurou investigar o retórico em Foucault, Ribeiro (2010) ressalta que nos últimos cursos, quando Foucault se volta para a ética da existência, vê-se a focalização de uma problematização da dimensão do *êthos* e uma re-interpretação dessa noção relativa ao campo da retórica. Tradicionalmente, esclarece Ribeiro, o *êthos* em retórica está relacionado ao *status* e à legitimação daquele que fala. O modo com o qual o locutor se apresenta e se coloca diante do outro, a aparência de verdade de suas palavras e até sua aparência externa são elementos da ordem do *êthos*¹¹⁴ daquele que profere discursos. Entendido dessa forma, o *êthos parresiástico* se torna um problema, dentro do quadro das condições de possibilidade da *parrêsia*, pois o dizer verdadeiro deve ser direto, sem adornos, e o locutor deve estar compromissado com a verdade. Porém, observamos no trabalho analítico de Foucault, especialmente no curso O Governo de Si e dos Outros, o desenvolvimento da compreensão de que na *parrêsia* política há um *êthos* próprio a essa prática, o qual evidencia a ligação desse gênero de dizer verdadeiro à retórica. Trata-se de um *êthos* de coragem, de transformação ética de si, cujo *logos* visa à ascendência em relação aos outros, pela enunciação da verdade do sujeito, e ao interesse geral de melhoria do local em que se vive, como vimos na fala de Péricles.

Os discursos de Péricles, abordados anteriormente, são exemplos dessa relação fina entre *parrêsia* e retórica, que marca a singularidade da interpretação de Foucault sobre o *êthos* da *parrêsia* política. A esse respeito, Ribeiro (2010) ressalta que o segundo discurso de Péricles, o de homenagem aos mortos, aproxima-se muito de um gênero de discurso retórico por excelência, o elogio. Para o autor, este gênero se afasta do discurso deliberativo, “que trata do que é útil ou prejudicial, [e] do discurso judiciário, que trata do que é justo ou injusto”

¹¹⁴ Ribeiro (2010, p. 138) esclarece que, “como *garant* da verdade, [o *êthos*] pode ser o ponto final do questionamento, como pode significar a impossibilidade de atribuir um sentido de verdade ao que se ouve. Uma pastora na televisão diz: ‘se você vier à igreja, você vai ganhar muito dinheiro... eu sei do que estou falando, eu trabalho com isso todo dia...’. É importante dizer que está bem vestida, com aparência de ‘vencedora’. Já um mendigo que procure dar lição de economia na rua, muito embora seja um empresário falido que perdeu tudo, dificilmente terá a atenção dos que passam para aprender sobre como escapar da crise... Na sociedade em que vivemos, sabe-se que a aparência conta muito na produção do efeito de verdade. Tanto aparência externa do locutor, quanto aparência de verdade de suas palavras. O *ethos* é a dimensão em que tudo isso se produz”.

(RIBEIRO, 2010, p. 148). Por outra via, o gênero epidíctico estabelece-se pelo “estilo atraente e agradável, trata do que é bom ou ruim, do louvor, da aclamação ou da censura” (idem). Nesse aspecto, o papel do *êthos* desempenhado pelo locutor no gênero epidíctico é fundamental, pois dele depende o julgamento daquilo que está sendo elogiado, por parte daquele que ouve. Podemos supor que seja exatamente por isso que coube a Péricles proferir as homenagens aos mortos. O *êthos* estatutário desse governante era o de um cidadão que sempre dizia a verdade.

Ao frisar o quanto Atenas é digna de admiração, pela sua organização política, e ao engrandecer os méritos de seus mortos na guerra, Péricles o faz por meio de procedimentos retóricos. Contudo, sua retórica não o afasta de seu dizer, o que equivale a dizer que não há o abandono do compromisso daquele que fala para com o seu dizer, pois ele faz uso da palavra exatamente porque acredita que aquilo que diz é a verdade. Retórica e *parrêsia* também se relacionam finamente no terceiro discurso de Péricles, quando ele se utiliza de um procedimento comum da oratória, a lítotes: “Eu, o alvo de vossa ira, *sou tão competente quanto qualquer homem*, na minha opinião, para atinar com as medidas adequadas e expô-las, e também sou patriota e imune à influência do dinheiro” (TUCÍDIDES, 2001, p. 121, itálicos nossos). Foucault (2008, p. 163) observa que o uso da lítotes objetiva dizer o contrário, ou seja, afirmar a superioridade daquele governante ateniense, em uma clara referência ao princípio da ascendência. Em sua Introdução à Retórica, Olivier Reboul adverte que a lítotes é o contrário da hipérbole (engrandecimento): trata-se de uma figura do *êthos*, por mostrar um orador modesto, prudente, comedido (REBOUL, 2004, p. 124).

Diante do exposto, vale ressaltar que o início da passagem da *parrêsia* política para a *parrêsia* filosófica está intimamente relacionado à transformação da ligação entre *parrêsia* e retórica. Após a morte de Péricles, à medida que o *ethos* próprio à *parrêsia* vai sendo pervertido, a ponto de ser formado por meio de procedimentos retóricos cujo objetivo não mais será o interesse geral, e sim o benefício próprio, a qualquer custo, o dizer verdadeiro encontrará dificuldades de se concretizar na democracia. Com as transformações históricas das condições de governo (queda da democracia antiga), a figura do filósofo aparece como aquele que recusa adornos e procedimentos retóricos, exatamente por ter percebido a corrupção daqueles que se utilizaram de tais procedimentos para obter vantagem própria. A mudança da democracia para a aristocracia não impede que as relações entre *parrêsia* e política se

mantenham, mas elas se dão de outro modo. Diante de um regime de governo aristocrático, o filósofo irá dizer a verdade de modo direto, como o faz Sócrates, apresentado por Foucault como exemplo de *parresiasta*. Contudo, o fará com o objetivo de cuidar do cuidado que o príncipe terá consigo mesmo e com aqueles que ele governa. Na próxima seção, trataremos da genealogia do início dessa mudança, seguindo de perto os textos foucauldianos.

2.4 A CRISE DA *PARRÊSIA* NA DEMOCRACIA ANTIGA

Em linhas gerais, podemos afirmar que a crise relativa à *parrêsia* política é um problema da verdade: é o problema do reconhecimento de quem é capaz de dizer a verdade nos limites de um sistema institucional em que qualquer um está igualmente dotado do direito de dizer sua própria opinião (FOUCAULT, 2003, p. 316). Em *Orestes*, tragédia escrita por Eurípidés dez anos depois de Íon, em um momento de crise política em Atenas (quando aconteceram muitos debates sobre o regime democrático), Foucault ressalta o aparecimento da *parrêsia* em um sentido pejorativo, charlatão. O dizer verdadeiro não encontrará lugar em um sistema igualitário que permite a qualquer um usar a *parrêsia*. Na medida em que há discrepância entre a junção dos preceitos da *isonomia* e da *isegoria*, por causa da necessidade de se eleger entre os cidadãos aqueles que são capazes (por suas qualidades sociais e pessoais) de usar a *parrêsia* de maneira tal que verdadeiramente beneficiará a cidade (idem, p. 315), o dizer verdadeiro *parresiástico* emergirá como uma questão problemática.

O jogo político da democracia ateniense se torna problemático e entra em crise na medida em que só se realiza mediante o exercício do dizer verdadeiro, que está ligado à raiz desse processo de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). Isso porque o dizer verdadeiro introduz esta diferença: em um sistema igualitário em que todos têm iguais direitos de participação no exercício do poder (*isonomia*) e iguais direitos de falar, de dar a sua opinião (*isegoria*), nem todos os cidadãos podem dizer a verdade, já que somente alguns eram capazes, por suas qualidades pessoais e sociais, de usar a *parrêsia* de modo a verdadeiramente beneficiar a cidade. Essa diferença irredutível à estrutura igualitária da democracia baseia-se no princípio da ascendência de alguns cidadãos sobre os outros, analisado por Foucault, por exemplo, nos discursos de Péricles e na tragédia Íon. Ao tomar a

palavra, Péricles o faz exatamente porque é dotado de *parrêsia* e de virtudes pessoais que o colocavam entre os melhores da cidade. A personagem Íon, por sua vez, busca suas origens para poder exercer o dizer verdadeiro em função de suas qualidades pessoais e esforçar-se para alcançar a primeira posição da cidade.

Nesse sentido, Gros (2004, p. 159-160) elucida da seguinte forma a cisão produzida pela democracia antiga enquanto sistema de governo: de um lado, a ideia de uma divisão necessária dos cidadãos atenienses entre os *polloi* (a massa) e os *aristoi* (os melhores), e de outro, a de que o bom regime político democrático supõe a excelência ética dos governantes e sua capacidade de discernir o verdadeiro. Para o autor, essas são as faces de um mesmo problema apontado por Foucault, o da afirmação de um critério de diferenciação ética. Na verdade, conforme indica Foucault (2008, p. 168), há um arranjo duplamente paradoxal no centro das relações entre democracia e discurso verdadeiro, isto é, entre *politeia* – regime de governo – e *parrêsia*, pois se verifica a indexação de uma *dunasteia* – jogo político na cidade – ao discurso verdadeiro, e a indexação de uma *politeia* à exata e igual repartição do poder. Se por um lado não há democracia sem o discurso verdadeiro, por outro, em função da diferenciação ética provocada por essa forma de governo e do princípio da ascendência, a prática da *parrêsia* é constantemente ameaçada. A esse respeito, cabe citar, na íntegra, as palavras do próprio autor:

[...] A democracia só subsiste pelo discurso verdadeiro. Mas por outro lado, na medida em que o discurso verdadeiro na democracia só se realiza na competição, no conflito, no afrontamento, na rivalidade, o discurso verdadeiro é sempre ameaçado pela democracia. E eis o segundo paradoxo: não há democracia sem o discurso verdadeiro, porque sem discurso verdadeiro ela pereceria; mas a morte do discurso verdadeiro, a possibilidade de morte do discurso verdadeiro, a possibilidade de redução do discurso verdadeiro ao silêncio está inscrita na democracia (FOUCAULT, 2008, p. 168, tradução nossa)¹¹⁵.

¹¹⁵ “Donc la de démocratie ne subsiste que par le discours vrai. Mais d’un autre côté, dans la joute, dans le conflit, dans l’affrontement, dans la rivalité, eh bien le discours vrai est toujours menacé par la démocratie. Et c’est là le second paradoxe: pas de démocratie sans discours vrai, car sans discours vrai elle périrait; mais la mort du discours vrai, la possibilité de la mort du

Exatamente por se exercer em um jogo de rivalidades, de conflitos, pelo fato de não haver uma *polloi* virtuosa como o conceito de democracia boa supõe, o princípio da ascendência é pervertido pelos bajuladores que passam a gangrenar a democracia antiga ateniense após a morte de Péricles. A fala dos bajuladores, daqueles cidadãos que querem ocupar uma posição de destaque a qualquer custo, não importando como, é nomeada por Foucault como “má *parrêsia*”, “imitação do dizer verdadeiro”, ou “falso dizer verdadeiro”.

Foucault (2008, p. 166-167) se debruça sobre o texto de Isócrates (1979) Sobre a Paz, da obra Discursos, para mostrar as indicações de três características da má *parrêsia*. A primeira delas está relacionada à ascendência, pois qualquer um, sem importar quem, exercerá sua ascendência sobre os outros, inclusive os piores cidadãos poderão fazê-lo. Os primeiros cidadãos alcançarão este posto não por suas qualidades (como as de Péricles) ou seu pertencimento à terra (o problema de Íon). A segunda característica diz respeito ao dizer daquele que exerce a má *parrêsia*: não necessariamente este dizer representa sua opinião, ele não pensa que sua opinião é a verdade e nem que é o melhor para a cidade, como na boa *parrêsia*; ao contrário, seu dizer representará a opinião mais corrente, a que agrada a maioria. A terceira característica consiste na extinção da coragem, já que o falso dizer verdadeiro prescinde da coragem singular daquele que é capaz, como o faz Péricles, de se colocar contra a opinião da maioria e repreendê-la por meio de suas próprias opiniões. Logo, a coragem que implica a aceitação de um risco é substituída pelos benefícios que a bajulação da opinião da maioria pode proporcionar àquele que exerce o falso dizer verdadeiro: garantir sua própria segurança e o sucesso de sua ascendência a qualquer custo. Em suma, as três características mostram que ao contrário de a ascendência ser exercida pela diferença própria do discurso verdadeiro, a má ascendência será obtida por qualquer cidadão por causa de sua conformidade com a opinião da maioria, não importando qual opinião seja.

Por fim, gostaríamos de ressaltar, por meio da exposição desse processo de crise das relações entre *parrêsia* e democracia, que a *parrêsia* passa a não mais encontrar lugar na democracia antiga não porque o dizer verdadeiro é simplesmente recusado, mas porque a má *parrêsia* consiste no apagamento da diferença ética produzida pelo dizer

discours vrai, la possibilité de la réduction au silence du discours vrai est inscrite dans la démocratie”.

verdadeiro no jogo político democrático. Considerando-se as devidas transformações e diferenças entre o sistema democrático da Grécia Antiga e nossa atual democracia representativa – às quais podemos nos remeter, entre outros inúmeros fatores, ao do exercício do poder pelo povo na antiguidade, de forma direta, na praça pública¹¹⁶ –, salientamos também que, para a análise que se quer empreender aqui, a respeito da constituição da subjetividade do presidente, o aporte teórico construído a partir dos estudos de Foucault sobre a *parrêsia* democrática e sua crise nos é fundamental para a execução da análise do *corpus*, se pensarmos na ressonância da seguinte questão: em que medida somos portadores (ou não) das marcas dessa problematização do dizer verdadeiro específico que foi exercido na Grécia Antiga, o dizer verdadeiro *parresiástico*? Em outros termos, talvez mais foucauldianos, poderíamos nos questionar: até que ponto é possível encontrar restos¹¹⁷ da problematização da *parrêsia* em nosso contexto político atual? Dito isto, podemos colocar o problema da *parrêsia* no contexto desta tese para, então, formular nossas hipóteses de pesquisa.

2.5 A QUESTÃO DE SE SABER QUEM É LULA

Todos nós somos testemunhas da ascensão de um metalúrgico, que em muitos momentos se disse “do povo”¹¹⁸, aludindo ao seu

¹¹⁶ A Lei ateniense, no século IV a.C., fixava 40 reuniões ordinárias por ano na *ágora*, isso significava, conforme RIBEIRO (2001, p. 9), uma assembléia a cada nove dias. Eximimo-nos aqui de desenvolver as profundas diferenças entre a democracia antiga e as nossas democracias. Para a consulta sobre esse assunto, indicamos o célebre texto de Benjamin Constant, *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, e a obra do helenista Moses Israel Finley, *Democracia antiga e moderna*.

¹¹⁷ A referência do termo usado, “resto”, é a análise de Foucault a respeito da prática de estabelecimento da verdade pela prova, que se encontra na *Ilfada* (séc. VIII). Foucault (2005a, p. 33) observa que, séculos depois, encontra-se na tragédia *Édipo Rei* (séc. IV), de Sófocles, “restos” dessa prática.

¹¹⁸ Como presidente, o primeiro momento em que percebemos que Lula diz que “é do povo” foi registrado na sessão solene de sua posse, no Congresso Nacional, em 01 de janeiro de 2003: “*Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação*, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. [...] O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: *hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo*”. (BRASIL, 2008n, p. 13-14, itálicos nossos).

passado de operário, ao lugar de maior destaque na política nacional, a presidência da república. Não há como não supor, mesmo com todas as especificidades de nosso jogo político democrático moderno, que haja um princípio de ascendência na prática político-eleitoral brasileira. A alegação de falta de formação acadêmica de Lula, somada à suposta consequência desta falta de formação (incapacidade para governar), foi uma das tentativas fracassadas da oposição de impedir que Lula, enquanto candidato, chegasse ao cargo máximo da política brasileira. Deve-se concluir daí que em nosso regime democrático há, de fato, espaço para que qualquer um possa ser presidente? Com este questionamento, nosso objetivo não é lançar a esmo julgamentos de valores sobre Lula, nem desmerecê-lo ou retirar-lhe os méritos de sua conquista; muito menos simplificar o complexo jogo político de nossa democracia representacional; objetivamos responder negativamente a essa questão para argumentar que, exatamente por causa da presença de um princípio de ascendência na prática político-eleitoral, uma vez estando na presidência, Lula não pode ser qualquer um diante da população.

No contexto particular da crise do *mensalão* durante o governo Lula, o fato de que a biografia do presidente, sua popularidade e a história de seu partido foram trazidas à cena do escândalo, com intuito de apontar para uma possível frustração em relação ao governante, mostra como se supõe em nosso regime de governo a excelência ética daquele que governa e a sua capacidade de discernir o verdadeiro? Acreditamos que sim. Além disso, cremos que a suspeita sobre a idoneidade moral do presidente e de seu partido, e a possível frustração em relação ao PT, que historicamente havia sustentado uma bandeira de moralidade na política, e principalmente em relação a Lula, personalização da crise, apontam para a necessidade de uma ascendência por meio da aplicação de um critério de diferenciação ética do dizer verdadeiro de Lula.

Nesse sentido, como dissemos na introdução deste trabalho, a singularidade de Lula, com toda a sua trajetória política e pessoal, é o mote para que o eleitor focalize não o que o presidente fez, faz ou promete fazer, mas quem ele é ao falar de si (por exemplo, se sabia ou não do *mensalão*), ocupando o cargo de presidente. Por isso, nossa primeira hipótese é a de que a demanda pelo dizer verdadeiro de Lula é uma demanda por uma fala muito próxima à do gênero de dizer verdadeiro *parresiástico*, na acepção da dimensão positiva original dessa prática, fundamento da democracia da Grécia Antiga. O motivo que nos leva a formular tal hipótese repousa na compreensão de que, no

caso do escândalo do *mensalão*, somente uma demanda por algo próximo à *parrêsia* exigiria do presidente a personalização do verdadeiro, a exposição de si como sujeito dessa verdade e um quadro de regime democrático no qual funcionem o princípio da ascendência e a suposição da excelência ética do governante e de sua capacidade para discernir o verdadeiro.

Mas como desenvolvemos anteriormente, na democracia antiga eram justamente os princípios da diferenciação ética e da ascendência que tornavam o regime de governo problemático, na medida em que nem todos eram capazes de exercer a *parrêsia* no enfrentamento próprio do jogo político, o que possibilitava a ascensão dos bajuladores, daqueles que queriam ascender aos cargos de destaque a qualquer custo e ameaçavam o andamento da boa democracia. A partir do modo com qual o dizer verdadeiro passou a ser incompatível com a constituição do sujeito governante, pelo duplo movimento que implica seu compromisso com o que é dito – tornar-se a personificação do verdadeiro e expor-se a todos os riscos possíveis da ascense que consiste em ele ser sujeito dessa verdade –, acreditamos que a hipótese de que a exigência do dizer verdadeiro, em nosso cenário político-democrático, é uma exigência pelo dizer verdadeiro do tipo *parrêsiastico*, poderá ser decisiva para elucidar o modo com o qual o indivíduo se constitui sujeito governante, relacionado-se a si e aos outros. Discutiremos esse tema a seguir.

2.6 A DEMOCRACIA PODE SUPORTAR A VERDADE?

No início do curso de 1983, “O Governo de si e dos outros”, Foucault (2008) examina a dinâmica da verdade na tragédia Íon, de Eurípidés. Ao trabalhar com textos trágicos, interessa para Foucault o significado político desses textos e a relação deles com os textos historiográficos como os de Tucídides e Heródoto, para a análise das diferentes estratificações da história da noção de *parrêsia*. Foucault assinala que o significado político da obra Íon tem a ver com uma elaboração trágica que gira em torno desta questão: como conservar a função ancestral e fundadora de Íon em relação a todos os Iônicos, mas filiando a história de Íon a Atenas, fazendo-o, diferentemente da versão lendária, alguém de origem ateniense? O marco mitológico da peça Íon é a legendária fundação de Atenas: Erecteu, pai de Creúsa, foi o primeiro rei de Atenas, nascido como filho da terra, o que representa a autoctonia dos atenienses. A referência a esse mito ático da fundação de

Atenas possui um significado político, por diversas razões: i) Eurípides quis trazer à memória de sua audiência que os atenienses eram nativos de solo ateniense; ii) por meio do casamento entre Creúsa e Xuto, Eurípides também quis assinalar, através desse casamento, que os atenienses estavam aparentados com o povo de Peloponeso, especificamente os de Acaya (chamada assim por causa de um dos filhos de Xuto e Creúsa, Aqueu); iii) com Íon, filho de Apolo e Creúsa, Doro e Aqueu, filhos de Creúsa e Xuto, Eurípides dá conta da natureza pan-helênica da genealogia ateniense, pois se dizia que Íon foi o fundador dos jônicos, Doro dos dórios e Aqueu dos aqueus. Desse modo, a descendência da casa real de Atenas é atribuída a todos os antecessores da raça grega (FOUCAULT, 2003, p. 285).

Íon, para Foucault, é uma obra eminentemente *parrêsiástica*, pois em sua opinião a questão fundamental sobre a qual está construída a trama pode ser descrita da seguinte forma: “quem tem o direito, a obrigação e a coragem de dizer a verdade?” (FOUCAULT, 2003, p. 277, tradução nossa)¹¹⁹. Conforme desenvolveremos a seguir, esse problema *parrêsiástico* em Íon está atrelado às relações entre os deuses helênicos e os seres humanos. No texto de Eurípides, somos avisados no prólogo feito por Hermes, irmão do deus Apolo, que Creúsa havia sido seduzida por este deus e ficado grávida. Na obra de Eurípides, salienta Foucault (2003, p. 287), ela aparece como a única filha de Erecteu, a última sobrevivente descendente da dinastia ateniense, porque seus irmãos, Cécrope, Oritia e Pocris, haviam morrido.

Creúsa deu à luz seu filho primogênito no mesmo lugar em que foi violada por Apolo, em uma caverna debaixo da acrópole de Atenas, no Monte de Palas. Ela não queria que seu pai soubesse do bebê, e por isso se escondeu para dar à luz e abandonou o menino a sua própria sorte. Então, Apolo pediu a seu irmão, Hermes, para levá-lo, juntamente com seu berço e suas roupas, ao templo de Delfos, já que a criança corria risco de morte devido ao descuido de sua mãe. O menino cresceu como guardião dos tesouros do santuário e fiel servo do deus Apolo, sem saber quem eram seus pais. Aliás, ninguém em Delfos sabia a origem do menino, somente Apolo. Íon aparece, dessa forma, entre Delfos e Atenas, porque havia nascido em Atenas e vivia em Delfos, e entre os deuses e os humanos, já que era filho de Apolo e Creúsa.

¹¹⁹ “Efectivamente, pienso que *Ion* está completamente dedicada al problema de la parrésia dado que se dedica a la cuestión: ¿quién tiene el derecho, la obligación y el coraje de decir la verdad?”.

Os anos se passaram sem que Creúsa soubesse o que havia acontecido com seu filho, tampouco sabia se ele estava vivo ou morto. Ela se torna esposa de Xuto, um estrangeiro que a recebeu de Erecteu como prêmio por ter ajudado o exército ateniense. Apesar da necessidade de Creúsa ter um herdeiro com Xuto, em Atenas, para que a autoctonia da dinastia desse povo fosse preservada, o casal não podia ter filhos. Por causa do desejo de ter um herdeiro, ambos foram a Delfos perguntar a Apolo se algum dia esse desejo se tornaria realidade. Assim termina o prólogo de Hermes e a tragédia se inicia (EURÍPIDES, 2005).

Nota-se por meio desse pequeno resumo do prólogo que a descoberta de uma verdade está em jogo na peça, isto é, a descoberta acerca do nascimento de Íon que precisará ser revelada, a fim de que esse ateniense de nascença possa deixar de ser um servo anônimo no templo de Delfos e retornar a Atenas para cumprir a missão histórica e política de reorganização da cidade. A esse respeito, Foucault (2008, p. 76) observa que a revelação da verdade do nascimento de Íon compõe a trama dramática dessa peça grega, cuja análise possibilita identificar três condições para que a verdade seja realizada. A primeira delas tem a ver com o fato de que a revelação da verdade não se efetua em qualquer lugar. Pelo contrário, deve haver um lugar preciso, a saber, Delfos, onde se encontra escondido Íon, servo anônimo do templo, e onde, tradicionalmente, a verdade é dita. Notadamente, na cultura grega antiga o templo de Delfos era o lugar no qual havia a manifestação da verdade, e sob a forma oracular, enigmática, de difícil compreensão.

A segunda condição para a produção da verdade dentro da trama dramática da obra de Eurípides é que alguém deverá dizer a verdade. A união secreta entre Creúsa e Apolo, a concepção da criança, a falta de cuidado da mãe ao abandonar seu filho e o rapto do bebê por Apolo, eis tudo que deverá ser dito. Isso significa que alguém deverá se expor, na relação com os outros, e assumir todos os riscos para os quais tais dizeres podem comprometer aquele que falar.

A terceira condição está associada aos efeitos do dizer verdadeiro: para que a verdade se manifeste, será necessário que a revelação da verdade reintegre Íon em Atenas, a fim de que ele exerça o direito político de falar francamente, de utilizar uma linguagem da verdade e da razão. Desse modo, a estrutura política (*politeia*) de Atenas seria afetada, pois faria parte dessa estrutura uma linguagem razoável (*raisonnable*) de governo. Íon usaria da *parrêsia*, do dizer verdadeiro, por meio de uma constituição do *logos* (FOUCAULT, 2008, p. 77).

Ao examinar as três condições para a revelação da verdade a respeito de Íon, entendemos que Foucault está desmontando os

elementos que compõem um tipo específico de rito em que há a possibilidade de atualização da verdade na peça grega. E a *parrêsia* é um componente desse rito, denominado pelo filósofo de *aleurgia*. Isso porque ao mesmo tempo em que a verdade deve dizer respeito àquele sujeito que se apresenta, por um movimento *parrêsiástico*, ela deve ser atualizada em *ato*, ou seja, por uma ação *aleúrgica*.

Compreendemos que a atenção aqui deve ser voltada para o embricamento entre *verdade e ação*, quando estas duas se tornam, como apontam Lauret e Refoulé (1984), um lugar de *verificação* mútua. Os autores complementam que essa verificação não se produz somente no firmamento das idéias, o que seria idealismo; tampouco se produz no mero salto para a ação, o que seria pragmatismo. A verdade vai unida à práxis e esta corre a mesma sorte que aquela (LAURET; REFOULÉ, 1984, p. 281).

Como já dissemos, no início da peça Íon, Creúsa e Xuto foram a Delfos perguntar a Apolo se teriam filhos, para que a dinastia fosse preservada. Entretanto, se por um lado Xuto queria saber sobre o fim da esterilidade de seu casamento, por outro Creúsa queria saber (além disso) o que havia acontecido com o filho que tivera com o próprio deus (FOUCAULT, 2008, p. 81). Em ambos os lados, a demanda é pelo dizer verdadeiro do deus, isto é, a palavra de Apolo, aquele que ocupa uma posição de mando, é demandada aleturgicamente como *parrêsia*.

Essa é uma situação intrigante, pois se trata do aparecimento em Delfos de uma particular necessidade do dizer verdadeiro daquele que exerce o poder, ou melhor, daquele que “governa pela verdade”. Evidentemente, não estamos afirmando que antes da chegada de Creúsa e Xuto ao templo o deus não estivesse “obrigado” a dizer a verdade, já que na cultura grega antiga seu templo era o lugar em que a verdade era dita. Chamamos a atenção para o aparecimento de uma demanda pelo dizer verdadeiro *parrêsiástico*. Dessa demanda decorre toda a problemática de esse dizer verdadeiro se concretizar ou não.

Embora a exigência pelo dizer verdadeiro de Apolo no início da trama forme uma cena potencialmente aletúrgica, Apolo não é capaz de dizer “tudo”, de usar da *parrêsia*. Ao contrário, prefere dizer o que Foucault (2008, p. 85) denomina como “meia-verdade” (*demi-vérité*): Apolo ilude Xuto dizendo que aquele que ele encontrasse ao sair do templo divino seria seu filho (o primeiro a ser visto por Xuto é Íon). O deus evita se comprometer quando faz uso da retórica, na acepção clássica (descompromissada com a verdade), o que o distancia de seu dizer. O *parresiasta*, ao contrário, guarda uma relação de compromisso com o que diz, porque ele diz o que pensa, diretamente, e nada esconde.

Para González Fisac (2007, p. 222), esse compromisso é uma consequência de que o que está em jogo na forma de verdade aletúrgica é uma atitude livre na qual acontece, *intransitivamente*, o ser de quem fala. O autor complementa que, se essa atitude é o que os gregos chamam de *ethos* (do qual tanto se ocupou Foucault), o dizer *parrêsiástico* deve ser sempre conforme não só ao ser que fala, mas também ao espaço em que emerge esse ser e essa atividade, que é o espaço político.

Ao final da peça, Apolo envia a deusa Atena para que esta revele somente a Íon e a Creúsa¹²⁰ quem é realmente o pai e a mãe desse jovem servo de Delfos, mas ressalta que Xuto não pode saber disso e deve permanecer iludido a respeito de seu filho. Íon deverá então entrar como rei em Atenas, por ser o suposto filho de Xuto, o estrangeiro. Nesses termos, a atitude conciliatória de Apolo e sua falta de coragem para empreender um fala *parrêsiástica*, como nos lembra Foucault (2008), indica que Íon entrará na cidade como tirano, e não como *parresiasta*, já que a verdade a respeito de suas origens não foi revelada.

Diante do que expusemos até aqui, percebe-se que a peça Íon, de acordo com a leitura de Foucault (idem), é a representação dramática do fundamento do dizer verdadeiro *parrêsiástico* no campo político da constituição ateniense e do exercício do poder em Atenas. Isso porque a prática do dizer verdadeiro aparece como devolução ao cidadão bem nascido – filho de pais atenienses – o privilégio de tomar a palavra, de usar do franco falar, de exercer ascendência sobre os outros, mas entra em crise e passa a não mais ter lugar na democracia ateniense, como indica a ausência da revelação acerca da verdade da origem de Íon e sua impossibilidade de retornar a Atenas como um governante *parresiasta*.

A retomada das análises de Foucault sobre a obra Íon, de Eurípides, na qual vemos o aparecimento da demanda pela verdade do deus Apolo, aquele que difere dos seres humanos por suas qualidades divinas, nos permite pensar nas implicações para esta pesquisa, que são decorrentes de nossa primeira hipótese, a de que o presidente Lula é demandado a falar como *parresiasta*, ou o mais próximo possível disso, durante o escândalo do *mensalão*. Se a suspeita sobre a idoneidade moral do presidente e de seu partido, a possível frustração em relação ao PT e em relação a Lula, personalização da crise, apontam para o princípio da ascendência por meio da aplicação de um critério de diferenciação ética do dizer verdadeiro de Lula, quais seriam os aspectos

¹²⁰ Somente ao final da peça que Creúsa fica sabendo que o servo do templo, Íon, aquele que ela encontrara na porta do templo, é o filho que ela tivera com Apolo.

dessa diferenciação que apareceriam em sua própria fala? Seria preciso analisar o modo com o qual o governante se relaciona consigo mesmo e com os outros, em pronunciamentos e entrevistas, para observar quais valores éticos estariam em jogo e (supostamente) o distinguiriam de outros cidadãos ou de outras categorias de políticos presentes no contexto do regime presidencialista praticado no Brasil.

A revelação da verdade acerca do nascimento de Íon implicava que Apolo assumisse o risco de se expor como alguém que, apesar de suas qualidades divinas, havia cometido um grave erro. Estava em jogo sua imagem de divino, de perfeito, de alguém que não poderia errar como os homens erram. Não obstante sua obrigatoriedade de dizer a verdade, enquanto oráculo de Delfos, Apolo não é capaz de dizer “tudo”, de usar da *parrêsia*. Ao contrário, opta por dizer o que Foucault (2008, p. 85) denomina como “meia-verdade” (*demi-vérité*), ao iludir Xuto de que seu filho é Íon. Como já dito, o deus evita se comprometer quando faz uso da retórica e se distancia de seu dizer. Íon, por sua vez, é impossibilitado de exercer a *parrêsia* exatamente porque sua origem ateniense não foi revelada a Xuto por Apolo.

Se estamos supondo que Lula é demandado como *parresiasta*, podemos nos perguntar, também, quais seriam os traços dos riscos abertos pela demanda pelo dizer verdadeiro do presidente no cenário político da crise do *mensalão*. A análise do contexto do escândalo, no qual se inserem as cenas que servem de *corpus* para esta proposta de pesquisa, poderá mostrar a dimensão da coragem que é exigida por parte daquele que é interpelado a assumir um risco indeterminado que se abre quando há o exercício da prática da *parrêsia*, no exato momento do ato de fala¹²¹.

O estudo de Foucault sobre a dinâmica da verdade e a crise da prática da *parrêsia*, ambas no âmbito da democracia grega antiga, e sobre o modo pelo qual o dizer verdadeiro passou a ser incompatível com a constituição do sujeito governante, pelo duplo movimento que implica seu compromisso com o que é dito – tornar-se a personificação do verdadeiro e expor-se a todos os riscos possíveis da ascese que consiste em ele ser sujeito dessa verdade –, motiva-nos a assumir como segunda hipótese que o espaço discursivo que se abre para a constituição do sujeito político governante, aquele que quer exercer uma ascendência sobre outros, se dá a partir da impossibilidade de imbricar a prática da *parrêsia* e o seu modo de governar a si e aos outros. As análises das

¹²¹ O tema da dimensão do risco nas falas que interpelam o presidente Lula será abordado no capítulo terceiro.

falas públicas do sujeito-presidente apontarão para somente o exercício da má *parrêsia*, no sentido do apagamento da diferenciação ética produzida pelo dizer verdadeiro na democracia representacional e pelo princípio da má ascendência? Ou a democracia pode suportar a verdade? Encontraremos um *êthos* próximo ao da *parrêsia* política, no qual não se desconectam verdade do sujeito e verdade do enunciado, ou o *êthos* retórico presente na política somente será aquele relativo à concepção clássica, na qual o sujeito não tem, necessariamente, compromisso para com seu dizer?

Nossa segunda hipótese nos induz a formular uma terceira: sob o horizonte de tensão provocado pela demanda por seu dizer verdadeiro em um campo político democrático-representativo no qual o ato do franco falar produza eticamente o sujeito ao interpelá-lo por uma ética da verdade, aquele que fala na fala do presidente Lula, ao se constituir nesse espaço da impossibilidade da *parrêsia*, o faria mediante a enunciação de aproximações do verdadeiro, ou de meias-verdades (*demi-vérité*), que o afastariam do compromisso ético para com seu próprio dizer.

Poderíamos listar uma série de características atribuídas à “meia-verdade”, com base nas análises de Foucault da tragédia Íon. Enquanto aproximação do verdadeiro, a meia-verdade não é enunciada dentro de um procedimento aletúrgico: ela não é a atualização de uma verdade, no ato do dizer, que diz respeito àquele que fala, comprometendo-o. Ainda por essa via negativa da caracterização da *demi-vérité*, é preciso dizer que para enunciá-la não é necessário coragem, exatamente porque ela é uma verdade aparente, ou seja, a verdade daquilo que é dito depende de procedimentos retóricos que não implicam o sujeito em sua fala nem podem causar-lhe prejuízos imediatos.

A meia-verdade é uma verdade aparente que não exige coragem para ser dita, apesar de manter relações imprecisas com a verdade. Se refletirmos sobre o caso da meia-verdade enunciada por Apolo, concluiremos que a resposta do deus foi extremamente proveitosa e ajustada às expectativas de Xuto, conhecidas pelo deus. A meia-verdade não corresponde exatamente ao que o sujeito pensa, mas, ao ser enunciada, provoca alívio, pois é extremamente útil e benéfico para o sujeito dizê-la, assim como o faz Apolo. Xuto acreditou em Apolo não somente porque era o deus quem dizia, mas por causa das relações próximas do dizer com a verdade: no passado, há quantidade de tempo equivalente à idade de Íon, Xuto havia se hospedado na casa de um próximo, na região de Delfos, e, durante as festas das tochas de Baco, se deitado, ébrio, com ménades de Baco (EURÍPIDES, 2005).

Note-se aqui que a questão da mentira política, tratada desde Platão, em “A República”, a Maquiavel, em “O príncipe”, é abordada por Foucault de uma maneira singular, pois é considerada dentro do quadro teórico-analítico que ele desenvolve por meio do estudo das mudanças da prática da *parrêsia* na antiguidade. Sem ser toda a verdade ou a completa mentira, a meia-verdade não é a manifestação livre da verdade do sujeito, já que este não aceita correr os riscos de dizer exatamente o que pensa e de nada esconder. Pelo contrário, opta por iludir o outro. Desse modo, a retórica que engendra sua meia-verdade o afasta de seu dizer, protegendo-o, portanto, da possibilidade de encolerizar o outro, como o faz Apolo. Seria este o caso, então, o da identificação de meias-verdades na fala pública do presidente Lula, quando ele é interpelado a fazer a experiência ética de si mesmo, dentro de um campo discursivo político-democrático que lhe demanda, ao contrário, ser a personificação do verdadeiro e afinal enunciar toda a verdade, para que não se tenha dúvida a respeito de quem ele é?

Realizada a exposição das condições da análise que pretendemos empreender, passemos para a segunda parte desta tese. Acreditamos que a investigação que confirmará (ou não) as três hipóteses apresentadas nos levará a compreender melhor em que medida um suposto apagamento da diferenciação ética entre os *polloi* (a massa) e os *aristoi* (os melhores), que estaria associada à dificuldade ética por parte do governante em discernir o verdadeiro, possui relação com o princípio problemático de nossa democracia representacional, que consiste na escolha daquele que seria o melhor governante durante quatro anos de mandato. Como ressalta Ribeiro (2001, 2005), esse princípio se torna problemático porque o lugar dos melhores é na aristocracia, não em um suposto regime de iguais.

II
ANÁLISE DISCURSIVA DA
CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PRESIDENTE

CAPÍTULO 3

A EXIGÊNCIA DA VERDADE

No panoptismo a vigilância sobre os indivíduos se exerce ao nível não do que se faz, mas do que se é.

Michel Foucault

O objetivo deste capítulo é analisar os discursos que se delineiam a respeito da suspeita de envolvimento do presidente Lula no escândalo do *mensalão*. Observando aquilo que se apresenta como evidente nos discursos que interrogam Lula – a desconfiança a respeito do suposto envolvimento do presidente petista em ações corruptas –, será possível focalizar o modo com o qual a enunciação inquiridora interpela o presidente a se constituir sujeito governante, mediante a exigência de sobreposição entre a verdade de seus enunciados e a verdade dele mesmo. Que tipo de exigência é essa que evoca o governante a fazer a experiência de si mesmo, enquanto sujeito político, sob o escopo de uma ética da verdade que implica a relação a si e aos outros?

A fim de respondermos a essa questão, acreditamos ser prudente examinar as perguntas que foram dirigidas diretamente a Lula, cujo tema privilegia a suposta participação ou convivência desse governante no escândalo do *mensalão*. Dentre as sete entrevistas que compõem o *corpus* discursivo deste trabalho, o específico objeto de análise deste capítulo será, portanto, as questões que os entrevistadores do presidente formularam no momento em que tiveram a oportunidade de interrogá-lo durante a crise do governo.

Conforme dissemos anteriormente, as entrevistas que serão analisadas neste capítulo compreendem o período de junho de 2005 a outubro de 2006. Apesar de terem sido apresentadas no capítulo primeiro em ordem cronológica, neste e no próximo capítulo elas serão expostas de acordo com o modo com o qual nosso problema de pesquisa foi sendo construído. Por isso, começaremos pela entrevista que Lula concedeu ao jornalista Pedro Bial, no dia primeiro de janeiro de 2006. A abordagem das entrevistas não obedecerá a sua ordenação cronológica, mas o leitor será sempre avisado a respeito da data de publicização de cada entrevista.

3.1 SABIA OU NÃO SABIA?

Retomemos a cena apresentada na introdução deste trabalho, na qual o presidente Lula é entrevistado pelo repórter Pedro Bial, do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, seis meses após o início do escândalo do *mensalão*. A entrevista, que foi ao ar no dia 1º de janeiro de 2006, foi realizada na sede do governo e anunciada pelos apresentadores do programa com os dizeres “o repórter Pedro Bial perguntou ao presidente Lula tudo o que o Brasil quer saber” (FANTÁSTICO, 2008). Qual era o objeto de saber que estaria sendo suposto como desejado pela população brasileira? Na época, era evidente que esses dizeres se referiam ao fato de que a sociedade queria saber a respeito da ciência do presidente em relação à corrupção que envolvia seu governo e seu partido.

O questionamento que o repórter dirige ao presidente, sobre se ele sabia ou não do *mensalão*, estava sendo feito desde o início desse escândalo pelos meios de comunicação de massa e pela população. Logo após o depoimento do Deputado Roberto Jefferson para a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, os temas da (suposta) frustração nacional em relação ao PT, que historicamente havia sustentado uma bandeira de moralidade na política, e da dúvida a respeito da ciência do presidente Lula das supostas mesadas pagas aos deputados, se tornaram muito recorrentes na grande mídia. O trecho inicial da seguinte pergunta feita pelo repórter mostra quem estava, de maneira particular, querendo saber sobre a ciência do presidente a respeito do *mensalão*:

(1) **Pedro Bial:** Quando soube que iria ter o privilégio de conversar com o senhor, saí conversando muito com o povão mesmo, em feira-livre, táxi, botequim. A sensação não é de acusação ao senhor, mas de estar muito intrigado. Como é que o Presidente não sabia? Essa pergunta continua sendo feita, Presidente. O senhor sabia ou não sabia? (BRASIL, 2008a, p. 9, entrevista n.º. 4).

Para além da tentativa do repórter de (imaginariamente) se colocar na posição de uma espécie de porta-voz do “povo”, para se dirigir ao presidente da nação e escrutá-lo, ou de supostamente não falar

por si próprio, assinalamos, primeiramente, a relação de tensão entre seus dizeres e a singularidade de Lula, esta última presente em nosso arquivo¹²² de discursos políticos, desde a redemocratização do país. Excetuando-se os sentidos pejorativos do termo “povão” utilizado pelo repórter, ele designa o estatuto de uma grande parcela daqueles que são os governados, incluindo os que elegeram Lula como presidente. No pronunciamento do dia de sua posse, em 2003, Lula se refere a si mesmo como parte daqueles que o elegeram, como o “resultado não de uma eleição, mas de uma história”, e complementa que aquele dia era o dia do “reencontro do Brasil consigo mesmo” (BRASIL, 2008n, p. 13-14). Se relacionássemos essa fala de Lula à primeira parte da pergunta de Pedro Bial, e nosso intuito fosse frisar a singularidade do presidente, poderíamos parafrasear a fala do repórter com algo do tipo: *este Brasil, que havia se reencontrado consigo mesmo, agora está desconfiado*. Com essa paráfrase, queremos argumentar que, na fala do repórter, muito mais do que sobre o objeto de saber que está sendo requerido, o foco recai sobre a possibilidade de frustração daqueles que elegeram Lula, exatamente por não saberem mais quem é este sujeito, apesar da consideração de sua singularidade. A figura subjetiva do presidente torna-se opaca durante aquele período de investigações sobre a corrupção no governo. Essa figura é, pois, colocada em suspensão, em problematização.

Abrimos estas análises reiterando o que mencionamos na introdução desta tese: o questionamento do repórter (“Como é que o Presidente não sabia?”) nos mostra de modo emblemático o processo de problematização da figura do governante, processo em curso entre o período de junho de 2005 e, aproximadamente, outubro de 2006, quando ocorreram as eleições presidenciais. Cremos que a singularidade de Lula, com toda a sua trajetória política e pessoal, era o mote para que o eleitor focalizasse em primeiro plano, durante o escândalo do *mensalão*, não apenas as ações desse governante, mas a questão de saber quem ele é ao falar de si, dirigindo-se à nação como sujeito ocupante do cargo de presidente da república.

¹²² Está sendo considerada a concepção foucauldiana de *arquivo*, sintetizada a seguir: “[o arquivo] é o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que agrupem figuras distintas, se componham umas com as outras segundo regularidades específicas; [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade [...] [o arquivo] **é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa**”. (FOUCAULT, 2005b, p. 147, grifos nossos).

Cabe lembrar que quatro meses antes da entrevista para o repórter Pedro Bial, Lula já havia feito um pronunciamento, em doze de agosto de 2005, quase dois meses após o início do escândalo, pedindo desculpas ao povo brasileiro pelo PT e pelo governo, e dizendo que se sentia traído: “Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. **Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento.** [...] Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas [...]” (BRASIL, 2008h, grifos nossos)¹²³. Contudo, como os próprios dizeres do repórter Pedro Bial apontam (“Essa pergunta continua sendo feita, Presidente”), as afirmações categóricas de Lula a respeito de seu desconhecimento da corrupção em seu governo, em agosto de 2005, não deram conta de interromper o processo de problematização da figura do presidente.

Marca da continuidade dessa problematização, a questão “Como é que o presidente não sabia?” contém a dúvida exatamente a respeito da afirmação de que o presidente **não** sabia do *mensalão*, como mostra o esquema abaixo:

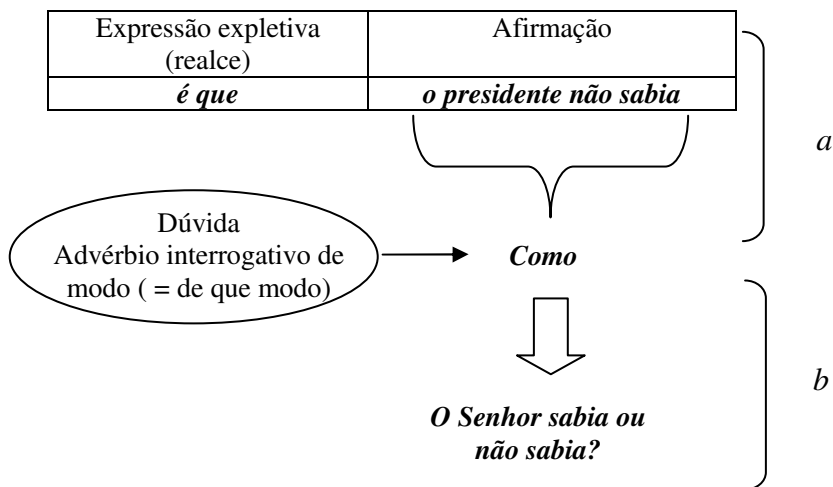


Figura 5: Esquema da demanda pela verdade de Lula – entrevista n°. 4
 Fonte: elaborado pelo autor

¹²³ Esse pronunciamento de Lula integra o *corpus* discursivo desta pesquisa e será analisado no Capítulo 5, quando trataremos dos discursos do presidente à nação.

Como dissemos, vemos aqui a enunciação da dúvida não a respeito de se Lula sabia ou não sabia do *mensalão*, mas sobre a afirmação de que ele não sabia. Quando a pergunta “O Senhor sabia ou não sabia” é proferida (passagem de *a* para *b*), cremos que o que importa mais não é se Lula sabia ou não sabia do *mensalão*, mas em um e em outro caso, na relação com sua singularidade, importa saber quem é esse sujeito que configura a posição de presidente da república. Esse ponto é central para o desenvolvimento da parte analítica desta tese, porque ele contém o cerne de uma questão particular aplicada não ao objeto de saber do presidente, mas à verdade deste sujeito constituído governante que fala de si ao responder, por exemplo, às perguntas de Pedro Bial. Em segundo lugar, acreditamos que a passagem de *a* para *b*, assinalada na Figura 5 pela marca do advérbio de modo (*como*), compõe também um movimento de problematização da singularidade de Lula, de como ele ascendeu ao posto de mandatário da nação. Ou seja, “Como é que o presidente não sabia?” apela para as condições prévias de constituição da subjetividade de Lula, sem as quais ele não poderia ter sido eleito e empossado presidente.

Isso aparece também na referência do repórter à recusa do discurso da acusação, por parte de grande parcela dos governados, e na incorporação do discurso da desconfiança à sua fala. Ao reportar o que havia observado nas ruas, Pedro Bial afirma que a sensação não era a de “acusação” a Lula, mas a de “estar muito intrigado”. Ora, por um lado, a certeza do erro ou do desvio de Lula permitiria acusações explícitas contra ele, mas isso não se apresenta nesse discurso desta forma; por outro, a incerteza a respeito de como o presidente não sabia do *mensalão* permite a presença de uma desconfiança que atravessa toda a cena da entrevista. Ou seja, a desconfiança advém do problema de se saber quem ele é de fato. Logo, a verdade a respeito de quem é o presidente está em jogo, assim como a verdade de seus atos e de seus dizeres anteriores e contemporâneos à entrevista.

Conforme veremos, a desconfiança é coextensiva às outras entrevistas que compõem nosso *corpus*. Uma questão imediata se impõe, então, dentro de nossa proposta de análise: associada à busca pela verdade do presidente, de quem ele é, de que modo a suspeita, a dúvida, opera na formulação das perguntas dos repórteres? Este questionamento nos parece ser a especificação desta outra questão mais geral: como a problematização da figura do presidente, processo em curso desde o início do escândalo do *mensalão*, é trazida à cena sob a forma enunciativa dos questionamentos dos repórteres? A tentativa de responder a essas questões nos orientará no desenvolvimento das

próximas análises das falas dos entrevistadores de Lula.

Para tanto, julgamos apropriado percorrer os estudos de Foucault sobre a genealogia dos modos de investigação da verdade, a fim de compreendermos adequadamente como as filiações histórico-discursivas da pesquisa da verdade na entrevista jornalística compõem a cena dos questionamentos a Lula.

3.2 INQUIRÇÃO, EXAME

Em “A verdade e as formas jurídicas”, livro que reúne cinco conferências dadas por Foucault no Brasil, nos idos de 1973, a história das práticas judiciárias¹²⁴ é abordada pelo autor com o objetivo de mostrar como elas são uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, conseqüentemente, relações entre o homem e a verdade. Essa história passa pelo “modo com o qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras” (FOUCAULT, 2005a, p. 11).

Segundo Foucault (2005a, p. 12), como pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica, surgiu no meio da Idade Média a prática de *inquérito*, quando se desenvolveram complexas formas de inquirição para se obter respostas às questões: *quem fez o quê? Quando? Em que condições?* As técnicas de *inquérito* que o Ocidente elaborou, de acordo com o autor, passaram a ser utilizadas, então, não só no campo judiciário, mas no científico, no filosófico, no político. Contudo, Foucault aponta um primeiro nascimento do *inquérito*, situado no interior da sociedade helênica e que, conseqüentemente, é anterior àquele da Idade Média. Os embates e as contestações na Grécia Antiga resultaram no desenvolvimento desta forma de descoberta jurídica da verdade, que é o *inquérito*. Para o autor, a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, é representativa e, em certa medida, instauradora desse tipo de

¹²⁴ Foucault (2005a, p. 11) define “práticas judiciárias”: “maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades”.

relação entre poder e saber, entre poder político e conhecimento, de que nossa civilização ainda não está livre¹²⁵.

Na conhecida história de Édipo, trata-se da descoberta de uma verdade que coloca em questão a soberania do soberano, por meio do procedimento da pesquisa, da investigação da verdade que, de acordo com Foucault (2005a), está alinhado às práticas judiciais gregas da época. A resolução do litígio criminal nessa tragédia depende do testemunho de uma personagem, o pastor, homem escravo, sem importância, mas que tinha visto, no passado, a filiação de Édipo¹²⁶. Seu testemunho baseado nessa lembrança é capaz de contestar e abater o orgulho do rei ou a presunção do tirano.

Para Foucault (idem, p. 54), o resumo da história do direito grego é dramatizada em Édipo Rei, pois essa tragédia apresenta a síntese da “história do processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam”. O direito de opor uma verdade “sem poder” a um poder “sem verdade” foi crucial no desenvolvimento de uma sequência de grandes transformações culturais

¹²⁵ Em “A verdade e as formas jurídicas”, Foucault analisa *Édipo-Rei* de uma maneira inteiramente diferente da que se encontra, geralmente, no campo da psicanálise. Na segunda conferência, ele relembra o trabalho de Deleuze e Guattari, *O anti-Édipo*, publicado no ano anterior, em 1972, no qual os autores tentaram mostrar que o triângulo edípiano, pai-mãe-filho, não revela uma verdade atemporal, nem uma verdade profundamente histórica de nosso desejo, como o quer, com raras exceções, os psicanalistas. Indo nessa direção, mas com uma abordagem diferente da de Deleuze e Guattari, Foucault se interessa pela tragédia sofocliana porque, para ele, ela é fundamentalmente o primeiro testemunho das práticas judiciais gregas, dentre as quais o inquérito está incluído. Nas palavras do autor: “Parece-me que há realmente um complexo de Édipo na nossa civilização. Mas ele não diz respeito ao nosso inconsciente e ao nosso desejo, nem às relações entre desejo e inconsciente. Se existe complexo de Édipo, ele se dá não ao nível individual, mas coletivo; não a propósito de desejo e inconsciente, mas de poder e de saber. É esta espécie de complexo [o inquérito] que eu gostaria de analisar” (FOUCAULT, 2005a, p. 31).

¹²⁶ Como se sabe, ao final da tragédia, Édipo acaba interrogando o antigo escravo de Laio, o pastor, e descobre que este o havia recebido, quando criança, das mãos de sua mãe, Jocasta, para que ele fosse deixado para morrer. Ela havia entregado a criança por causa do oráculo de que o menino mataria seu pai. O servo não deixou a criança morrer e a entregou ao mensageiro, que por sua vez a deu a Políbio, quem a criou. Quando já era “um dos mais notáveis cidadãos em Corinto”, Édipo ouviu de um bêbado que ele era um filho enjeitado. E a revelia de seus pais, Políbio e Mérope, vai a Delfos perguntar a Apolo sobre esse episódio. O deus lhe anuncia o terrível oráculo e lhe diz, ainda, que ele se casaria com sua mãe. Com medo de que a sentença de Apolo se cumpra, Édipo se exila, sem saber que Políbio não era seu pai biológico. Já como rei de Tebas e esposo de Jocasta, ele descobre, por meio da pesquisa, dos interrogatórios que faz e do testemunho do pastor, que o homem que ele havia matado numa tríplice encruzilhada, antes se tornar rei, era seu pai biológico, o rei Laio. Édipo descobre também que sua esposa é, na verdade, sua mãe biológica. Assim, o oráculo de Apolo é cumprido com exatidão (SÓFOCLES, 1997).

características da sociedade helênica. Conforme o filósofo francês, esse direito é uma das mais importantes conquistas atenienses. Houve, assim, na Grécia Antiga, uma série de lutas e contestações que resultaram na elaboração de uma determinada forma de descoberta judiciária da verdade: o *inquérito*. Este constitui “a matriz, o modelo a partir do qual uma série de outros saberes – filosóficos, retóricos e empíricos – puderam se desenvolver e caracterizar o pensamento grego” (FOUCAULT, 2005a, p. 55).

Foucault observa que o método grego do *inquérito* havia estacionado e não chegou a possibilitar a fundação de um conhecimento racional com a capacidade de se desenvolver indefinidamente. Desde a queda do Império Romano, essa prática investigativa permanece apagada durante vários séculos, até ser retomada na Idade Média sob outras formas de consideráveis dimensões¹²⁷. Entretanto, assinala Foucault, a forma de *inquérito* que ressurge nos séculos XII e XIII é distinta daquela cujo exemplo encontra-se na tragédia Édipo Rei, pois ela se torna um tipo de estabelecimento da verdade totalmente ligado à gerência. Curiosamente, o *inquérito* tem um duplo renascimento: um, de origem administrativa, ligada ao surgimento do Estado na época carolíngia; outra, de origem religiosa, eclesiástica, ligada à gestão dos bens da Igreja. Para Foucault (2005a, p. 73), “O inquérito na Europa Medieval é sobretudo um processo de governo, uma técnica de administração, uma modalidade de gestão; em outras palavras, o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer”. E o autor complementa, advertindo que o *inquérito* deriva de certo tipo de relações de poder e é, precisamente, uma forma política, uma forma de gerir, de exercer o poder que, através da instituição judiciária, consolidou-se como uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de transmiti-las.

Chegando ao século XIX, o autor afirma que no momento de formação da sociedade capitalista, os problemas jurídicos, judiciários e penais permitiram o aparecimento de formas de análise da verdade que

¹²⁷ Foucault relata que após a queda do Império Romano o inquérito dá lugar a outras práticas judiciárias, como a da *prova*. O direito feudal, segundo o autor, é essencialmente de tipo germânico, regulamentado pelo sistema da prova, uma “espécie de jogo de estrutura binária” que funcionava da seguinte forma: “O indivíduo aceita a prova ou renuncia a ela. Se renuncia, se não quer tentar a prova, perde o processo de antemão. Havendo a prova, vence ou fracassa”. Essas provas podiam ser sociais (a importância social de um indivíduo), verbais (pronunciar fórmulas), mágico-religiosas (juramento), corporais (ordálios), duelistas (lutas) etc. (FOUCAULT, 2005a, p. 58 et seq.).

ele denomina *exame*, e não mais *inquérito*. A origem dessas formas estaria relacionada com a formação de certo número de controles políticos e sociais durante o período de formação daquela sociedade. Foucault está, assim, focalizando o controle social que era exercido naquela sociedade classificada por ele como *disciplinar*, em contraposição às sociedades penais anteriores. Na sociedade disciplinar, prevalece o *panoptismo*¹²⁸, uma forma de poder ligada não mais ao *inquérito*, mas ao *exame*. Se no procedimento do *inquérito* se procurava saber o que havia ocorrido, por meio da (re)atualização de um acontecimento no passado, no procedimento do *exame* trata-se de alguém que se deve vigiar total e ininterruptamente.

Quem vigia é aquele que exerce um poder sobre determinados indivíduos, sendo que, enquanto vigia, constrói a respeito deles um saber que visa não determinar se algo se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como se deve, de acordo ou não à regra. Esse saber de vigilância, de *exame*, é organizado em torno da norma, do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer. Foucault (2005a, p. 88) aponta que essa é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar às ciências humanas como a Psiquiatria, a Psicologia, a Sociologia, a Psicanálise.

No entendimento de Foucault, o *inquérito* e o *exame* possuem um papel primordial na história das práticas judiciárias, pois são tomados como lugares de origem de modelos de verdade que ainda se impõem em nossa sociedade e adquirem valor no domínio da política, do comportamento cotidiano e da ciência. No campo da política, podemos dizer que as CPMI's, como a do *Mensalão* e a dos Correios, são exemplos salustares recentes das práticas de *inquérito* e de *exame*, à medida que, sob a égide do controle da conduta de agentes públicos, utilizam procedimentos de investigação da verdade a respeito de

¹²⁸ Em suas conferências no Brasil, Foucault dá uma prévia de assuntos que seriam tratados com maior profundidade, um ano mais tarde, na obra "Vigiar e Punir", publicada em 1974. Um deles é *panoptismo*, noção já bem conhecida no meio acadêmico. Ela deriva do famoso *Panopticon*, forma arquitetônica elaborada no final do século XVIII pelo jurista inglês Jeremy Bentham, para ser usada na construção de diversas instituições (prisões, escolas, hospitais, casas de correção, fábricas etc.), pois permitia uma vigilância constante e total. Em nosso trabalho, não adentraremos na complexidade das considerações de Foucault a respeito dos desdobramentos do panoptismo enquanto ilustração de mecanismos disciplinares que atravessam toda a sociedade, e nos quais o poder é exercido capilarmente, sendo, portanto, descentralizado ou desunificado. Para saber mais sobre a genealogia foucauldiana do poder moderno, a arquitetura do panopticon e as considerações que a partir deste o filósofo francês desenvolveu, consulte Foucault (1977).

denúncias de corrupção e coletam depoimentos (testemunhos) de indivíduos envolvidos por denúncias.

O caso singular do campo dos discursos midiáticos atuais, nos quais se inserem nossas entrevistas, não é especificamente abordado por Foucault, mas certamente podemos fazer suas análises ressoarem amplamente dentro desse campo discursivo controverso, atravessado por diversos discursos, inclusive o discurso político. Seu trabalho aponta caminhos para se pensar como as instituições não judiciárias, a exemplo da grande mídia, atualizam de maneira particular as características de *inquérito* e de *exame* próprias da sociedade moderna, capitalista, que adota a democracia como regime de governo e possui (relativa) liberdade de imprensa.

Nesse ponto, o trabalho de Lopes da Silva (2007) nos é inspirador, pois busca compreender como a grande imprensa se volta para o Estado, conferindo-lhe vigilância, produzindo-lhe saberes a respeito dele próprio, de sua corrupção, e, por isso mesmo, exercendo-lhe poder. Analisando diversos discursos veiculados em jornais e revistas de grande circulação, durante o declínio da gestão do presidente Collor, o autor observa que alguns saberes sobre o corpo do presidente e seus males se enlaçam ao discurso sobre a corrupção, compondo assim a metáfora do Estado como corpo doente. Dessa feita, ocorre que a produção de saberes sobre práticas ilícitas estatais, organizada discursivamente pela grande metáfora da doença, do Estado enquanto corpo doente, antes de ser movida por preceitos jornalísticos ingênuos ligados a, por exemplo, a prestação de serviço à sociedade, é alavancada por uma *vontade de saber* sobre a corrupção. E aqui a relação à teoria foucauldiana é intencional e perspicaz: essa vontade de saber não ocorre desatrelada do exercício de poder. Uma dupla prática de imprensa, ou o outro lado da moeda da necessidade de visibilidade da gestão pública moderna? Uma e outra coisa, para Lopes da Silva o exercício do poder pela vontade de saber sobre a corrupção pode concorrer para, por exemplo, a relativização do papel do Estado: “doença a ser combatida, a corrupção é uma ameaça que se instala no Estado e, mais que isso, transforma o Estado, ele mesmo, em ameaça. Refúgio do corrupto, corpo possuído, o Estado é o objeto, por excelência, de uma desconfiança pública hiperbólica e incansável” (LOPES DA SILVA, 2007, p. 58).

Ao retomar parte do conteúdo de *A Microfísica do Poder* – coletânea de textos e entrevistas de Foucault que tratam, dentre outros temas, da genealogia do processo que terminou por estender à sociedade inteira manifestações de vigilância e de controle geradas no século

XVIII, dentro do modelo político da resposta social ao problema da peste e no interior da forma de organização e de funcionamento dos hospitais e das prisões –, Lopes da Silva enfatiza a função atribuída por Foucault ao discurso jornalístico sobre a delinquência, para corroborar suas proposições sobre como a grande imprensa exerce vigilância e controle. Quando o filósofo francês aborda a questão da saturação policial da sociedade, este se pergunta, duplamente, como aceitaríamos a polícia, se não existissem os delinquentes, e como a toleraríamos, “se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta quão numerosos e perigosos são os delinquentes” (FOUCAULT, 1977, p. 138). Deste último questionamento, Lopes da Silva (2007, p. 20) destaca que Foucault está colocando em cena “o papel da imprensa na sedimentação dos controles sociais”. E acrescenta que, no caso da corrupção do Brasil, coube igualmente à imprensa esse mesmo papel, por meio do trabalho de alertar a população para a ameaça que os corruptos representam, mas com uma diferença: “quanto ao saber sobre a corrupção, os dispositivos de controle que ele apóia não se dirigem propriamente à sociedade, mas aos aparelhos e instituições de Estado” (LOPES DA SILVA, 2007, p. 20).

Trouxemos as análises de Lopes da Silva à nossa discussão não por acaso. Cremos que é precisamente essa vontade de saber a respeito da corrupção, de que trata aguçadamente o autor, o que anima certa atualização dos procedimentos de *inquérito* e de *exame* nas cenas sobre as quais nos debruçamos neste capítulo. Com isso em mente, e após termos percorrido as análises de Foucault sobre esses procedimentos, estamos aptos, então, a prosseguir nas análises dos questionamentos dos entrevistadores de Lula.

3.3 SABER-PODER

Vejamos o início da entrevista de Pedro Bial com o presidente, momento em que as perguntas do repórter estabelecem referências explícitas às condições prévias da constituição de Lula enquanto sujeito político governante:

(2) **Pedro Bial:** Presidente, antes e depois da sua eleição, o senhor repetiu várias vezes, com pertinência, que muitos poderiam errar no seu

lugar, mas, que **com a sua biografia e com os preconceitos que enfrentava, o senhor não poderia errar**. Agora, diante de tantos escândalos que o seu governo vem enfrentando, poderia me responder **onde é que o senhor errou?**

Presidente: [...] Pedro, é muito difícil você dizer onde errou. Você pode ter errado muitas vezes e pode ter acertado outras vezes. [...] ao governar um país do tamanho do Brasil, com a máquina poderosa que tem, você pode cometer um ou outro erro. [...]

(3) **Pedro Bial:** O senhor me permite enumerar alguns dados que escandalizaram o país? **O PT era meio tido como o partido que monopolizava a ética na política brasileira. E isso, em 2005, foi por terra.** O deputado José Genoíno, presidente do partido, disse que não tomou empréstimo. Mas tomou e caiu. Sílvio Pereira, secretário-geral, caiu. O ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi cassado. **Esses não são erros?** (BRASIL, 2008a, p. 1-2, grifos nossos, entrevista nº. 4).

Longe de ser uma abertura fortuita, a entrevista com o presidente é iniciada pelo repórter com os questionamentos (2) e (3) que, por se remeterem às condições prévias da constituição de Lula, trazem explicitamente à cena a referência a sua singularidade. A especificidade desta singularidade relaciona-se à memória das bandeiras ideológicas levantadas pelo PT e à memória da constituição e do desenvolvimento desse partido ao longo de sua história, desde sua fundação, em 10 de fevereiro de 1980¹²⁹. É nessa memória que se inserem as afirmações de Lula, no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, quando ele se reporta à sua própria história, afirmando que é exatamente por causa dela que ele não poderia errar (“[...] em qualquer governo, em qualquer país do mundo, pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal

¹²⁹ Nessa data, foi aprovado o Manifesto de fundação do PT, pelo Movimento Pró-PT. Consta neste documento que o Manifesto foi publicado no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 1980 (MANIFESTO, 2010).

que os governantes errem. Mas eu não posso errar.”)¹³⁰. Desse modo, como percebemos na questão efetuada pelo repórter, a referência à singularidade de Lula delinea a dimensão do suposto erro do governante: para o repórter, trata-se de saber a verdade das condições em que Lula contradisse a si mesmo enquanto sujeito político, ou seja, trata-se de saber como ele errou.

De maneira semelhante à de Pedro Bial, mas cinco meses antes dessa entrevista do programa Fantástico ir ao ar, a jornalista Melissa Monteiro questionou o presidente a respeito de seus supostos erros, logo após o estouro do escândalo do *mensalão*. A entrevista realizada pela jornalista¹³¹ foi apresentada no dia dezessete de julho de 2005, também pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão¹³², tendo sido gravada dois dias antes, em Paris, nos jardins da Residence Marigny – casa onde se hospedam os convidados do governo francês. Segue a pergunta de Monteiro:

(4) **Jornalista:** O senhor foi criador do Partido dos Trabalhadores. Impossível não associar a sua imagem à imagem do Partido. Hoje, ele comemora 25 anos e, infelizmente, está envolvido em todas essas denúncias de corrupção. **Eu queria saber onde foi que o pai, Lula, errou?** (BRASIL, 2008c, p. 4, grifos nossos, entrevista n.º 2).

¹³⁰ Esse discurso foi pronunciado no dia 24 de janeiro de 2003, no Anfiteatro Pôr do Sol, em Porto Alegre. Segue a íntegra do trecho ao qual nos referimos: “[...] qualquer governo, em qualquer país do mundo, pode errar e não acontecerá nada, porque é muito normal que os governantes errem. **Mas eu não posso errar.** E não posso errar porque não fui eleito pelo apoio de um canal de televisão. Eu não fui eleito pelo apoio do sistema financeiro. Eu não fui eleito por interesse dos grandes grupos econômicos. E eu não fui eleito por obra da minha capacidade ou da minha inteligência. Eu fui eleito pelo alto grau de consciência política da sociedade brasileira [...] volto a afirmar: **nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, sofremos tanto, tanta gente morreu antes de nós, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: ‘Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país’**” (BRASIL, 2009e, p. 3-4, grifos nossos).

¹³¹ Na época, Melissa Monteiro trabalhava como *freelancer* da TV France.

¹³² Vários veículos midiáticos abordaram os temas tratados por Lula nessa entrevista realizada em Paris. Antes desse momento, Lula havia concedido apenas uma entrevista como presidente, em vinte nove de abril de 2005. Porém, nesta data, o escândalo do *mensalão* ainda não havia estourado.

Interessante notar em (4), assim como em (2) e (3), a enunciação de um questionamento não a respeito da suspeita de que Lula teria errado, mas a respeito da busca pela identificação de atitudes errôneas do presidente, cridas como existentes pelos jornalistas, devido às denúncias contra o governo e contra o PT. De fato, as interrogativas proferidas por ambos os entrevistadores contêm a afirmativa de que Lula teria errado. Trata-se, então, nos excertos expostos, do questionamento a respeito de **qual** foi o erro cometido pelo presidente, mas não somente disso. Fato notável, na fala dos jornalistas em (2) e (4), vemos o uso do advérbio interrogativo *onde* para questionar o presidente sobre seus erros, mas não sem, antes, relacioná-los a sua singularidade reconhecida para, como dissemos, enunciar a traição de Lula a si mesmo. Além disso, observa-se que a pergunta dirigida ao presidente, engendrada pelo funcionamento [[o senhor errou.] onde?], no qual o advérbio *onde* é utilizado não no sentido restrito de *lugar*, incide sobre a afirmativa “o senhor errou”, produzindo efeitos de sentido ampliados, próximos aos das paráfrases interrogativas “quando errou?”, “qual foi o erro?” e “em que condições errou?”, conforme sistematizado na Figura 6:

Interlocutores	Motivos da crença no erro de Lula	Efeitos de sentido da interrogativa de identificação do erro “Onde errou?”
Pedro Bial	1- O fato de que o governo está enfrentando diversos escândalos; 2- As “quedas” dos petistas mencionados em (3).	Qual foi o erro? = Quando errou? = Em que condições errou?
Melissa Monteiro	Envolvimento do PT (o “filho” de Lula) em denúncias de corrupção.	

Figura 6: Motivos da crença no erro de Lula – entrevistas n°. 2 e n°. 4.
Fonte: elaborado pelo autor

O processo discursivo em questão, o da busca pela identificação do erro de Lula, volta-se para a investigação da verdade a respeito da atitude errônea do governante. Dessa forma, busca-se delinear a verdade das condições em que esse suposto erro foi cometido. Focalizam-se os atos pregressos desse sujeito, e o discurso funciona conferindo contradição as suas atitudes, devido a estas serem contrapostas a sua trajetória política e pessoal no PT e a sua singularidade, já que o erro é crido como existente na enunciação das interrogativas dirigidas ao presidente. Inclusive os motivos da crença de Pedro Bial no(s) erro(s) de Lula são enumerados em (3), quando ele relata a “queda” dos petistas José Genoíno, Sílvio Pereira e José Dirceu.

Após esse relato, a entrevista prossegue com a resposta de Lula, na qual ele afirma que o PT tem consciência da “gravidade” do problema do *mensalão*, da “encalacrada” em que o partido se encontra e de que somente a verdade é que vai dar ao PT, outra vez, a credibilidade que ele conquistou “a duras penas”. Na sequência, o repórter indaga:

(5) **Pedro Bial:** Falando em verdade e mentira, o senhor já afirmou [no programa Roda Viva], nas seguintes palavras, que essa história do mensalão parece folclore do Congresso. Aí temos o relatório [parcial] do deputado Ibrahim Abi-Ackel [relator da CPMI do Mensalão], que diz “houve recebimento de vantagens financeiras...”. O senhor me permita ler, porque está entre aspas: “Houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários, com periodicidade variável, porém, constante, de 2003 e 2004”. E ele chegou a dizer “chame-se semanão, quinzenão ou mensalão”. **O senhor ainda acredita que não passa de folclore?** (BRASIL, 2008a, p. 3, grifos nossos, entrevista n.º 4).

Pedro Bial faz referência a afirmações de Lula proferidas durante sua participação no Programa Roda Viva, da TV Cultura, em sete de novembro de 2005 – quase dois meses antes da entrevista n.º 4, do Programa Fantástico. Naquele novembro, o presidente afirmou: “Eu estou convencido de que esse negócio de mensalão me cheira um pouco a folclore dentro do Congresso Nacional” (BRASIL, 2008d, p. 16,

entrevista nº. 3). Ou seja, em (5), mais uma vez, focalizam-se os atos progressos do presidente, e a fala do repórter funciona conferindo contradição entre (a) as atitudes e as declarações de Lula e (b) os fatos considerados verdadeiros pelo entrevistador. Na questão efetuada pelo repórter (“O senhor ainda acredita que não passa de folclore?”), o uso do advérbio *ainda* marca claramente seu posicionamento contestador, com base no que ele considera verdadeiro (b) e no que, para ele, Lula considera verdadeiro (a).

Com efeito, parece-nos que se estruturam nas cenas analisadas procedimentos que objetivam dar conta do aparecimento da verdade, mas de acordo com certas regras de jogo que comportam elementos próprios de duas práticas específicas: o *inquérito* e o *exame*, consideradas em alusão às acepções de Foucault sobre essas práticas. Elementos de *inquérito*, porque se busca primeiro delinear a verdade das condições em que se deu o erro crido como existente. E elementos de *exame*, exatamente porque no caso em que analisamos esse erro é crido de antemão como existente, de forma que, em relação à norma moral de conduta política, a fala dos repórteres funciona conferindo contradição à maneira pela qual Lula se constituiu e se constitui presidente. Animados por uma vontade de saber sobre a corrupção, ambos os elementos, de *inquérito* e de *exame*, são formas de o poder da grande mídia se exercer sobre o soberano.

Nesse sentido, convém lembrar a sequência de perguntas do recorte discursivo (1), apresentado no início deste capítulo, pertencente à entrevista que aconteceu quatro meses após o pronunciamento de Lula à nação, no qual ele afirmou categoricamente desconhecer o *mensalão*. Primeiramente, a suspeita do repórter recaiu sobre o fato de que Lula não sabia do *mensalão*: [[o presidente não sabia.] *Como?*]; em seguida, essa suspeita recaiu sobre a incerteza do conhecimento ou do desconhecimento de Lula (sabia ou não sabia?). Sequência inquiridora, mostra de maneira exemplar o modo com o qual a entrevista é conduzida pelo repórter: se mesmo após a declaração de inocência de Lula, essa pergunta [sabia ou não sabia?] continuava sendo feita, seria necessário então interpelar o presidente a retificar o que ele havia dito em seu pronunciamento à nação, quando se declarou desconhecedor do *mensalão*.

No recorte discursivo (5), Lula também é interpelado a corrigir o que disse quase dois meses antes e a concordar com o repórter sobre a existência do *mensalão*, com base nas supostas “provas” apresentadas

na entrevista, que constam do relatório parcial da CPMI do *Mensalão*¹³³. Por isso, é preciso dizer: se afirmamos anteriormente que as cenas se estruturam como práticas híbridas, as quais admitem elementos de duas práticas judiciárias que relacionam homem e verdade, o *inquérito* e o *exame*, o fizemos porque acreditamos também que a combinação desses elementos, além de dar conta do aparecimento de uma verdade que implica a constituição do sujeito presidente, demarca um lugar específico a ser ocupado por Lula quando ele obtém o turno de fala; há na fala dos repórteres uma maneira particular de interpelar o presidente: aquela em que ele é evocado a ocupar o lugar de réu, sobre o qual pesa a acusação de ter cometido um ato corrupto, errôneo.

Cumpra ressaltar que as instituições judiciárias e a sociedade têm definido o lugar de réu num processo penal, assim como o de juiz, de acusador, de defensor e de vítima. Mas não se trata aqui desse lugar social, hipoteticamente “homogêneo” e “burocrático”, configurado pela ordem institucional, e sim do *lugar enunciativo* de réu, o qual mantém relações com a exterioridade, sem ser reduzido a ela. Mesmo no campo das práticas jurídicas e de seus discursos, apesar de manterem relações, o lugar social e o lugar enunciativo de réu não se confundem, porque na passagem do lugar social de réu para o seu lugar enunciativo, este último pode ser ocupado de diferentes modos, ou assumindo diversas posições. A fim de evitarmos equívocos, nos pautaremos então em Foucault (2005b, p. 139), para quem o lugar a partir do qual um sujeito fala é singularizado pelo conjunto de coisas ditas, pelas relações, pelas regularidades e transformações que podem ser nele observadas. O lugar enunciativo de réu, para o qual acreditamos que Lula é interpelado a ocupar nas cenas de entrevista midiaticizada, está, pois, sendo considerado no jogo de uma exterioridade.

Com base no dicionário de vocabulários jurídicos de Silva (1996, p. 138), o vocábulo *réu* pode ser utilizado tanto para o indivíduo

¹³³ Em novembro de 2005, o *Relatório Parcial da CPMI do Mensalão* apontou a existência do *mensalão*: “As operações [do *Valerioduto*] vinham sendo, em parte, renovadas, e em parte mantidas sem quaisquer alterações. Os recursos financeiros que geraram foram, aos poucos, utilizados pelo Sr. MARCOS VALÉRIO, por intermédio principalmente da Sra. SIMONE VASCONCELOS, para entregas sucessivas de valores variáveis a destinatários premiados pela escolha pessoal do Sr. DELÚBIO SOARES. Entre os destinatários, foram identificados os Diretórios *Regionais* do Partido dos Trabalhadores e os Diretórios *Nacionais* do Partido dos Trabalhadores e do Partido Progressista, intermediários a serviço de parlamentares, e, em alguns casos, dos parlamentares que participaram, pessoalmente, das entregas de valores. [...] houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários, com periodicidade variável, porém constante, nos anos de 2003 e 2004” (BRASIL, 2010, p. 63, 69).

criminalmente responsável por algum delito quanto para aquele contra quem se apresenta uma denúncia por fato criminoso, que lhe é imputado. Para o autor, *acusado* e *denunciado* denotam o mesmo que *réu*, sendo que deste se discute se é culpado ou inocente, criminoso ou não.

Dentro de um processo penal, deve valer a prescrição constitucional de que ninguém pode ser considerado culpado “até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (Constituição Federal, art. 5º, inciso LVII). Entretanto, Dresch (2007, p. 25) afirma em seu trabalho que, na prática, a designação *réu* funciona nos processos penais e fora deles exatamente ao contrário, porque o indivíduo denunciado é levado a assumir as posições de *ladrão*, *marginal*, *vagabundo*, *elemento*, *bandido*. A autora analisou o discurso de réus em audiências de interrogatório de 62 processos judiciais criminais do Rio Grande do Sul e verificou que, apesar de o interrogatório do réu ter tido o objetivo de apurar os fatos e esclarecer a verdade, ele buscou legitimar esse lugar de bandido imputado ao réu.

Nas análises de seu *corpus* discursivo, Dresch (2007) mostra que os questionamentos do juiz de direito direcionados ao réu são fundados (de maneira mascarada) no pressuposto da culpabilidade deste, independentemente da evidência ou não de culpa. As perguntas do juiz buscam a todo instante assentar o réu no lugar de *culpado* e, dessa forma, (supostamente) proteger a sociedade daquele indivíduo que, se está nesse lugar, tem grandes chances de ser culpado. A tentativa de confirmar a “verdade” preexistente, desfavorável ao réu, construída no inquérito policial e no oferecimento da denúncia pela promotoria, acaba orientando o interrogatório do juiz, e não a pressuposição de inocência garantida pela Constituição. Nas palavras de Dresch (2007, p. 125), “a própria posição de acusado impõe no interrogatório a probabilidade de o indivíduo ser culpado, o que marca a relação assimétrica a que é submetido e a fragilidade de sua condição”. As análises da autora evidenciam, portanto, o exercício de poder da instituição judiciária sobre o acusado, quando este é interrogado sobre a verdade de suas ações. Mesmo que o rito desta instituição não possa admitir, as análises da autora mostram que, quando o réu vai à justiça, vai ocupando o lugar de criminoso.

Ora, de acordo com o que mostramos nas análises das perguntas dos entrevistadores de Lula, cremos que as conclusões de Dresch (2007) a respeito do *modus operandi* do interrogatório judicial do réu, no Estado do Rio Grande do Sul, reforçam o que delineamos até aqui, com base no trabalho de Foucault (2005a): os questionamentos dos

repórteres, ao buscarem investigar as condições em que se deu um erro crido de antemão – a ciência de Lula sobre a corrupção –, atualizam, no campo dos discursos midiáticos, modelos de produção da verdade filiados historicamente às práticas judiciais de *inquérito* e de *exame*.

A partir do trabalho específico de Dresch (2007), podemos dizer ainda que, similar ao papel dúbio do juiz de direito, o qual procura escrutinar o réu, a fim de apontar-lhe as supostas contradições de seu discurso e exigir-lhe a reestruturação do que foi dito¹³⁴, os entrevistadores de Lula o interpelam a retificar-se, apontando-lhe supostas contradições em seus discursos, e a confessar-se culpado de seu erro, seja ele a omissão e a conivência por ter tido conhecimento da corrupção e não a ter impedido ou a efetiva participação no esquema do *mensalão*.

3.4 CULPA, CONFISSÃO

Para darmos prosseguimento às análises, vejamos a resposta do presidente Lula à pergunta da jornalista Melissa Monteiro, mostrada no trecho (4) – “eu queria saber onde foi que o pai, Lula, errou?” –, para, em seguida, examinarmos a pergunta feita pela jornalista, na sequência da entrevista:

Presidente: Olha, eu tenho o PT como filho, porque eu ajudei, sou um dos fundadores do PT. Acho que o PT está sendo vítima do seu crescimento [...]. **O PT, se cometeu erros, a minha tese é que o PT tem que explicar para sociedade brasileira que erros cometeu. O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo** porque o PT tem, na ética, uma

¹³⁴ Em suas análises, Dresch (2007, p. 122) aponta que a forma com que o juiz conduz os questionamentos dirigidos ao réu se mostra determinante para que este sujeito produza um relato contraditório, prevalecendo assim os sentidos acusatórios. A autora analisou as designações de *réu* em jornais do Rio Grande do Sul e no próprio processo penal, em fases anteriores ao interrogatório, e percebeu que essas designações “servem como indicativo da representação do criminoso que compõem o lugar do réu e tem caráter histórico” (DRESCH, 2007, p. 160).

de suas marcas mais extraordinárias. E não é por causa de um erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção. Eu acho que a nova direção do Partido saberá explicar para a sociedade o que aconteceu com o PT e o que vai acontecer daqui para a frente com o PT.

(6) **Jornalista: Mas** Vossa Excelência estima que tem alguma **culpa** nessa crise do PT e do país? (BRASIL, 2008c, p. 4-5, grifos nossos, entrevista n.º 2)

À pergunta da jornalista sobre o erro do pai (Lula), vemos este responder sobre a possibilidade de o filho (PT) ter errado. Sem abordar diretamente em sua resposta a questão de sua implicação/participação (ou não) nos erros do PT, Lula se distancia da resposta que era esperada pela jornalista. Esse distanciamento provoca efeitos de sentido que negam o pressuposto por Monteiro, em (4), de que Lula teria errado. Pelo que vemos na pergunta seguinte da jornalista, em (6), é exatamente esse embate que está em jogo¹³⁵.

Na junção ao questionamento da repórter, que mais uma vez dirige-se diretamente a Lula, a forma “mas” marca tanto a presença do discurso-outro (erro de Lula crido como existente) quanto a posição assumida por Lula, em relação a esse discurso, do qual ele quer se distanciar. Como articulador que trabalha a contradição, o “mas” utilizado pela jornalista dá o tom do embate, instaura a dúvida a respeito do que foi dito por Lula, já que o presidente, interpelado a ocupar a posição de réu, em (4), “onde foi que o pai, Lula, errou?”, não confessou seus erros publicamente.

O questionamento da repórter, em (6), interpela o entrevistado a retificar sua resposta, como se esta não correspondesse aos fatos. Além disso, o interpela a confessar-se responsável por seu (suposto) erro. Algo semelhante vemos na primeira pergunta que o jornalista Paulo Markun dirige ao presidente, no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 7 de novembro de 2005:

¹³⁵ Voltaremos às respostas de Lula no capítulo seguinte.

(7) **Jornalista:** Presidente, eu vou começar direto ao ponto. Desde que surgiu esta crise política, o senhor deu algumas declarações em cadeia nacional, em entrevistas, em aberturas de eventos do próprio governo, mas eu creio que falta perguntar, para começar, a seguinte questão: o senhor tem, de modo geral, se declarado uma pessoa que não teve **conhecimento dos fatos** relatados pelo ex-deputado Roberto Jefferson e das principais denúncias que se apresentaram neste período. E, de outro lado, o senhor também tem dito em algumas ocasiões que muito disso é o que o senhor classificou recentemente, ainda em Mar del Plata, como denunciismo vazio. A pergunta é: **o senhor não tem nenhuma responsabilidade? É possível a sociedade brasileira entender isso, que o Presidente da República não tem nenhuma responsabilidade sobre estes fatos que escandalizam a Nação?** (BRASIL, 2008d, p. 1-2, grifos nossos, entrevista n.º. 3)

Recorrendo rapidamente à conhecida teoria polifônica da enunciação, desenvolvida por Ducrot (1987), a qual considera que a negação é uma das marcas linguísticas pelas quais a polifonia se manifesta, já que se pode identificar sempre uma afirmação (real ou imaginária) dentro de uma negação¹³⁶, não se demora a perceber nas duas perguntas (em negrito) proferidas pelo jornalista o discurso-outro, aquele da prática de *inquérito* e de *exame* que está em curso: o de que Lula tem (alguma) culpa e precisa confessar que é responsável pela corrupção.

Ao analisar os discursos presidenciais da República Militar Brasileira, durante o período de 1964 a 1984, Indursky (1997, p. 213) examina o funcionamento discursivo da negação nesses discursos autoritários. Trabalhando sobre o terreno de uma Análise de Discurso

¹³⁶ Para propor uma teoria polifônica da enunciação, Ducrot (1987) se inspira no conceito de polifonia, proposto inicialmente por Bakhtin, em suas análises da obra de Dostoiévski. A respeito da negação como uma marca linguística pela qual a polifonia se manifesta, destaca-se que um grande número de trabalhos acadêmicos retoma exaustivamente este tema, recorrendo a Bakhtin e a Ducrot. Por isso, eximimo-nos, aqui, tanto dos pormenores do conceito de polifonia quanto de críticas à obra de Ducrot, por esta ter excluído a noção de historicidade dos textos, diferentemente do que se encontra na obra bakhtiniana.

derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, a autora aborda a negação como uma das formas que sinalizam preconstruídos¹³⁷, traços do interdiscurso¹³⁸ nos discursos analisados, o que evidencia, ao contrário do que se possa imaginar para discursos autoritários, a heterogeneidade constitutiva desses discursos.

Considerando a influência do projeto arqueogenealógico de Foucault nos trabalhos finais de Pêcheux, poderíamos dizer que as práticas de *inquérito* e de *exame*, juntamente com a pressuposição da culpabilidade do réu, mobilizam preconstruídos sinalizados pela negação do jornalista Paulo Markun, em (7), nesse discurso heterogêneo. Os elementos linguísticos de negação (*não* e *nenhuma*), presentes nas duas perguntas proferidas pelo jornalista, expressam o descordo entre os interlocutores, por estabelecerem uma relação de oposição a um ato assertivo prévio (preconstruído): a culpabilidade do réu Lula.

Ainda sobre a entrevista ao Programa Roda Viva, é notável a interpelação de Lula à confissão, na pergunta que o jornalista Heródoto Barbeiro, da TV Cultura, dirige ao presidente:

(8) **Jornalista:** Em relação, ainda, a essa questão econômica. Presidente, eu imagino, dentro dessa economia, como um todo, os partidos políticos tiveram dificuldade para captar dinheiro para fazer campanha eleitoral. Eu gostaria de saber se o senhor reconhece que o senhor foi eleito com uma campanha eleitoral que foi financiada pelo caixa dois do PT. Isso nós estamos dizendo, já há fatos comprovados e ditos, inclusive, pelo PL, que é um partido da base aliada do governo, dizendo que gastou X e outro gastou Y na campanha eleitoral do senhor. **Como é que o senhor argumenta essa questão de ter sido eleito com o dinheiro proveniente do caixa dois?** (BRASIL, 2008d, p. 22, grifos nossos, entrevista nº. 3).

¹³⁷ Por *preconstruído*, entende-se “o “sempre já lá” da interpelação ideológica que fornece/impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade” (INDURSKY, 1997, p. 35).

¹³⁸ O *interdiscurso* é “o lugar de formação do preconstruído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma formação discursiva, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de preconstruídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida formação discursiva”. (INDURSKY, 1997, 35-36).

Em um estudo sobre a história do ato de confessar-se publicamente, Souza (1997) lembra que a prática da confissão, inventada pelos primeiros cristãos, “não vem propriamente de uma demanda de manter algo em segredo, e sim da necessidade de **partilhar e colocar em julgamento** toda a experiência que permanece longe do alcance da esfera pública” (SOUZA, 1997, p. 37, grifos nossos). Antes de a confissão se converter em um ritual enunciativo do domínio do privado, adverte o autor¹³⁹, tratava-se de uma prática pública de referência a si, entre os primeiros cristãos, para julgamento do outro: “trata-se [...] da instauração de uma discursividade em que o sujeito que se constitui na prática discursiva correlata da confissão declara-se temporariamente, em virtude de sua situação de pecador, como parte separada do grupo ao qual pertence” (ibidem, p. 38). Em nossas entrevistas, este é o apelo dirigido a Lula: confessar-se publicamente “pecador”.

Sabemos que não se trata do discurso religioso, e sim da fala política pública, mas vemos na interpelação de Lula a evocação a uma mesma prática de referência a si, para julgamento do outro, semelhante àquela encontrada entre os primeiros cristãos: reiterar-se para confessar publicamente o erro; assumir alguma culpa ou responsabilidade pela crise política e colocar-se junto aos corruptos ou aos maus políticos.

Mas por que delineamos até aqui essa evocação à confissão? Se optamos por mostrar como a problematização da figura do presidente, no discurso midiático (e certamente fora dele), evidencia o apelo à confissão, o fizemos porque vemos na natureza deste apelo a necessidade de excelência ética do governante e de sua capacidade de discernir o verdadeiro em meio à corrupção. Nesse sentido, o apelo agrega, necessariamente, aceitar correr os riscos que uma confissão possa trazer para aquele que ocupa uma posição de mando no governo.

As análises de Foucault (2008) da obra *Íon*, de Eurípides, na qual vemos um trabalho de aproximação entre o texto trágico e os textos e documentos historiográficos que assinalam a crise da *parrêsia* na Grécia Antiga podem contribuir para elucidarmos a natureza do apelo dirigido ao presidente Lula, como veremos a seguir.

¹³⁹ Um dos objetivos de Souza (1997) ao abordar a história da confissão sob o ponto de vista de sua estrutura enunciativa é tratar da questão de como a confissão se converteu majoritariamente em um ritual enunciativo do domínio do privado.

3.5 RISCO E *PARRÊSIA*

No capítulo anterior, vimos que na obra de Eurípides a descoberta acerca do nascimento de Íon precisava ser revelada, a fim de que esse ateniense de nascença pudesse deixar de ser um servo anônimo no templo de Delfos e retornar a Atenas para cumprir sua missão histórica e política de reorganização da cidade. Quando a personagem Creúsa se dirige ao templo de Delfos (local de revelação da verdade pelo deus) para perguntar a Apolo o que havia acontecido com o filho que ela tivera com o próprio deus, era evidente para essa mulher que Apolo falaria a verdade, devido a sua condição divina. Ele era o oráculo de Delfos, aquele que, por direito, tinha a obrigação de dizer a verdade. Creúsa lembra a Íon essa condição do deus: “Ao sentar-se na trípode, [Apolo] não pode deixar de responder a todos os gregos” (EURÍPIDES, 2005, p. 10).

No entanto, a verdade que é demandada a Apolo implica sua exposição como falho. Na relação com os outros, exige dele coragem para assumir todos os riscos possíveis aos quais suas palavras poderiam comprometê-lo, já que ele havia seduzido uma mulher terrena. Dentre os riscos de Apolo se expor, o pior deles talvez fosse o de ter descido ao nível dos homens e ter satisfeito seus desejos libidinosos, colocando em xeque sua própria condição de deus. Compreendemos a dimensão do erro de Apolo quando, no início da peça, Íon dialoga com Creúsa e esta, para não revelar que se envolveu com Apolo, conta-lhe sobre uma suposta amiga que teria se unido ao deus e tido um filho com ele. A resposta de Íon revela a crença sobre a impossibilidade da união entre deuses e humanos, já que isso seria “vergonhoso” para o deus: “A Febo, uma mulher? Cala-te, estrangeira. [...] Não é possível; o que ela [a suposta amiga de Creúsa] tem é vergonha da sua falta com um homem.” (EURÍPIDES, 2005, p. 8).

Com isso, dissemos que o apelo a Apolo, a exigência da confissão pública de seus erros, implicava a ligação entre suas palavras e seus atos. A demanda pelo ato corajoso de assumir seus erros, de ocupar o lugar de réu no momento mesmo de confessá-los, a qualquer custo, para fazer aparecer a verdade (aeturgia), conforme vimos, era uma demanda pela *parrêsia* daquele que ocupava uma posição de mando. Entretanto, apesar dessa demanda, o deus se esquivava da enunciação do verdadeiro e opta por dizer meias-verdades, prejudicando dessa forma a entrada de Íon como *parresiasta* em Atenas.

Desse trabalho analítico de Foucault (2008), interessa-nos não o conteúdo dele, mas a significação da personagem Apolo enquanto figura para a qual incide a demandada pelo dizer verdadeiro parresiástico no contexto político do regime de governo em Atenas – a verdade a respeito das origens de Íon precisava ser revelada para que ele pudesse entrar na cidade não como tirano, mas como um governante *parresiasta*. A palavra de Apolo só é demandada como *parrêsia* por causa do apelo às condições prévias de constituição de sua subjetividade enquanto deus.

Creemos que Lula parece ter sido interpelado a se colocar em um lugar similar ao de Apolo, considerando-se a significação do problema político do deus que governava os homens: aquele contra o qual pesa uma acusação crida como existente e contra quem se exige a confissão pública e corajosa de seus erros. No caso de Lula, conforme vimos nos trechos das entrevistas que foram analisadas, podemos dizer que, na relação da exigência pela verdade com a singularidade de Lula, no âmbito de nosso contexto político, e considerando-se a problematização da figura do presidente, exige-se deste sujeito a coincidência entre as palavras que ele proferirá (que deverão ser a verdade, em função de sua singularidade) e seus atos (que deverão ser confessionais), ou seja, exige-se do governante uma maneira de dizer a verdade de si mesmo muito próxima à da prática da *parrêsia*, encontrada na Grécia Antiga.

Não se trata de dizer que o presidente Lula não tinha a obrigação de dizer a verdade, antes do momento da crise do *mensalão*. Nem o poderíamos dizer, pois a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, determina que a probidade administrativa deve ser característica *sine qua non* de qualquer agente público eleito, contratado ou nomeado. A probidade nos remete sempre à honestidade, à honradez e à integridade de caráter, princípios que, em tese, não se pactuam com inverdades. Além disso, como aponta Charaudeau (2008, p. 120), alguns dos *ethé* de credibilidade privilegiados atualmente pelos políticos, o *ethos* de sério, o de virtuoso e o de competente, possuem uma condição de sinceridade que obriga a dizer a verdade. Contudo, trata-se aqui de chamar a atenção para o aparecimento de uma demanda por uma maneira específica de o governante dizer a verdade, em que deve haver a confluência entre seus atos (a vida, o *bios*) e seus dizeres (o *logos*), dentro do contexto específico da problematização da figura do presidente.

No Capítulo 2 desta tese, remontamos em Foucault (2008) suas explanações sobre as quatro condições que estruturam a prática da *parrêsia* democrática pericliana: a) condição formal (*isonomia* e *isegoria*); b) condição de fato (relação agonística); c) condição de verdade (*logos*); e d) condição moral (coragem). Se analisarmos nossa

democracia atual, no intuito de verificarmos se possuímos correlatos das duas primeiras condições, que são da ordem do regime de governo (*políteia*) e da organização do jogo político (*dunasteia*), podemos dizer que sim, pelos seguintes motivos: (i) nossa igualdade perante a lei; (ii) nossa liberdade para manifestar opiniões, ideias e pensamentos; e (iii) as relações agonísticas verificadas entre os atores políticos, elementos basilares nas democracias modernas¹⁴⁰.

Por exemplo, se pensarmos na maneira com a qual os partidos políticos disputam a obtenção do poder, estabelecendo ou cortando alianças com outros partidos, mobilizando seus membros ou grupos de indivíduos para o endosso de suas ideologias e propostas, em detrimento das de partidos não coligados, dentre outras práticas, concluímos que se verifica em nossa sociedade democrática uma dimensão agonística estruturante. Aliás, o primeiro artigo da Constituição Federal determina que a República Federativa do Brasil se constitua em Estado Democrático de Direito, e o inciso V prescreve o “pluralismo político” como um dos fundamentos deste Estado (BRASIL, 2011a).

Nas democracias atuais, não há dúvidas de que a liberdade de expressão possui ligação histórica com a noção grega de *isegoria*, a partir da qual os atenienses da Grécia Antiga desfrutavam de iguais direitos de manifestar sua opinião política na ágora. Eles desfrutavam também de iguais direitos de participação no poder, em sua democracia direta, porque, primeiro, estavam garantidos direitos iguais perante a lei, a *isonomia*. Esta noção grega, por seu turno, também se filia aos pressupostos básicos que compõem o ideal moderno de “Estado Democrático de Direito”. Sem entrarmos nos pormenores das enormes diferenças entre o nosso regime democrático-representativo e a democracia clássica, não há como não reconhecer que o princípio da igualdade perante a lei, encontrado na Grécia Antiga, é o correlato

¹⁴⁰ Cita-se aqui o art. 5, inciso IV, da Constituição Federal brasileira: “é livre a manifestação do pensamento”. E também os incisos VIII e IX: “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política” e “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. O *caput* do art. 5º garante igualdade perante a lei: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Em suma, o *caput* do art. 220 e seu segundo parágrafo deixam claro: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”; “§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.” (BRASIL, 2011a).

conceitual que serve de base para o estabelecimento da isonomia presente nas constituições federais das democracias de nosso tempo.

A noção de “Estado de Direito”, como tradicionalmente é entendida, contempla o chamado “império da lei”, ou seja, as leis são criadas pelo Estado, por meio de seus representantes politicamente constituídos, mas o próprio Estado fica sujeito aos limites, às restrições e ao cumprimento das leis. No Estado de Direito, o poder não é absoluto, já que é limitado pela própria lei (MARTINEZ, 2005). O preceito da bilateralidade dos efeitos da norma jurídica baseia-se na determinação de que todos os indivíduos, inclusive os mandatários políticos, estão submissos às leis promulgadas. Por isso, se afirmarmos aqui que o Presidente Lula é demandado a se constituir governante *parresiasta* na entrevistas analisadas, não poderíamos deixar de considerar a dimensão dos riscos anexos a essa demanda, proporcionados pela bilateralidade da norma jurídica de nosso Estado de Direito: mesmo o presidente pode sofrer sanções previstas pela lei.

Conforme dissemos, no âmbito da obra Íon, analisada por Foucault (2008), a confissão pública dos atos impróprios de Apolo, diante dos humanos, seria motivo de vergonha e de queixas sobre sua condição divina. Por extensão, sua condição de mandatário poderia ser duramente questionada, já que a não revelação de seu ato errôneo poderia interferir negativamente nos rumos políticos da cidade. De fato, como vimos, interferiu: Íon entrou na cidade como tirano, pois não houve a revelação da verdade. Do ponto de vista político, talvez o maior risco para um governante, ao proferir um enunciado *parresiasta*, seja exatamente o de perder o poder e a própria condição de governante. No caso de Lula, essa possibilidade de perda não estava descartada. Na entrevista ao Programa Roda Viva, o jornalista Heródoto Barbeiro faz referência a esse risco:

(9) **Jornalista:** Presidente, o senhor disse agora que o Presidente da República é o responsável, em tese, pelo menos, e quando sabe de alguma coisa manda apurar. Nesta segunda-feira, o PFL, a pedido do deputado Ronaldo Caiado, está pedindo a abertura de um impeachment contra o senhor, talvez até acusando-o de responsabilidade. Eu gostaria de saber como é que o senhor vai se defender, **se realmente se concretizar o pedido de abertura, por parte do PFL, de impeachment contra o senhor?** (BRASIL, 2008d, p. 4, grifos nossos, entrevista n.º 3).

Ao ser interpelado a dizer a verdade sobre si mesmo, nos inúmeros questionamentos que lhe foram dirigidos durante o período da crise de 2005, o Presidente Lula corria o risco de sofrer, por exemplo, um processo de impeachment, como sinaliza o jornalista no trecho (9)¹⁴¹. Se examinarmos cuidadosamente essa possibilidade de interrupção da continuidade de Lula no poder, perceberemos que ela poderia se concretizar de duas formas: 1) se o presidente dissesse que sabia dos esquemas de arrecadação ilícita e de pagamentos de propinas a deputados, operacionalizadas por seu subordinado, o ex-ministro da Casa Civil e ex-chefe de gabinete do presidente, José Dirceu, e pelo ex-tesoureiro do partido – e amigo do presidente –, Delúbio Soares, a oposição poderia acusá-lo, no mínimo, de conivência, o que o tornaria cúmplice das práticas criminosas; 2) caso contrário, se ele dissesse que não sabia dessas práticas de favorecimento dos projetos propostos pelo governo, poderia ser fortemente criticado pela falta de astúcia para diagnosticar tamanhas atividades ilícitas acontecendo bem ao seu lado, ou para selecionar assessores (ou subordinados) de confiança.

Parece que, em ambos os casos, a denúncia poderia ser de crime de responsabilidade. No art. 85, inciso V, a Constituição Federal prescreve que os atos do Presidente da República que atentem contra “a probidade na administração” são considerados crimes, assim como os que atentem contra “o cumprimento das leis” (BRASIL, 2011a). A definição e o estabelecimento das normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República são desenvolvidos em uma lei especial, conforme aponta o parágrafo único

¹⁴¹ A respeito da possibilidade de impeachment, ou da crença nela, é expressiva a entrevista concedida por Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do presidente Lula, à Revista Veja, em julho de 2008. Ao ser questionado sobre qual teria sido o pior momento do governo, Carvalho responde: “Não há dúvida de que foi a crise de 2005, quando havia muita gente convicta de que o governo tinha acabado, de que o impeachment do presidente era iminente. Houve a famosa noite em que Palocci [ex-ministro da Fazenda] e Márcio Thomaz Bastos [ex-ministro da Justiça] foram aconselhá-lo a entrar em acordo com a oposição. Lula abriria mão da reeleição em troca do restante do mandato [para evitar o possível impeachment]. Aquela noite foi muito difícil para todos nós” (VEJA, 2010b). Ressalta-se também a matéria de Carlos Marchi, “Linha direta entre Lula e FHC evitou o pedido de impeachment”, para o jornal O Estado de São Paulo, em 31 de agosto de 2008. Segundo o jornalista, Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça, teria se reunido com FHC no dia 26 de junho de 2005, para contar ao tucano os “receios” de Lula e perguntar-lhe sobre o “espírito reinante na oposição”. FHC teria prometido a Bastos, de acordo com Marchi, que não jogaria lenha na fogueira e tentaria acalmar seus pares. Ao final, a matéria contém a citação literal da avaliação que FHC fez daquele momento em que influenciou o refratamento do ímpeto do pedido de impeachment em 2005: “Eu não fiquei contra o impeachment porque eles me pediram, mas porque sou muito cauteloso nessas questões. Na época, não havia condições políticas para sustentar um pedido de impeachment de Lula. Criaria uma cisão no Brasil” (OESP, 2008).

do art. 85 da Constituição. Com base nesta lei especial, a Lei nº. 1.079, de 10 de abril de 1950¹⁴² (BRASIL, 2011b), a oposição ao governo Lula, na época da crise do *mensalão*, poderia abrir caminho para a instauração de um processo de impeachment.

No que diz respeito às regras político-administrativas de nosso regime de governo, proceder de modo “incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo” estão previstos na Lei nº. 1.079 como crimes contra a probidade administrativa, no artigo 9º, inciso VII. Neste mesmo artigo, no inciso III, está previsto também que, se o presidente “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”, ele incorrerá em crime contra a probidade na administração. Desse modo, podemos supor que o inciso VII desta Lei poderia ser usado pela oposição, em uma denúncia contra o presidente, no caso de Lula confessar-se conhecedor do esquema de pagamento de propinas aos deputados. Por sua vez, o inciso III poderia ser usado para o caso de Lula se declarar desconhecedor do esquema, em virtude de a oposição interpretar tal situação como falta de capacidade para tornar efetiva a responsabilidade criminal de seus subordinados, a exemplo do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Péricles corria risco de morrer, conforme remontamos no capítulo anterior, ao dirigir duras verdades à assembleia que lhe ouvia, porque os cidadãos poderiam voltar-se contra ele, destituindo-o da condição de mandante e condenando-o à morte. Evidentemente, no caso de Lula, não havia a presença do risco de morte, mas o povo poderia “voltar-se” contra ele, no sentido de desacreditá-lo, exigindo sua saída do poder. Não podemos nos esquecer de que havia também o risco de Lula ter a sua popularidade diminuída, o que poderia comprometer suas possíveis chances de se reeleger. A continuidade da obscuridade a respeito da figura do presidente poderia impedi-lo de se sair bem nas eleições de 2006¹⁴³.

¹⁴² Esta Lei ficou conhecida como “Lei do Impeachment”, após o impedimento de Fernando Collor de Mello. Foi ela que deu sustentação ao pedido de impeachment de Collor, condenado por crime de responsabilidade, em 1992. A CPI instalada para apurar as denúncias de Pedro Collor concluiu que o ex-presidente sabia da corrupção e do esquema de lavagem de dinheiro de Paulo César Farias, seu tesoureiro de campanha. O Senado condenou Collor à inelegibilidade por oito anos, conforme prevê o art. 33 da Lei nº. 1.079: “o Senado por iniciativa do presidente fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública” (BRASIL, 2011b).

¹⁴³ A revista *Época*, de 13 de junho de 2005, na matéria “A reeleição de Lula corre riscos”, apresentou o seguinte texto: “O presidente acha que a crise durará meses e teme sinceramente que a população passe a comparar seu governo com a roubalheira dos anos Collor - e que ele

Se cremos que havia a presença de todos esses riscos, podemos dizer que a exigência pela verdade do governante, a qual se configura como uma exigência pelo dizer verdadeiro específico, próximo ao dizer verdadeiro *parresiástico*, também ela é uma exigência de coragem, porque implica correr os riscos de se mostrar corrupto, de continuar a ser uma figura sobre a qual não se sabe quem é de fato, ou de se contrapor ao que é apresentado como preconstruído nas falas de seus entrevistadores, deslocando-se da posição de réu e mostrando-se desconhecedor da corrupção. Assim, em relação à quarta condição formal à qual Foucault se refere, a condição moral (coragem), pode-se dizer que ela era necessária, por parte do governante, para que a terceira condição, a condição de verdade, estivesse presente. Em suma, acreditamos que os questionamentos dirigidos ao presidente Lula, nas entrevistas que foram analisadas aqui, evidenciam a dimensão do risco anexo à exigência pelo dizer verdadeiro desse governante. Mas um dizer verdadeiro que, exatamente por causa desse próprio risco inerente à personalização do verdadeiro, juntamente com nossa condição formal, nossa condição de fato e a possibilidade de se efetivar a condição de verdade (o dizer verdadeiro), se assemelharia à exigência pelo dizer verdadeiro *parresiástico*, encontrado na Grécia Antiga.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao analisarmos os questionamentos dirigidos ao presidente Lula, durante o *mensalão*, contidos em entrevistas televisionadas, podemos dizer que os modelos de produção de verdade, presentes nas práticas de *inquérito* e de *exame*, estão presentes e valem também para esse objeto. Tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais, o discurso midiático inclui de modo marcante o *inquérito* e o *exame*, especialmente quando esse discurso acontece imbricado ao discurso político, a exemplo das cenas que apresentamos.

entre para a História como o sindicalista que fracassou ao chegar ao poder”. Em seguida, transcreveu o que seria a fala de Lula para auxiliares: “É a minha história que está em jogo” (Fonte: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI50626-15223,00-+REELEICAO+DE+LULA+CORRE+RISCOS.html>>. Acesso em: 30 dez. 2010). Há ainda o expressivo depoimento de José Dirceu, reproduzido em vários jornais: “O governo está cercado. De um lado, a oposição quer desgastar o presidente Lula e impedir a reeleição. De outro, nossos aliados querem usar a crise para ganhar força” (Fonte: <http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,EMI50423-9531,00-DESARTICULACAO+E+DERROTA.html>).

Ao longo deste capítulo, percebemos como os mecanismos de *inquérito* e de *exame* funcionam nas falas dos entrevistadores de Lula, e como estes mesmos mecanismos procuram dar conta não do aparecimento da verdade do sujeito presidente, considerando-se a relação dele com ele mesmo ou com os outros, mas da confirmação de uma verdade pressuposta, a de que Lula foi corrupto ou teve responsabilidade sobre o ocorrido (omitindo-se ou sendo conivente). Escamoteado pela dúvida a respeito da culpabilidade de Lula, o procedimento de *inquérito* visa engendrar o aparecimento de uma verdade que implica a constituição do sujeito presidente como falho. De modo semelhante, identificamos um procedimento de *exame* que interpela o presidente a ocupar o lugar enunciativo de réu e, por isto mesmo, de culpado. A vontade de saber a respeito da corrupção, a qual mobiliza procedimentos de *inquérito*, para fazer aparecer uma verdade dos fatos ocorridos desfavorável ao presidente, enquanto acontecimento discursivo, vincula-se ao exercício de poder, à prática de *exame*, conduzida pela grande mídia. Ao juntar esses dois procedimentos, *inquérito* e *exame*, o discurso midiático em questão visa estabelecer uma relação assimétrica entre os sujeitos em cena, ao interpelar o governante a ocupar o lugar enunciativo de réu, fragilizando assim sua posição no relacionamento agonístico em curso.

Quando Creúsa se dirige a Apolo para exigir-lhe a verdade a respeito dele mesmo e de seus atos, naquele momento ela, que ocupa a posição de governada, se levanta contra o governante, invertendo transitoriamente as posições do exercício de poder, e então o deus é interpelado a ocupar o lugar de réu, de culpado, tendo sua soberania duramente questionada. Os procedimentos de *inquérito* e de *exame* levados a cabo nas entrevistas com o presidente Lula também colocam em xeque a soberania do soberano, e o discurso midiático em questão parece fazer certo papel de Creúsa.

Diante do que expusemos até aqui, em face da exigência pelo esclarecimento a respeito da figura do governante, Lula é interpelado a ocupar uma posição parecida com a de Apolo, pois acreditamos que se interpõe diante do governante a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade do exercício de um franco falar, o qual estamos considerando como muito próximo à prática da *parrêsia*, encontrada entre os gregos antigos, para que a população saiba de fato quem é o presidente. Isso confirmaria nossa primeira hipótese de análise, a de que a demanda pelo dizer verdadeiro de Lula é uma demanda por um dizer verdadeiro do gênero de dizer da *parrêsia*, na acepção da dimensão positiva original dessa prática.

As análises empreendidas neste capítulo nos levam a delinear o seguinte quadro: estamos considerando então que há no contexto político brasileiro condições formais (*isonomia* e *isegoria*) e condições de fato (relação agonística) para a prática do franco falar, devido ao nosso regime de governo e ao modo com o qual se dá o jogo político democrático atual; além disso, a possibilidade e a necessidade da enunciação do verdadeiro a respeito do presidente e de seus atos dão o tom dos riscos que devem ser assumidos por aquele que falar francamente na posição de governante, de modo que se soma à demanda pelo franco falar (condição de verdade) uma outra: a exigência de coragem para assumir esse riscos (condição moral). Como dissemos, essas considerações nos habilitam a ponderar que, quando Lula era questionado sobre o *mensalão*, configurava-se discursivamente uma demanda por um franco falar, próximo ao da *parrêsia*, no qual a relação consigo mesmo e com os outros deveria passar por uma ética da verdade.

Realizado o balanço de nosso percurso até aqui, faz-se necessário um rápido parêntese. Por ora, o arcabouço teórico mobilizado para a análise discursiva deste trabalho permite-nos manter certa distância de uma possível abordagem da exigência pela verdade do presidente que, de modo apressado, associasse essa exigência unicamente às transformações sofridas pelo discurso político, nas quais se observa uma “confusão”¹⁴⁴ entre a esfera privada e pública, ou uma “personalização”¹⁴⁵ desta última, principalmente devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Evidentemente, não pensamos ser prudente negligenciar essas transformações. Considerando que nossas análises põem em questão a possibilidade de o governante ser *parresiasta*, acreditamos sim que a exigência pela verdade de si

¹⁴⁴ A palavra foi retirada do título de uma das seções do livro de Charaudeau, *O discurso político*. Nela, o autor afirma que “os estudos sobre as mídias frequentemente concluem por uma confusão entre o espaço público e privado” (CHARAUDEAU, 2008, p. 285). O problema é mais bem colocado, segundo Charaudeau, em termos de uma aparição do privado no público, de uma “publicização da intimidade outrora preservada do olhar do outro” (idem).

¹⁴⁵ O termo é usado por Courtine (2006), quando ele desenvolve de maneira muito interessante suas reflexões a respeito das mudanças nas relações entre o público e o privado. Segundo o autor, as mutações das percepções das pessoas públicas vêm se dando no interior de um complexo processo de *dessacralização* e de *psicologização* do político na esfera pública das democracias atuais, daí o termo “personalização” utilizado pelo autor: “a fronteira que, até o século XVIII, delimitava os dois domínios [público e privado] tende a se tornar menos distinta, toda a vida pública é pouco a pouco absorvida pelo espetáculo do eu e todas as relações sociais se psicologizam. [...] Deslizou-se, cada vez mais nitidamente, da análise dos fatos para a análise das causas psicológicas, da percepção das ações para a percepção das intenções.” (COURTINE, 2006, p. 133-134).

desse sujeito tem a ver com as profundas alterações na economia do visível, no campo político, até porque essas alterações provavelmente determinem a forma com a qual essa exigência opera – no caso específico deste estudo, durante o escândalo político-midiático operam-se práticas de *inquérito* e de *exame* que revelam uma vontade de saber sobre a corrupção. Mas no âmbito deste trabalho, não podemos deixar de supor que a exigência pela verdade do sujeito parece estar relacionada também às bases de nossa *politeia* (regime ou forma de governo), a democracia, as quais se caracterizam, dentre outros aspectos, por um princípio de ascendência que leva em conta as especificidades da maneira como nosso jogo político (*dunasteia*) se realiza. Conforme Foucault (2008, p. 168) relata a respeito dos termos nos quais os problemas da democracia são colocados em nossa época, essas especificidades são da ordem da distribuição do poder, da autonomia de cada um no exercício do poder, da transparência e da opacidade, da relação entre sociedade civil e Estado. Em suma, essa exigência pelo dizer verdadeiro do tipo *parresiástico* estaria relacionada também à presença, em nosso tempo, da condição formal e da condição de fato para o exercício da *parrêsia* – respectivamente, a *isonomia* e a *isegoria* do regime de governo e a sociedade agonística.

Em “As artes de governar”, Michel Senellart (2006) expõe as bases para a compreensão de uma genealogia do princípio de *publicidade*. O autor mostra que a arte de governar, no vocabulário do século XVII, aparece como práticas ocultas: são os *arcana imperii*, os mistérios ou segredos de Estado. Com as Luzes, há a aspiração pela transparência dos mecanismos governamentais, em oposição a um absolutismo opaco, maquiavelista e estatal identificado naquele século sob o nome de *razão de Estado*. Está posta, então, a questão da profunda mutação na economia do visível, em que a publicidade se opõe à invisibilidade do poder. A visibilidade social, adverte Senellart (idem), passa a funcionar como princípio de limitação das práticas de governo, mas também como princípio de uma tecnologia governamental racional – maneira de maximizar a eficácia do poder ao menor custo. Assim, uma das funções da publicidade é servir para governar: “daí, no seio do pensamento político liberal, uma nova economia da liberdade, definida não mais como limite do governo, mas como elemento de seu jogo” (SENELLART, 2006, p. 304).

Portanto, parece plausível dizer que, se a exigência pela verdade de si do governante é uma demanda por algo próximo à *parrêsia* durante o escândalo do *mensalão*, ela está relacionada à sobreposição de um princípio de ascendência a um princípio de publicidade. Este último

alterou a configuração do jogo político e se estabeleceu, a nosso ver, como condição de possibilidade para o primeiro. Sem a presença de um princípio de publicidade em nosso regime de governo, parece ser impossível para qualquer cidadão (um operário, por exemplo) exercer sua ascendência e se tornar o primeiro mandatário da nação. Nos termos colocados aqui, a exigência de um falar próximo à *parrêsia* no contexto do *mensalão* toca no cerne da questão sobre o deslocamento do olhar lançado sobre o espaço político, que passa a focar mais o sujeito em cena (suas qualidades, seu caráter, sua integridade) e menos os partidos políticos. Em função de nosso objetivo de pesquisa, limitamo-nos a tomar essa questão da relação entre visibilidade e dizer verdadeiro, entre o exercício de ascendência e a publicidade, como sugestão para futuros estudos.

Efetuada o parêntese, para avançarmos agora em nossas análises, devemos partir para o exame das falas de Lula, com intuito de compreendermos como elas podem mostrar o modo com o qual o presidente faz a experiência de si mesmo, diante da exigência por um franco falar, considerando-se o quadro analítico que montamos. No próximo capítulo, analisaremos então algumas respostas de Lula aos questionamentos mostrados aqui, proferidos por seus entrevistadores, durante o escândalo do *mensalão*, os quais engendram, nas cenas em questão, práticas de *inquérito* e de *exame* da conduta do soberano, aquele que é detentor de um poder constantemente examinado, vigiado.

CAPÍTULO 4

A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O Ocidente vai ser dominado pelo grande mito de
que a verdade nunca pertence ao poder político.

Michel Foucault

No capítulo anterior, a análise dos questionamentos dirigidos diretamente ao presidente Lula, a respeito de sua suposta participação ou conivência no *mensalão*, permitiu compreender o modo com o qual a enunciação inquiridora o interpela a fazer uma experiência de si mesmo muito próxima à da prática da *parrêsia*, o que lhe exigiria a enunciação do verdadeiro e sua constituição em sujeito dessa verdade. Dissemos que esse ato de fala, no qual devem coincidir a verdade de seus enunciados e a verdade dele mesmo, demanda coragem para aceitar os riscos possíveis dessa ascense. No caso específico dos questionamentos presentes nas entrevistas que foram analisadas, vimos que Lula era interpelado a se colocar em um lugar similar ao de Apolo, considerando-se o significado político, para um governante, da exigência de confissão pública de seus atos, cridos como errôneos por aqueles que lhe dirigem tal exigência.

Neste capítulo, nosso propósito será examinar algumas respostas de Lula às perguntas de seus entrevistadores, mostradas anteriormente. O objeto específico de análise será essas falas de Lula, mas examinaremos também outros trechos das entrevistas de nosso *corpus* que não foram mencionados no capítulo anterior. Dessa forma, neste quarto capítulo, teremos condições de concentrar nossos esforços na análise das relações agonísticas desenhadas nessas cenas, as quais foram caracterizadas como cenas de inquirição e de exame.

A seguinte questão de fundo orientará nosso percurso analítico: como a exigência pela verdade do governante e a possibilidade de um franco falar, próximo ao da *parrêsia*, será capaz de mostrar o modo com o qual ele se constitui enquanto sujeito político, em sua fala? Focalizaremos, assim, as relações que são construídas nos dizeres de Lula – a relação a si mesmo e aos outros –, sob o ponto de vista da concretização (ou não) de uma ética da verdade dessas relações.

4.1 “VOCÊ” E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Iniciemos pela retomada do questionamento emblemático que o repórter Pedro Bial dirigiu a Lula, seis meses após o início do escândalo do *mensalão*, perguntando-lhe, primeiramente, como ele não sabia do *mensalão* e, em seguida, se ele sabia ou não sabia:

*(1) Pedro Bial: Quando soube que iria ter o privilégio de conversar com o senhor, saí conversando muito com o povão mesmo, em feirinha livre, táxi, botequim. A sensação não é de acusação ao senhor, mas de estar muito intrigado. Como é que o Presidente não sabia? Essa pergunta continua sendo feita, Presidente. O senhor sabia ou não sabia?*¹⁴⁶

(10) **Presidente:** Só tem três hipóteses de **você** saber das coisas. **Você** está comigo, aqui no terceiro andar, e tem gente trabalhando no quarto andar, tem gente trabalhando no segundo, tem gente trabalhando nos Ministérios. Nem eu e nem você sabemos o que está acontecendo. Então, como é que **você** sabe? Quando **participa** da reunião, quando alguém que participou conta ou quando sai uma denúncia. (BRASIL, 2008a, p. 9-10, entrevista n.º 4, grifos nossos).

Dissemos no capítulo três que o questionamento em (1) faz referência à singularidade de Lula, de como ele ascendeu ao cargo de mandatário da nação, problematizando-a. É preciso acrescentar que as perguntas de Pedro Bial apontam para um princípio de ascendência que envolve a diferenciação ética daquele que se coloca no jogo político democrático, a fim de ocupar a posição de governante. Compreendemos que a fala do inquiridor se configura sob a forma da prática de *saber-poder* do *exame* (saber quem ele é, corrupto ou não), porque evidencia que o presidente deveria saber, por causa de suas qualidades pessoais e políticas, o que estava acontecendo, ou, pelo menos, o que de errado

¹⁴⁶ Os trechos do *corpus* que foram mostrados no capítulo anterior receberão o destaque em itálico e a numeração utilizada anteriormente.

seus subordinados estavam fazendo, subordinados escolhidos por ele, a exemplo de José Dirceu.

A resposta do presidente Lula em (10) aborda a dúvida a respeito de como ele não sabia do *mensalão*, ou seja, dirige-se à primeira pergunta do entrevistador (“Como é que o Presidente não sabia?”). Sua distância física do lugar em que ocorreram os eventos criminosos é trazida à cena por meio da formação gradativa de uma imagem da sede do governo, composta por espaços que seriam fragmentados, “isolados” entre si e distantes do gabinete do presidente. O efeito desse isolamento é o de que as práticas de corrupção ocorreriam nas salas e andares do Palácio do Planalto e nos gabinetes dos Ministérios que, por estarem distantes fisicamente do gabinete do presidente, dificultariam ou impossibilitariam que ele soubesse de tais práticas. Claramente, há a atribuição aos outros do dever de lhe dizer “o que está acontecendo”. O que nos chama a atenção não é exatamente a construção dessa passividade sobre a qual se firmaria a relação com os outros em seu governo – aqueles que deveriam lhe dizer ativamente o que está acontecendo –, mas a maneira com a qual essa relação produz um deslocamento da posição discursiva daquele que fala. A distância física trazida à cena, entre os andares do Palácio e os Ministérios, a qual o separa de outros funcionários do governo, desloca esse sujeito do lugar destinado àquele que falaria a partir de um lugar enunciativo correspondente ao lugar social e institucional em que ocorreram as práticas criminosas.

Antes de o presidente terminar sua argumentação, em (10), o repórter o interrompe¹⁴⁷ e a entrevista prossegue:

(11) **Pedro Bial:** Mas, o Delúbio era tão próximo do senhor... [interrompendo o entrevistado]

(12) **Presidente:** O que é importante não é se você sabia ou não, porque se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Esse é o dado concreto. Se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Na medida em que soube,

¹⁴⁷ Lendo a transcrição da entrevista, disponível no *site* da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, não se percebe a interrupção do entrevistador, diferentemente do que acontece quando se assiste à gravação em vídeo, disponível em: <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM397500-7823-PEDRO+BIAL+PERGUNTA+A+LULA+O+QUE+O+BRASIL+QUER+SABER,00.html>>. (acesso em: 3 out. 2010).

naquilo que diz respeito ao presidente da República, todas as providências foram tomadas. Foi afastado quem deveria ser afastado, foi punido quem deveria ser punido. Agora, a Justiça faça a sua parte. E, no caso do PT, o partido fez a sua parte. Não adianta querer que as coisas aconteçam antes do tempo que têm que acontecer. Eu quero que seja assim para mim, desejo que seja assim para você e para todo o povo brasileiro. Na hora em que sobre qualquer cidadão brasileiro pesar qualquer suspeita, quero que ele tenha o direito. Antes de ser condenado à força, que ele possa ser julgado corretamente para que a gente não absolva um culpado e nem para que a gente condene um inocente (BRASIL, 2008a, p. 10, entrevista n.º 4).

A interrupção do repórter em (11) põe em xeque exatamente o deslocamento de que falávamos, provocado pelo modo com o qual o governante se apresenta, quando ele é interpelado a responder como não sabia da corrupção. Sua proximidade com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, é conhecida pela imprensa desde a participação deste na fundação do PT. Antes de ser tesoureiro do partido, Delúbio foi também sindicalista, tesoureiro nacional da CUT e coordenador das campanhas presidenciais de Lula em 1989 e 1998 (ÉPOCA, 2009). Quando ocorreu a entrevista de Lula para o fantástico, Delúbio já havia admitido seu envolvimento na arrecadação de recursos financeiros de “caixa 2” (recursos não contabilizados e não declarados aos órgãos de fiscalização competentes) para pagar despesas da campanha presidencial de Lula em 2002 (FOLHA, 2009a). Esses recursos teriam sido recebidos de Marcos Valério de Souza, empresário acusado de ser o encarregado pelo pagamento do *mensalão* aos deputados que participavam do esquema fraudulento e de ter emprestado ilegalmente dinheiro ao PT. Apesar de Delúbio ter negado as denúncias de ter sido responsável por arrecadar dinheiro para o *mensalão* e distribuí-lo a parlamentares, ele foi expulso do PT no dia 23 de outubro de 2005, devido ao seu envolvimento na prática de “caixa 2” (FOLHA, 2009b).

Notadamente, a cena sob análise, juntamente com as outras que figuram em nosso *corpus*, não se tratam de conversas ou de entrevistas de balanço de governo, mas de atualizações de procedimentos de *inquérito* e de *exame*, conforme dissemos no capítulo anterior. A

estrutura enunciativa das cenas se firma sobre esses procedimentos, para compor o jogo dramatúrgico no qual os atores estabelecem uma relação agonística e tensa entre si. A fala interruptiva do repórter Pedro Bial, em (11), na qual é evocada a figura de Delúbio Soares e sua proximidade do presidente Lula, além de reiterar a desconfiança a respeito de como o presidente não sabia do *mensalão*, porque supõe que Delúbio poderia ter dito a Lula o que (supostamente) estava acontecendo, exige o comprometimento do entrevistado com a enunciação do verdadeiro a partir do lugar institucional e discursivo sobre o qual se quer saber a verdade de acontecimentos condenáveis.

Após ser interrompido, a resposta do presidente se dirige à segunda parte da pergunta do repórter em (1) (“O senhor sabia ou não sabia?”), momento em que Lula afirma que não sabia da corrupção em seu governo: “O que é importante não é se você sabia ou não, porque se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido”. Como vemos, antes de afirmar que não sabia da corrupção, a questão da ciência do presidente a respeito das práticas ilícitas em seu governo é recusada por ele mesmo (“O que é importante não é se você sabia ou não”), mas logo em seguida recuperada (“porque se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido”). Esse enunciado contraditório nos chama a atenção não por sua retórica labiríntica, mas pelo efeito de indeterminação do sujeito que fala, provocado pela comutação dos dêiticos “eu” por “você”, na primeira parte do enunciado.

Acreditamos que as implicações dessa indeterminação fazem ver duas facetas da constituição do sujeito governante, que se complementam. A primeira mostra que aquele que fala não se expõe como sujeito do próprio dizer, na primeira parte do enunciado, em que inferimos que o presidente não sabia da corrupção (“O que é importante não é se você sabia ou não”). Enquanto marcador discursivo dotado de genericidade, o pronome indefinido “você” escamoteia o “eu” que fala: “você” passa a ser equivalente a alguém, a qualquer um, isto é, não necessariamente equivale ao eu. Inclui-se aqui o uso do verbo na terceira pessoa, com o apagamento do pronome indefinido “você”, na fala de Lula em (10): “Quando *participa* da reunião [...]”.

A segunda faceta evidencia a não aplicação daquilo que se apresenta como verdadeiro (a não ciência de Lula sobre os atos ilícitos na sede de seu governo) ao modo como ele se relaciona consigo mesmo e com os outros (a população), constituindo-se sujeito governante: ora, se é verdadeiro que se o presidente tivesse tomado conhecimento sobre as práticas ilícitas em seu governo, as teria evitado, como/por que não é importante sua ciência a respeito dessas práticas?

Em todo o trecho (10), mostrado anteriormente, vemos a presença do pronome indefinido “você”, funcionando de modo similar no que diz respeito ao escamoteamento do eu (“só tem três hipóteses de *você* saber das coisas”). Nesse trecho, a indeterminação do pronome utilizado dá ênfase à passividade sobre a qual o sujeito se constitui como não sabedor de práticas ilícitas (supostamente) levadas a cabo em seu governo. Podemos dizer ainda que, se o primeiro questionamento do repórter (“como o presidente não sabia”) aponta para a singularidade de Lula e mostra a conseqüente exigência de uma diferenciação ética por parte desse governante, a comutação tratada aqui, observada na resposta de Lula em (10), impede que o sujeito se constitua sobre o plano discursivo dessa diferenciação.

No início dessa mesma entrevista para o programa Fantástico, o repórter Pedro Bial profere interrogativas que apontam também para a exigência de diferenciação ética, como condição prévia da constituição de Lula enquanto sujeito político governante. O trecho (2), mostrado mais uma vez a seguir, contém uma pergunta direta feita a Lula, a respeito de seus supostos erros, e não dos de outros personagens do escândalo. Vejamos a primeira pergunta feita pelo entrevistador, naquela ocasião, e o desenrolar do início da entrevista:

(2) *Pedro Bial: Presidente, antes e depois da sua eleição, o senhor repetiu várias vezes, com pertinência, que muitos poderiam errar no seu lugar, mas, que com a sua biografia e com os preconceitos que enfrentava, o senhor não poderia errar. Agora, diante de tantos escândalos que o seu governo vem enfrentando, poderia me responder onde é que o senhor errou?*

(13) **Presidente:** Primeiro, Pedro, queria aproveitar esse programa de primeiro de ano e cumprimentar o povo brasileiro, desejando um 2006 melhor do que qualquer ano que ele já imaginou ter. Afinal de contas, acho que o povo brasileiro merece um bom 2006. Segundo, Pedro, é muito difícil **você dizer** onde errou. **Você pode ter errado** muitas vezes e pode ter acertado outras vezes. O dado concreto, Pedro, é que **nós temos** consciência de que ao governar um país do tamanho do Brasil, com a máquina poderosa que tem, **você pode cometer um ou outro erro**. E, na

medida em que **você detecta esse erro**, tem que tomar as providências para apurar e punir aqueles que puderam... ou aqueles que cometeram o erro. **E isso nós fizemos** como jamais foi feito na história do Brasil.

(14) **Pedro Bial**: O senhor está se referindo às CPIs? **Para apurar, o governo resistiu muito**. Procurou impedir a implantação das CPIs, num primeiro momento. E, mesmo agora há pouco, tentou evitar a prorrogação de seu trabalho.

Presidente: Não. Veja, primeiro, a CPI é uma conquista da democracia brasileira. E o PT, durante muito tempo, se utilizou de CPI para fazer política. Segundo, é normal que quem está na oposição queira mais uma CPI do que quem está na situação. Isso também é histórico no Brasil. E a terceira coisa é que a CPI está funcionando na sua plenitude [...] (BRASIL, 2008a, p. 1-2, grifos nossos, entrevista n.º. 4).

Percebemos em (13), na resposta à demanda pela enunciação sobre si, um funcionamento do pronome “você” semelhante ao que identificamos na resposta anterior de Lula (trecho 12): “você” iguala-se a qualquer um/não-eu, e o efeito dessa operação nesse discurso nos remete a não exposição daquele que fala como sujeito de seu próprio dizer (“é muito difícil *você* dizer onde errou”). Em função dessa retórica, reside nesses enunciados um diferencial. Isso porque à medida que há o desenvolvimento da resposta a uma pergunta que contém ela mesma a afirmação de que Lula teria errado (conforme abordamos no item 3.3 do capítulo anterior), o efeito do distanciamento daquele que fala de seu próprio dizer produz a subtração gradativa do eu (escamoteado por “você”) de uma discursividade marcada pela enunciação confessional pública, para a qual esse sujeito foi interpelado. Os dizeres “você pode ter errado muitas vezes e acertado outras vezes” e “você pode cometer um ou outro erro” apontam para a esquiva do lugar enunciativo de réu preparado pelo repórter, em seu turno de fala. Nesse sentido, uma paráfrase possível do discurso do entrevistado, que marca a não exposição daquele que fala como sujeito de seu dizer, é a seguinte: *alguém ou qualquer um, não necessariamente eu, pode ter errado*. Em função dessa esquiva, nota-se na fala de Lula a minimização da culpa

e/ou a instauração da dúvida a respeito da própria existência do erro, que passa a ser qualificado como “possível”, por meio do uso do verbo “poder” (você *pode* ter errado; você *pode* cometer um ou outro erro). Some-se a isso a presença da expressão “um ou outro”, que gera vagueza e imprecisão semântica a respeito do cometimento do erro, já que se pode entender que foi cometido um erro, dois erros ou mais, ou nenhum erro.

Neste ponto, é importante estabelecermos as semelhanças e as diferenças entre a comutação de “eu” por “você” e o aparecimento da *quarta pessoa discursiva*, uma das maneiras de representação do sujeito analisadas por Indursky (1997) nos discursos dos presidentes militares do regime ditatorial que se instaurou no Brasil após o Golpe de 1964. Segundo a autora, “o sujeito do discurso pode simular sua ausência da materialidade discursiva”, representando-se por formas pronominais como “ele” e “se”, ou por formas lexicais como “o presidente”. Em especial, esta última forma é recorrente em nosso *corpus* de análise, como mostram as falas apresentadas a seguir, em que os trechos (15), (16) e (17) correspondem à entrevista de Lula para o programa Roda Viva, da TV Cultura, em sete de novembro de 2005, e o trecho (18) à entrevista para o programa de rádio “Café com o presidente”, em agosto do mesmo ano:

*(7) **Jornalista** [Paulo Markun]: Presidente, eu vou começar direto ao ponto. Desde que surgiu esta crise política, o senhor deu algumas declarações em cadeia nacional, em entrevistas, em aberturas de eventos do próprio governo, mas eu creio que falta perguntar, para começar, a seguinte questão: o senhor tem, de modo geral, se declarado uma pessoa que não teve conhecimento dos fatos relatados pelo ex-deputado Roberto Jefferson e das principais denúncias que se apresentaram neste período. E, de outro lado, o senhor também tem dito em algumas ocasiões que muito disso é o que o senhor classificou recentemente, ainda em Mar del Plata, como denunciismo vazio. A pergunta é: o senhor não tem nenhuma responsabilidade? É possível a sociedade brasileira entender isso, que o Presidente da República não tem nenhuma*

responsabilidade sobre estes fatos que escandalizam a Nação?

(15) **Presidente**: Não, primeiro, o Presidente da República tem toda a responsabilidade. Ou seja, pelo bem ou pelo mal, não tem como o Presidente da República dizer que não tem responsabilidade. **Sabendo ou não sabendo, o Presidente da República tem que ter responsabilidade** e tem que mandar apurar. Este é o papel do Presidente da República. [...].

(16) [...] não dá para que um **Presidente da República** fique fazendo política com o “disse que disse”. [...].

(17) [...] não cabe ao **Presidente da República** dizer que o relator estava com a verdade absoluta, que o Banco do Brasil estava com a verdade absoluta [...]. (BRASIL, 2008d, p. 1-3, 10, grifos nossos, entrevista n.º 3).

(18) [No programa Café com o presidente]: [...] as pessoas têm apenas que ter paciência, porque não é o **Presidente da República** que pode colocar alguém na cadeia. Quem coloca alguém na cadeia é a Justiça [...]. (BRASIL, 2009b, p. 3, grifos nossos, entrevista n.º 1).

Importa dizer que a retomada da noção de *quarta-pessoa discursiva*, em sua modalidade lexical, proposta por Indursky (1997), interessa-nos de maneira particular porque ela também evidencia uma forma pela qual o sujeito se relaciona com seu dizer. Conforme aponta a autora, a *quarta-pessoa discursiva* produz a impessoalização do sujeito que abdica de dizer “eu” e dá lugar ao acontecimento discursivo (INDURSKY, 1997, p. 76). Ela acrescenta que, por meio dessa modalidade lexical de *quarta-pessoa discursiva*, o sujeito do discurso cede lugar ao sujeito do enunciado (“ele”, o presidente), o que permite que “o sujeito fale de si mesmo como se falasse de outro, realizando, assim, a disjunção entre o sujeito do discurso e o sujeito enunciador” (ibidem, p. 87).

A disjunção de que trata a autora é vista por nós como uma relação de descompromisso do sujeito com seu dizer. Em termos de uma ética da verdade das relações do sujeito consigo mesmo e com seu dizer, a *quarta-pessoa discursiva lexical*, assim como a comutação de “eu” pelo pronome indefinido “você”, opera um distanciamento daquele que fala de seu próprio dizer, procedimento que não é compatível com o *ethos* próprio de uma prática discursiva semelhante à da *parrêsia*: a enunciação *parresiástica* exige a exata coincidência entre o sujeito enunciador e o sujeito do discurso¹⁴⁸.

Embora o uso do pronome dêitico “você” tenha esse funcionamento semelhante ao da *quarta-pessoa discursiva*, nas falas de Lula, no tocante à indeterminação do sujeito que fala, é preciso marcar aqui uma diferença. De acordo com Indursky (1997, p. 84-85), “no esforço de distinguir a pessoa do papel institucional que exerce, o sujeito do discurso representa-se através de um item lexical” e promove, de uma só vez, o efeito de seu apagamento e a simulação da não-suposição do outro, já que permuta *eu* pelas formas *se* ou *ele* (o presidente), as quais não são nunca utilizadas em lugar de *tu* (a segunda pessoa discursiva).

Como o pronome “você” é utilizado geralmente em lugar de *tu*, para se referir à pessoa com que se fala, acreditamos que, mesmo sendo usado em sua forma indefinida, como o faz Lula (“você pode ter errado muitas vezes”), mantém-se a suposição do outro. Diferentemente das consequências do aparente apagamento do sujeito por meio da *quarta-pessoa discursiva*, descritas por Indursky (idem), cremos que a comutação de “eu” por “você” não dá conta de cancelar a possível reversibilidade com o outro nem de produzir um efeito de sentido de monologismo, de palavra única, final e verdadeira. Ao contrário, há mais o efeito de inclusão do outro do que o de inclusão do próprio enunciador, como se este dissesse: *alguém, não necessariamente eu, mas inclusive você que me interroga, pode ter errado muitas vezes*.

Nesse sentido, o uso de “você”, na forma indefinida, aponta para a estrutura enunciativa da própria cena em que é proferido; ele coloca em evidência a situação de interlocução com que se estruturam as práticas de *inquérito* e de *exame*. A “verdade”¹⁴⁹ do que está sendo dito,

¹⁴⁸ Ao final do capítulo, voltaremos a essa disjunção e ao modo com o qual ela é considerada dentro da proposta de análise de nosso trabalho.

¹⁴⁹ As aspas na palavra *verdade* são para marcar que, em princípio, a fala de Lula será considerada verdadeira, porque ela é apresentada como verdadeira. Se ela é, de fato, verdade ou não, não é nossa intenção decidir. Interessa-nos, antes, como o sujeito se adere (ou não) ao enunciado que é apresentado como verdadeiro e como esse enunciado aparece dentro do

por sua vez, parece depender mais da adesão do outro do que da do próprio locutor ao seu dizer. Quando enuncia “é muito difícil você dizer onde errou”, por exemplo, o orador não faz questão de salientar que a verdade de seu dizer tem a forma de uma opinião pessoal. Enfim, a comutação de “eu” por “você”, na forma indefinida, indetermina o sujeito que fala e não o compromete com seu dizer, ao mesmo tempo em que solicita a adesão do outro à verdade do que está sendo dito.

4.2 O ERRO E O OUTRO: O PT

Em relação ao excerto (2), mostrado há pouco, vimos que o apelo feito pelo repórter é precisamente à confissão pública dos erros do governante, cridos como existentes. Como dissemos no Capítulo três (seção 3.4), quando remontamos o estudo de Souza (1997), apesar de não se tratar do discurso religioso dos primeiros cristãos, vemos na interpelação dirigida a Lula a evocação de uma prática confessional pública de referência a si, para julgamento do outro. Entretanto, observamos que a resposta do presidente em (13) mostra o sutil deslocamento da referência a si como autor de possíveis erros, para evitar, exatamente, o julgamento negativo do outro. Primeiramente, a existência de atos ímprobos do governante passa a ser “possível”, incerta, portanto. Em seguida, os dizeres “[...] na medida em que você detecta esse erro, tem que tomar as providências para apurar e punir *aqueles* que erraram” marcam a transição do *eu* (escamoteado por “você”) como autor de erros em potencial, unidade separada dos que não cometeram erros, para o *eu* (juntamente com os que fazem parte do governo = *nós*) como punidor, unidade não mais separada do conjunto dos que não cometeram erros. Assim, ao final de sua resposta, para se afastar daqueles que possivelmente cometeram erros, o sujeito passa de “autor de possíveis erros” para “punidor daqueles que erraram”.

No campo dos estudos da enunciação, são conhecidas as afirmações de Benveniste (1991) a respeito da estrutura das relações de pessoa na língua¹⁵⁰. Vale lembrar aqui que, em relação à distinção

contexto da problematização da figura daquele que fala, sendo reconhecido ou não como verdade.

¹⁵⁰ Como sabemos, no capítulo 18 do primeiro volume da obra “Problemas de linguística geral”, Benveniste trata das oposições que tornam possível a diferenciação entre as pessoas. Retomando gramáticos árabes, o linguista define a primeira pessoa (eu) como “aquele que fala”; a segunda pessoa (tu) como “aquele a quem nos dirigimos”; e a terceira pessoa (ele)

entre singular e plural, o autor afirma que ela deve ser interpretada, na ordem da pessoa, por uma diferenciação entre *pessoa estrita* (= “singular”) e *pessoa amplificada* (= “plural”). Para o linguista, o “nós” não é um “eu” multiplicado, como se fossem vários “eu”, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”: “o ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas” (BENVENISTE, 1991, p. 259). Dentro desse paradigma, Benveniste ainda distingue, para o plural ordinário, duas formas precisas: o “nós” *inclusivo*, formado pela associação do “eu” a um “tu” (singular ou plural); e o “nós” *exclusivo*, composto por “eu” + “ele/eles” (ibidem, p. 255-259). Há, evidentemente, a alternativa em que se observa a mistura das duas formas, um “nós” misto, quando o “eu” se junta a “tu/vós” e a “ele/eles”.

Em seu estudo sobre os discursos presidenciais da República Militar Brasileira, Indursky (1997) se propõe a analisar o funcionamento do “nós” nesses discursos, a partir de uma perspectiva discursiva. Partindo do entendimento de Benveniste, a autora considera que o “nós”, representado por toda a série que se refere à primeira pessoa do plural (nós, nos, nosso), juntamente com a desinência verbal de primeira pessoa do plural, possibilita que se instaure a indeterminação referencial. Para Indursky (1997, p. 66-67, grifos da autora), em seu funcionamento discursivo, o “nós” indica conjuntos lexicalmente não-nomeados, os quais ela trata como *não-pessoa discursiva*: “na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual o eu se associa para constituir **nós**”.

Ao final de sua resposta em (13), já constituído em seu discurso como punidor, o sujeito aponta para os que, junto com ele, apuraram irregularidades e puniram os responsáveis por elas: “isso *nós* fizemos como jamais foi feito na história do Brasil”. A referência do pronome em questão, que se junta ao *eu* para constituir o *nós exclusivo*, apesar de permanecer ampla, pode ser recuperada minimamente no jogo enunciativo agonístico, por meio da relação entre a resposta do entrevistado e o questionamento do entrevistador. Ou seja, a “não-pessoa discursiva” (INDURSKY, 1997) que amplia ou “dilata” o *eu* (BENVENISTE, 1991, p. 258), apesar de lexicalmente não-especificada,

como “aquele que está ausente”. Benveniste acrescenta que a consequência desse pensamento, em relação à forma “ele”, seria a compreensão de que a “terceira pessoa” não é uma “pessoa”; ao contrário, essa forma teria por função exprimir a “não-pessoa” (BENVENISTE, 1991, p. 247-259).

encontra seus referentes no espaço discursivo mobilizado pelo entrevistador, o de que o governo vem enfrentando muitos escândalos (“diante de tantos escândalos que o seu governo vem enfrentando [...]”). Desse modo, vemos que o *nós* do trecho (13) inclui a base do governo, isto é, aqueles que, juntamente com o presidente, possuem a tarefa de administrar o país. Os dizeres do repórter em (14) evidenciam tal inclusão (“Para apurar, o *governo* resistiu muito”). Contudo, considerando os discursos que atravessam os questionamentos do repórter, nos quais o PT está sob suspeita, partido que faz parte da biografia de Lula, podemos afirmar que o referente não-nomeado de *nós* inclui de maneira especial os petistas que fazem parte do governo.

Após questionar o presidente Lula a respeito de uma suposta tentativa do governo de barrar as CPI’s durante a crise política (trecho 14), o repórter o indaga, no trecho (3), mostrado a seguir, sobre o que considera serem “erros cometidos pelo PT”. Se relacionarmos essa indagação àquela feita anteriormente, em (2), perceberemos que nas falas do repórter se apresenta uma similaridade entre aquilo que é considerado “erro” do PT e o que é visto como “erro” de Lula. Tal similaridade aponta exatamente para os referentes não-nomeados de *nós*, no trecho (13), que se associam ao *eu* na fala de Lula: a base do governo e, de modo especial, os petistas que pertencem a essa base. Vejamos a imediata sequência da entrevista com Pedro Bial:

(3) Pedro Bial: O senhor me permite enumerar alguns dados que escandalizaram o país? O PT era meio tido como o partido que monopolizava a ética na política brasileira. E isso, em 2005, foi por terra. O deputado José Genoíno, presidente do partido, disse que não tomou empréstimo. Mas tomou e caiu. Sílvio Pereira, secretário-geral, caiu. O ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi cassado. Esses não são erros?

(19) Presidente: São erros. Tanto é que foram punidos. O Genoíno saiu da presidência do PT; o Silvinho não está mais no PT; o Zé Dirceu perdeu o mandato; o Delúbio saiu do PT. **Para mim, a apuração tem que ser feita dentro do meu partido, nos outros partidos,** dentro da sociedade, naqueles que são amigos do Presidente e naqueles que são adversários do Presidente.

Afinal de contas, a investigação séria, o combate à corrupção, o combate aos erros administrativos que alguém possa ter cometido não podem ter cor partidária, não podem ter coloração ideológica. O que precisa é que prevaleça a ética. **E o PT** é um partido muito grande, com quase um milhão de filiados, um partido espalhado. Se três, quatro, meia dúzia, dez, 15 ou 20 pessoas de uma organização política cometem erros não significa que **o partido** todo está cometendo o mesmo erro. **O partido tomou** as decisões, **o partido tem** uma nova direção e o partido sabe que vai ter que fazer um trabalho imenso para recuperar o prestígio que ao longo dos anos conquistou junto à sociedade brasileira. Portanto, **o partido tem** consciência da gravidade do problema, **tem consciência** da “enclacrada” em que se meteu e **tem consciência** de que somente a verdade é que vai poder **dar ao partido**, outra vez, a credibilidade que **ele conquistou** a duras penas nesse país. (BRASIL, 2008a, p. 2-3, grifos nossos, entrevista n.º 4).

Analisando a resposta do presidente em (19), podemos nos perguntar sobre as implicações de haver a omissão do nome do partido ou da sigla que o denomina nos dizeres “Para mim, a apuração tem que ser feita dentro *do meu partido*, nos outros partidos, dentro da sociedade, naqueles que são amigos do Presidente e naqueles que são adversários do Presidente”. Se antes, em relação ao excerto (13), pudemos supor que, quando tratou de discorrer sobre a punição daqueles que erraram, a referência não-nomeada composta pelo PT, enquanto partido dos membros da base do governo, se associava ao *eu*-locutor, agora, em (19), vemos a enunciação em terceira pessoa (ele), a não-pessoa para Benveniste (1991), sendo utilizada para tratar exatamente dos problemas relacionados ao PT e aos seus integrantes (que faziam parte do governo, diga-se de passagem: o deputado José Genoíno e o ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu).

Assim sendo, nota-se um efeito de separação, no qual o sujeito se constitui em sua fala não como parte integrada do partido que é objeto da crítica ou da suspeita. Evidentemente, sabemos que o PT é o partido do presidente e que este dado está implícito no questionamento do repórter e na resposta do entrevistado. Contudo, o que importa analisar aqui é o modo com o qual, em sua fala, mesmo que interpelado a se

colocar no lugar de réu, ao lado daqueles que supostamente possuem uma parcela de culpa pelos erros do PT, por causa de sua filiação a este partido governista, o sujeito se desloca desse lugar, por meio da relação que empreende com seu próprio dizer. Se esse movimento talvez pareça tênue demais no excerto (19), podemos dizer que ele é marcante na entrevista que Lula concedeu à jornalista Melissa Monteiro, cinco meses antes¹⁵¹.

Diferentemente do jornalista Pedro Bial, Melissa Monteiro ressalta e traz explicitamente à cena a posição de comando exercida por Lula em seu partido. A imagem de pai é associada pela jornalista a essa posição historicamente conhecida que Lula ocupa no PT, como vemos a seguir:

*(4) **Jornalista:** O senhor foi criador do Partido dos Trabalhadores. Impossível não associar a sua imagem à imagem do Partido. Hoje, ele comemora 25 anos e, infelizmente, está envolvido em todas essas denúncias de corrupção. **Eu queria saber onde foi que o pai, Lula, errou?***

(20) Presidente: Olha, eu tenho o PT como filho, porque eu ajudei, sou um dos fundadores do PT. Acho que **o PT está sendo vítima** do seu crescimento, ou seja, **em 20 anos chegamos à Presidência** da República do Brasil, coisa que, em outras partes do mundo, muitos partidos demoraram 100 anos para chegar, 80 anos, 70 anos. **Nós chegamos em 20 anos. O PT, se cometeu erros**, a minha tese é que **o PT tem que explicar** para a sociedade brasileira que erros cometeu. Na medida em que o PT trocou a Direção, agora, tem uma nova Direção, e essa nova Direção está fazendo uma auditoria interna no PT, e o **Tarso Genro tem** esse compromisso, de explicar para a sociedade **onde o PT errou, por que o PT errou**, e como é que vai fazer para consertar aquilo que foi o erro cometido pelo PT. **O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente.** Eu acho que **as pessoas não pensaram direito** no que estavam fazendo porque **o PT tem**, na ética, uma

¹⁵¹ Como dissemos no capítulo anterior, essa entrevista gravada em Paris foi ao ar no dia dezessete de julho de 2005, também pelo programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

de suas marcas mais extraordinárias. E não é por causa de um erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que **o PT está envolvido em corrupção**. Eu acho que a nova direção do Partido saberá explicar para a sociedade o que aconteceu com o PT e o que vai acontecer daqui para a frente com o PT. (BRASIL, 2008c, p. 4-5, grifos nossos, entrevista n.º. 2)

Conforme dissemos no capítulo anterior, o questionamento em (4) busca delinear o erro que é crido como existente e pressuposto na interrogação. Embora inicie seus dizeres fazendo referência ao envolvimento do PT em denúncias de corrupção, a oração interrogativa proferida pela jornalista não focaliza os supostos erros de outros integrantes do PT ou do próprio partido enquanto entidade envolvida em escândalos; ao contrário, focaliza os supostos erros de Lula. Entretanto, percebemos que a resposta do entrevistado procura não o implicar em possíveis erros cometidos por seu partido, já que, para ele, está em pauta a discussão a respeito dos supostos erros do “filho”, não os dele. As formas em terceira pessoa, assinaladas em negrito (“o PT está sendo vítima”; “O PT tem que explicar para a sociedade”; etc.), são marcas do deslocamento de que discorríamos, no qual o sujeito não se vê como parte integrante daqueles que cometeram erros.

Interessante notar no discurso do entrevistado que a forma em terceira pessoa, utilizada para se referir ao PT enquanto entidade objeto da suspeita de ter cometido erros, é permutada pela forma em terceira pessoa do plural, à qual se associa o *eu* que fala, quando o sujeito trata do que considera ser o rápido período de tempo que o PT levou para chegar à presidência da república (“em 20 anos chegamos à Presidência”; “Nós chegamos em 20 anos”). Dentro do contexto dessa permuta, o período de tempo que o PT levou para chegar à presidência apresenta-se ao mesmo tempo como algo negativo e positivo. Negativo, por estar vitimando o PT, ou seja, por fazer com que ele incorra em atos que são apresentados pelo enunciador como supostos erros (“O PT, se cometeu erros [...]”). Positivo, em função da comparação com outras partes do mundo, que não são especificadas, além da evidente suposição de que chegar à presidência seja uma importante realização de um partido político.

Assim, na fala do presidente em (20), quando esse período de tempo se apresenta como positivo, vemos a ampliação do *eu*, mediante

sua associação ao PT, enquanto entidade enunciadora, e aos integrantes desse partido, como mostram a desinência verbal de primeira pessoa do plural (*chegamos*) e o pronome pessoal de primeira pessoa do plural (*Nós*). O PT e seus integrantes são, então, apresentados como parte do governo. Por outra via, quando o tempo de ascensão do PT se apresenta como negativo, ao longo de sua resposta, trata-se da não-pessoa, *ele*, o PT, a que “tem que explicar, se cometeu erro, onde errou e por que errou”. Apesar de o escândalo envolver a suspeita sobre atos ilícitos de petistas que assumiram cargos no governo, caberia somente ao PT dar explicações à sociedade. Há, nesse caso, o efeito de uma dissociação entre o partido e o governo, e o PT passa a ser aquilo sobre o qual se fala, como se os integrantes petistas não tivessem feito ou não fizessem parte do governo.

Como modo de entrar em embate com a negatividade da referida chegada rápida do PT ao poder, a própria existência do erro, crida pela jornalista, é colocada em suspeita pelo discurso do presidente. Primeiro, pela instauração da condicionalidade do erro: “o PT, se cometeu erros [...]”; segundo, por estabelecer o estatuto do suposto erro: este seria menor, ou menos grave, por ser recorrente entre partidos políticos (“O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente”). Importa ressaltar aqui o tipo de erro de que trata o presidente: o que é tematizado e admitido, mesmo que de maneira dúbia, em sua fala, é a prática de “caixa dois eleitoral”. Na pergunta feita pela jornalista, embora pudéssemos supor que o tema da compra de votos na Câmara dos Deputados faria parte dos eventos que constituem os referentes para “todas essas denúncias de corrupção”, esse tema sofre apagamento na resposta do entrevistado.

Conforme abordamos no capítulo primeiro desta tese, quando traçamos uma rápida cronologia do escândalo do *mensalão*, se examinarmos os discursos sobre a crise política que circularam nos principais veículos midiáticos em julho de 2005, veremos que a questão da ciência do presidente Lula a respeito da compra de votos dividiu espaço com a primeira explicação dada pelo empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do *mensalão*, sobre suas movimentações financeiras consideradas suspeitas. No dia 15 de julho, mesmo dia em que foi gravada a entrevista que Lula concedeu à jornalista Melissa Monteiro, o Jornal Nacional, da TV Globo, exibiu uma entrevista com Valério, na qual ele afirma ter emprestado dinheiro para o PT financiar suas campanhas e que os valores não eram declarados à Justiça Eleitoral. Estes valores eram, portanto, “caixa dois”, segundo o empresário. Em 16 de julho, um dia antes de a entrevista com Melissa Monteiro ser

exibida, Delúbio Soares confirmou a versão de Valério e acrescentou que agiu sozinho, que Lula, José Dirceu e José Genofino não sabiam do esquema de caixa dois e que a campanha do presidente não tinha sido paga com o dinheiro não declarado. Com a exibição da entrevista de Lula, no dia 17, inicia-se um processo discursivo em que se verifica a atribuição dos supostos erros geradores da crise política às práticas de “caixa dois” eleitoral, em detrimento da tematização das suspeitas de compra de votos de parlamentares.

Alguns jornais e revistas publicaram matérias nas quais suspeitavam que as declarações de Marcos Valério, Delúbio Soares e Lula fariam parte de uma manobra para tentar reduzir as supostas irregularidades cometidas por parlamentares. Orquestradas ou não, essas declarações sobre o “caixa dois” petista, juntamente com outras posteriores, configuraram um discurso de dissimulação, ao qual a fala de Lula retornou em outras cenas, evitando o tema da compra de votos. Nesse discurso, a relação do presidente com o PT se apresenta enfraquecida, especialmente pela ausência de formas que se referem à primeira pessoa do plural, incluindo desinências verbais (nos, nosso, -mos), como vimos em (20), as quais marcariam seu pertencimento ao partido.

Ainda que a jornalista, em (4), tenha mobilizado sentidos que são da ordem da organização familiar mais tradicional, em que há a figura do mandatário, do pai como o chefe de família, o sujeito em (20) procura se constituir em sua fala fora desse lugar em que, estando nele, exerceria algum comando no PT ou influenciaria o modo com o qual esse partido agiu, desde que, por exemplo, deixou de ser o presidente do PT. Quando enuncia “Eu acho que **as pessoas não pensaram direito** no que estavam fazendo [...]”, já o faz desse lugar de *objetividade* em relação ao PT, cujos efeitos de sentido negam os pressupostos na fala da jornalista, em (4), de que Lula teria errado ou exerceria uma posição de mando dentro do partido. É em relação a essa negação que se impõe a pergunta proferida pela jornalista, em (6), na sequência da entrevista:

(6) *Jornalista: Mas Vossa Excelência estima que tem alguma culpa nessa crise do PT e do país?*

(21) **Presidente: Não.** Já faz tempo que deixei de ser presidente do PT. Fui presidente durante três anos. Depois que eu virei presidente da República, eu não pude mais participar das direções do PT,

não pude mais participar das reuniões do diretório do PT, e o PT tem muita autonomia com relação ao governo. E o governo tem mais autonomia ainda com relação ao PT. Eu acho que o PT teve um problema que é a questão da Direção, porque houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda no Brasil eram dirigentes do PT, e depois que nós ganhamos prefeituras, governos estaduais, elegemos muitos deputados e eu ganhei a Presidência, grande partes desses quadros do PT vieram para o governo e a direção ficou muito fragilizada, ficou muito enfraquecida. Possivelmente por isso tenhamos cometido erros que outrora não cometeríamos. (BRASIL, 2008c, p. 5-6, grifos nossos, entrevista n.º. 2)

Neste ponto, temos condições de analisar melhor o embate entre os sujeitos em cena e o estabelecimento da dúvida em relação ao que o presidente Lula havia dito anteriormente. A forma “Mas” presente na fala da jornalista aponta tanto para o discurso-outro (Lula como integrante dos que erraram), do qual o governante quer se distanciar, quanto para o lugar de objetividade, em que Lula havia enunciado em sua resposta anterior (20). Como dissemos no capítulo três, o questionamento em (6) interpela o entrevistado a retificar sua resposta em (20), como se esta não correspondesse aos fatos. O entrevistado é interpelado a confessar-se responsável por seus (supostos) erros, de alguma forma (“alguma culpa?”), devido a sua conhecida relação com o PT (“alguma culpa nessa crise do **PT**?”) e por ser o chefe da nação (“alguma culpa nessa crise do **país**?”).

Em (21), vemos que o presidente Lula responde diretamente à pergunta que lhe foi feita, afirmando que não teve nenhuma parcela de culpa pela crise. Ao voltar a discorrer sobre os dirigentes do PT que (supostamente) cometeram erros, as pessoas que, segundo a resposta de Lula, em (20), “não haviam pensado direito”, temos a impressão de que, ao contrário do que vínhamos desenvolvendo em nossas análises, o presidente se constitui como integrante do conjunto daqueles que erraram, devido a sua afirmação conclusiva: “Possivelmente por isso **tenhamos** cometido erros que outrora não cometeríamos”.

Entretanto, podemos fazer duas considerações a respeito da *não-pessoa discursiva* (INDURSKY, 1997), não especificada pela desinência verbal (“-mos”) de primeira pessoa, à qual o *eu* se associa

para constituir o **nós**. A primeira delas diz respeito à continuidade do estabelecimento da dúvida sobre a existência do erro que é crido pela jornalista, como atesta o modo subjuntivo em que se encontra a perífrase verbal “tenhamos cometido”: neste caso, é possível que o conjunto de referentes não lexicalizados, a *não-pessoa discursiva*, juntamente com o *eu*, não tenham cometido erros. A segunda consideração envolve a própria associação que é estabelecida entre a *não-pessoa discursiva* e o *eu*. Antes de concluir sua fala, Lula procura deixar claro, no início de sua resposta, que não participava da direção do partido nem das reuniões do diretório. E reafirma dizendo que o PT tem autonomia em relação ao governo e, portanto, em relação ao chefe da nação petista. Pois bem, a complementação desses argumentos é exatamente o enfraquecimento da direção do PT, devido a sua saída desse partido e entrada no governo, assim como a saída de outras figuras petistas que, como ele, não cometeriam erros. Então, na verdade, quando enuncia sua conclusão “possivelmente tenhamos cometido erros”, apesar de o **nós** apontar para todos os integrantes petistas, já está estabelecida em sua fala a associação entre o *eu* e a *não-pessoa discursiva* cujo referente não lexicalizado é composto por dirigentes petistas que, assim como Lula, não cometeriam erros como os que foram cometidos.

4.3 O DISCURSO DA ESPERA E A RELAÇÃO ENTRE O SUJEITO E SUA FALA

Voltando à entrevista concedida pelo presidente Lula ao programa Fantástico, da Rede Globo de televisão, que foi ao ar no dia 1º de janeiro de 2006, vimos que no questionamento mostrado em (3), o repórter Pedro Bial enumera o que considera serem “erros” do presidente e do PT. A resposta de Lula, mostrada em (19), se encerra com asserções do presidente a respeito do fato de que o PT teria “consciência” da gravidade da crise: “o partido tem consciência de que somente a verdade é que vai poder dar ao partido, outra vez, a credibilidade que ele conquistou a duras penas nesse país”. Na sequência dessa entrevista, o repórter faz referência a uma declaração de Lula, proferida em sete de novembro de 2005, durante sua participação no Programa Roda Viva, da TV Cultura:

(5) **Pedro Bial:** *Falando em verdade e mentira, o senhor já afirmou [no programa Roda Viva], nas seguintes palavras, que essa história do mensalão parece folclore do Congresso. Aí temos o relatório [parcial] do deputado Ibrahim Abi-Ackel [relator da CPMI do Mensalão], que diz “houve recebimento de vantagens financeiras...”. O senhor me permita ler, porque está entre aspas: “Houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários, com periodicidade variável, porém, constante, de 2003 e 2004”. E ele chegou a dizer “chame-se semanão, quinzenão ou mensalão”. O senhor ainda acredita que não passa de folclore?*

(22) **Presidente:** Veja, Pedro. Primeiro, **nós temos que esperar o relatório final das CPIs.** Ou seja, nós temos que esperar o conjunto da obra que está sendo feita pelas CPIs, **para que você possa, a partir de uma complementação de investigação da Polícia Federal – que, aliás, já investigou muito – e de uma complementação de atuação do Ministério Público, ter o veredicto final.** Essas não são as primeiras CPIs e não serão as últimas CPIs no Brasil. E **nós já tivemos outras dezenas de CPIs, em que os relatórios diziam coisas e depois, na hora da apuração cientificamente feita pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público e no julgamento pelo Poder Judiciário, as coisas não foram como estavam no relatório.** Eu não posso fazer julgamento de relatório da CPI. Não posso. Primeiro, porque não é o papel do presidente da República. Segundo, porque não tenho conhecimento suficiente para analisar como tem um delegado de polícia, como tem um representante do Ministério Público ou como tem um ministro do Supremo Tribunal Federal [...]. (BRASIL, 2008a, p. 3-4, grifos nossos, entrevista n°. 4)

Como dissemos no capítulo três, a interrogação do repórter funciona conferindo contradição entre as atitudes e as declarações de Lula e os fatos considerados verdadeiros pelo entrevistador. O advérbio *ainda* marca o posicionamento contestador daquele que interpela o presidente a retificar-se diante das supostas evidências que são apresentadas – o relatório parcial da CPMI do *Mensalão*. Considerando-se o procedimento de vigilância que busca apontar o erro ou a má conduta do indivíduo vigiado, presente nessa cena, a retificação do que foi dito anteriormente pelo presidente, ou a confirmação desse dizer, aparece como alternativa possível para o posicionamento do governante. No entanto, o sujeito evita se posicionar dessa forma, diante dos novos fatos apresentados e da incoerência que eles representam para o entrevistador.

Importa analisar em (22) que o presidente se esquivava de dar a sua opinião, após ser contestado pelo jornalista. Pela contestação do que foi apresentado – uma (suposta) evidência da existência da compra de votos de parlamentares, o relatório parcial da CPMI do *Mensalão* –, percebemos que o presidente opta por não dar a sua opinião, porque os relatórios das CPMI's poderiam apresentar erros ou estarem incorretos; ou ainda porque esse não é seu papel. Entretanto, quando enuncia “temos que esperar o relatório **final** das CPIs”, ele evita retificar ou confirmar seus dizeres anteriores, porque se exime de correr os riscos possíveis de enunciar aberta e diretamente sua opinião. Aqui também o sujeito evita se comprometer com sua fala e seu discurso nos parece não corresponder ao que ele pensa sobre o *mensalão*. Em outros momentos, assim como em outras cenas, observamos que a esquivada tratada aqui é recorrente quando o objeto de discussão entre os sujeitos envolvidos é um dos seguintes temas: a existência do *mensalão*; o envolvimento do presidente nesse esquema ilícito ou em caixa dois; e as investigações das CPMI's dos Correios e do *Mensalão* que envolvem petistas do alto escalão do partido.

Na imediata sequência da entrevista com o repórter Pedro Bial, Lula volta a abordar o caráter “provisório” dos relatórios parciais das CPMI's, em (24), dando ênfase aos motivos pelos quais não leu esse documento parcial:

(23) **Pedro Bial:** Posso deduzir da sua resposta, então, que o senhor não leu os relatórios parciais da CPI?

(24) **Presidente:** Nem poderia ler. O presidente da República tem informações dos relatórios pelos seus assessores, **mas estou esperando o relatório conclusivo da CPI, pois o que conta, na verdade, é quando tiver um relatório consagrado.** Terminou a CPI, o relatório está pronto, vai ser encaminhado ao Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Judiciário vão entrar em ação. Aí sim, esse relatório é que vale para uma avaliação definitiva do presidente da República. Os relatórios parciais ainda vão passar por outras comissões, ainda vão ser julgados pela própria CPI. Aí, quando estiver pronto, tenho um documento final para poder fazer juízo de valores desse documento.

(25) **Pedro Bial:** Acho que posso apresentar já algumas provas conclusivas para o senhor fazer um juízo de valor. Como, por exemplo, a auditoria feita pelo próprio Banco do Brasil sobre a questão do Visanet, em que dados conclusivos dessa auditoria comprovaram o desvio de R\$ 20 milhões. Além disso, o uso de 80 mil notas falsas no valerioduto – assim chamado – **foi comprovado pela Polícia Federal. Isso são provas.**

(26) **Presidente:** Se a Polícia Federal está **comprovando**, significa que o governo, mais do que ninguém, está **investigando**, porque o maior interessado em investigar é o próprio governo. Segundo, tenho informações também do Banco do Brasil de que **o pagamento adiantado era uma norma, que vinha acontecendo no Brasil há algum tempo.** Não é uma coisa que foi implantada na atual gestão do Banco do Brasil, a partir do momento em que tomei posse. Era uma norma que já vinha sendo implantada e isso está no relatório do Banco do Brasil, apresentado a mim pelo presidente do Banco do Brasil. Portanto, agora, **na medida em que há uma denúncia** feita pelo relator ou pelo presidente da CPI, na medida em que tem investigação da Polícia Federal, na medida em que o Banco do Brasil prove se está errado ou não, os culpados serão punidos da

forma mais severa possível. (BRASIL, 2008a, p. 4-5, grifos nossos, entrevista nº. 4).

No intervalo dos trechos de (22) a (26), percebemos que aqui também as relações entre os sujeitos em cena se desenham de maneira agonística e a entrevista se configura como uma espécie de atualização de práticas de *inquérito* e de *exame*, das quais nos detivemos no capítulo anterior, animadas por uma vontade de saber sobre a corrupção. Dentro desse contexto, quando nos referimos à esquiva, trata-se de assinalar o movimento do entrevistado em procurar se deslocar do lugar enunciativo de réu para o qual havia sido interpelado a ocupar, evitando dar a sua opinião a respeito de, por exemplo, a existência do *mensalão* (trecho 22).

Em (25), o repórter faz referência a duas supostas provas, para que o presidente fale o que ele evita falar: a sua opinião. Conforme menciona o relatório final da CPMI dos Correios, o Tribunal de Contas da União havia aprovado relatórios de auditoria que apontavam fraudes (serviços não executados e adiantamentos indevidos) em contratos de publicidade firmados entre o Banco do Brasil, acionista da Visanet, e a agência de publicidade de Marcos Valério, a DNA Propaganda (BRASIL, 2010). Também consta no relatório da CPMI a citação do Laudo de Exame Contábil 3058/2005-INC, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que aponta a existência de fraude nos registros contábeis das empresas de Marcos Valério e a falsificação de 80 mil notas fiscais, emitidas sem o reconhecimento da Prefeitura de Rio Acima, com carimbo e assinatura falsos (ibidem, p. 735).

Em (26), o presidente Lula contesta essas (supostas) provas apresentadas pelo repórter, em especial a que envolve o Banco do Brasil, afirmando que o adiantamento de recursos, prática considerada indevida pelo relatório da CPMI, era algo comum e que não havia se iniciado durante sua gestão. Em relação a essa contestação, vale dizer que vemos aqui um discurso parecido com o que vimos na entrevista concedida à jornalista Melissa Monteiro, quando Lula disse que o que estava sendo denunciado (caixa dois do PT) era um procedimento comum, realizado sistematicamente. Na fala do governante, a prática de caixa dois e a de adiantamentos indevidos de dinheiro público a prestadores de serviço aparecem como ilícitos destituídos de sua singularidade. No discurso em que tais práticas errôneas não são novidades no Brasil nem exclusividades do PT, há um efeito de sentido que minimiza a gravidade dessas práticas.

Em relação à descoberta das notas fiscais falsas da DNA Propaganda, pela Polícia Federal, vemos que novamente há na fala do presidente a referência a não conclusão das investigações do escândalo como um todo. O que é apresentado pelo repórter como uma suposta prova é modalizado pelo entrevistado: “Se a Polícia Federal está comprovando, significa que o governo, mais do que ninguém, está investigando”. O gerúndio contesta a versão do entrevistador, pois aponta para a não conclusão do caso e faz referência ao andamento das apurações, colocando as descobertas da Polícia Federal, apresentadas pelo repórter, como uma etapa dentro de uma série de outras que constituirão, no futuro, a investigação conclusiva das denúncias de compra de votos no Congresso. Em função da não finalização das investigações, no momento da entrevista, o presidente afirma novamente que é preciso esperar, que não pode dar a sua opinião porque a investigação ainda não foi concluída.

De forma semelhante, vemos na fala do presidente Lula um apelo à espera na entrevista concedida ao programa Roda Viva, em sete de novembro de 2005. Nessa ocasião, o jornalista Heródoto Barbeiro o indaga a respeito da suspeita de que sua campanha eleitoral havia recebido recursos “não contabilizados” (dinheiro de caixa dois):

*(8) **Jornalista:** Em relação, ainda, a essa questão econômica. Presidente, eu imagino, dentro dessa economia, como um todo, os partidos políticos tiveram dificuldade para captar dinheiro para fazer campanha eleitoral. Eu gostaria de saber se o senhor reconhece que o senhor foi eleito com uma campanha eleitoral que foi financiada pelo caixa dois do PT. Isso nós estamos dizendo, já há fatos comprovados e ditos, inclusive, pelo PL, que é um partido da base aliada do governo, dizendo que gastou X e outro gastou Y na campanha eleitoral do senhor. **Como é que o senhor argumenta essa questão de ter sido eleito com o dinheiro proveniente do caixa dois?***

(27) Presidente: Você acredita nisso?

(28) Jornalista: Quem disse isso foi um aliado do governo, Presidente.

(29) **Presidente:** Deixa eu lhe contar uma coisa. Eu fiz uma campanha, no primeiro turno eu tive 49% dos votos, fiz uma campanha, e essa campanha teve recursos, e esses recursos estão prestados conta na Justiça Eleitoral de São Paulo, assinada por mim. Ora, o que eu vejo algumas pessoas dizerem me cheira a um pouco de fantasia.

[...]

(30) **Jornalista:** Mas eles reconheceram, Presidente, em vários depoimentos na CPI, o chamado “dinheiro não contabilizado”. Isso foi... O país inteiro gostaria de ouvir.

(31) **Presidente:** Mas isso já está dito pelo Delúbio. Já está reconhecido pelo Delúbio o crime eleitoral cometido. Já está dito pelo Delúbio. Todo mundo aqui sabe que o PT...

(32) **Jornalista:** Então o senhor foi eleito com o dinheiro da campanha?

(33) **Presidente:** A grande parte do dinheiro que está nesse imbróglio todo foi para as eleições das prefeituras municipais, segundo o Delúbio e segundo...

(34) **Jornalista:** Esse dinheiro não chegou na campanha presidencial?

(35) **Presidente:** Não chegou na campanha de 2002, certamente não chegou. Certamente, não chegou na campanha de 2002.

(36) **Jornalista** [Augusto Nunes toma a palavra]: E, no caso, Presidente, do dinheiro do Duda Mendonça, que ele reconhece que teve que receber por fora, em contas no exterior? Foi pela campanha do senhor.

(37) **Presidente:** Me desculpe, eu não posso responder pelo dinheiro do Duda Mendonça, não posso responder. Até porque o Partido dos

Trabalhadores teve uma coordenação de campanha, que fez acordo não apenas com o Duda, mas com todos que trabalharam na campanha, desde o menino que servia café até o Duda Mendonça. E, certamente, ou o Delúbio já prestou contas na CPI, ou o Duda vai prestar contas na CPI. **Quando a CPI estiver com o seu relatório, nós vamos saber o que, de fato, aconteceu.**

[...]

(38) **Jornalista** [Heródoto Barbeiro retoma a palavra]: Mas, Presidente, quando essa pessoa diz que financiou a campanha do senhor, os partidos que financiaram a campanha do senhor, que esse dinheiro veio do caixa dois do PT, como explicar isso para a população?

(39) **Presidente**: Agora, por que você acredita no que ele falou e não acredita no que estou te falando?

(40) **Jornalista**: Não, eu acredito no que o senhor está dizendo, lógico, claro.

(41) **Presidente**: Então, é isso. Ou seja, eu acho improvável... Acho, não. Eu tenho certeza que é improvável que o PL tenha dado dinheiro para a campanha presidencial. Acho mais provável que o Delúbio tenha feito a loucura de admitir que tinha (inaudível)

(42) **Jornalista**: Presidente, perdão, ele [Delúbio] disse que recebeu o dinheiro. A discussão não é se recebeu ou não recebeu. A discussão, lá no Congresso, é quanto recebeu. O próprio Marcos Valério tem discutido com eles, dizendo se foi 10, se foi 5, se foi 4, em suma, que recebeu, recebeu. O que está sendo discutido é quanto é que veio para financiar a campanha do senhor, no segundo turno, recebido pelo PL.

(43) **Presidente**: Mas, isso, a CPI vai nos avisar. Para isso é que ela existe, é para nos avisar quanto

foi e o que foi feito com o dinheiro. **Vamos aguardar só o resultado da CPI, que ao invés de eu e você ficarmos divergindo, nós vamos falar: “está aqui o resultado”**. E alguém vai contestar, ou o Ministério Público vai aprovar, ou a Polícia Federal vai investigar, ou a Justiça vai julgar. (BRASIL, 2008d, p. 22-26, grifos nossos, entrevista n.º 3).

Como vemos nessa longa sequência, aqui também a interpelação do repórter em (8) é o ponto de partida de uma série de contestações que se interpolam e dão o tom agonístico dessa prática de *inquérito* e *exame* em curso. Diante desse quadro, é preciso deixar claro que, nesta seção, interessa-nos analisar como o sujeito político-governante entrevistado se relaciona com sua própria fala. Em vista disso, a propósito, surge a seguinte questão: que espécie de acordo é estabelecido aqui entre o sujeito e sua fala no momento do dizer?

Como dissemos no capítulo três, a fala do jornalista em (8) interpela Lula à confissão pública de seus erros, pois a interrogação do entrevistador contém a afirmação de que Lula foi eleito com dinheiro proveniente de caixa dois (“Como é que o senhor argumenta essa questão de ter sido eleito com dinheiro proveniente de caixa dois?”). Essa interpelação se repete em (30), após a contestação de Lula e sua afirmação de que os gastos de sua campanha estão contabilizados na Justiça Eleitoral de São Paulo (trechos 27 e 29). Quando o repórter enuncia que o caixa dois foi admitido na CPI (trecho 30), o presidente confirma, em (31): “Todo mundo sabe aqui que o PT ... [fez caixa dois]”. E na sequência, o entrevistador retoma seu questionamento a respeito da existência de caixa dois na campanha de Lula, em (32). Agora, essa interrogação desfavorável àquele que é interpelado a ocupar a posição de réu é apresentada como sentença proveniente da dedução lógica da fala anterior de Lula e da contradição que ela representou: “**Então** o senhor foi eleito com o dinheiro [de caixa dois] da campanha?”.

Assim, o jogo de perguntas e respostas que giram em torno do tema da suspeita de caixa dois na campanha presidencial de Lula parece ser conduzido pelo entrevistador de forma a mostrar as (supostas) contradições daquele que se recusa a se constituir como sujeito-réu e confessar-se culpado. Por exemplo, quando o presidente responde à pergunta do trecho (32), ele afirma que, segundo o tesoureiro do PT na

época, Delúbio Soares, “a grande parte do dinheiro” de caixa dois foi usada em eleições de prefeituras municipais. Ora, se o presidente afirma que uma grande parte do dinheiro do caixa dois petista foi para eleições municipais, isso significa que sua campanha para presidente recebeu uma pequena porção? É o que o locutário tenta saber quando, na sequência da entrevista, pergunta diretamente a Lula se o dinheiro do caixa dois havia chegado à campanha presidencial (trecho 34). O presidente responde categoricamente, em (35), que o dinheiro não havia chegado a sua campanha (“Não chegou na campanha de 2002, certamente não chegou. Certamente, não chegou na campanha de 2002”).

Contudo, em (36), no momento em que o jornalista Augusto Nunes questiona o presidente a respeito das declarações de Duda Mendonça, publicitário da campanha presidencial em 2002, Lula se utiliza mais uma vez do “discurso da espera” pelas conclusões da CPMI, em lugar de, por exemplo, reiterar o que havia dito antes de maneira categórica. Conforme remontamos no primeiro capítulo desta tese, Duda Mendonça depôs na CPMI dos Correios em 11 de agosto de 2005, momento no qual disse ter sido orientado por Marcos Valério a abrir uma conta nas Bahamas para receber os pagamentos por seus serviços prestados ao PT, sendo que tais pagamentos não foram declarados à Justiça Eleitoral. Em (37), Lula afirma que não pode responder pelo dinheiro pago a Duda Mendonça, porque quem havia cuidado dos pagamentos teria sido a coordenação de campanha do PT, não ele. Poderíamos nos perguntar, então, como ele havia afirmado, antes, que o dinheiro de caixa dois não havia chegado à presidência? E por que não afirmou, em (37), que esse dinheiro não havia chegado?

Em (38) e (42), o jornalista Heródoto Barbeiro retoma a palavra e insiste no tema do financiamento indevido da campanha de Lula por partidos da base aliada. Especialmente em (41), a resposta de Lula nos chama a atenção pela retificação que o próprio sujeito impõe a sua fala, permutando “eu acho improvável” por “tenho certeza que é improvável”. A ambiguidade do termo “improvável”, nesse caso, em que os sentidos de “impossibilidade de prova” e de “impossibilidade relativa de acontecimento” são possíveis, parece ser desfeita quando o entrevistado diz “acho mais provável que o Delúbio [...]”; temos a impressão que o segundo sentido está em jogo, o que interfere negativamente na adesão do sujeito ao seu enunciado, enfraquecendo-a. A permuta de “eu acho” por “eu tenho certeza” poderia nos dar a impressão de que o discurso do sujeito representa sua opinião construída a partir de seu (re)conhecimento acertado dos fatos, somente se

interpretarmos o adjetivo “improvável” como “impossibilidade de prova”, mas não é esse o caso. O que queremos dizer é que, quando o sujeito enuncia “eu tenho certeza que é improvável”, a negação da possibilidade em questão aparece como uma implicatura – ela se dirige à crença do falante: para ele, não aconteceu –, mas seu dizer admite a possibilidade de o PL ter dado dinheiro para o PT. Como então é possível ter “certeza” de que pode ou não ter acontecido o caixa dois? Vemos que essa maneira com a qual o sujeito enuncia visa não compromê-lo no momento do dizer e no futuro, quando forem concluídas as investigações das CPMI’s, independentemente do resultado delas.

O recorte dessa cena é particularmente interessante porque podemos observar claramente que o jornalista também evita se comprometer ao não assumir que acredita no que está dizendo. Abramos um pequeno parêntese em nossas análises: em lugar de responder ao questionamento feito pelo jornalista, em (8), Lula lhe dirige uma pergunta (“Você acredita nisso?”), em (27), que o interpela a assumir um compromisso com a afirmação contida em seu questionamento, de que o presidente foi eleito com dinheiro de caixa dois (“Como é que o senhor argumenta essa questão de ter sido eleito com o dinheiro proveniente do caixa dois?”). Quando enuncia “Quem disse isso foi um aliado do governo, Presidente”, em (28), o jornalista evita ser responsabilizado pela afirmação que havia feito, como se dissesse “não sou eu quem está dizendo que sua eleição foi corrupta, e sim um aliado seu, do PL”. O mesmo acontece em (39), quando Lula questiona o entrevistador: “Agora, por que você acredita no que ele falou e não acredita no que estou te falando?”.

As perguntas de Lula em (27) e (39) invertem a relação assimétrica que é estabelecida em cena e desestabilizam momentaneamente o modo com o qual a entrevista se estrutura. Os sujeitos em cena se deslocam, e o entrevistado, de maneira estratégica, marca a sua posição de governante, de mandatário da nação (“por que você não acredita no que estou falando?”), em franco sinal de contra-ataque às acusações contidas nos questionamentos do entrevistador em (8) e (38). Este, por sua vez, se destitui brevemente de seu papel de “juiz” que interpela o réu a retificar-se e a confessar-se culpado de seus erros/omissões, em (40), quando afirma que “acredita no que o

presidente está dizendo”¹⁵². Evidentemente, não cabe aqui especularmos se essa fala do repórter é dissimulada ou não. Se, por um lado, Lula evitar dar a sua opinião, por outro, o entrevistador não é capaz de assumir sua crença no erro ou nos atos indevidos do governante. Diga-se de passagem, conforme analisamos no capítulo terceiro, que essa crença sustenta os questionamentos dirigidos ao entrevistado e marca o modo com o qual os procedimentos de *inquérito* e de *exame* são conduzidos. E se o jornalista não é capaz de se assumir como sujeito da opinião que contém uma “verdade” preexistente desfavorável àquele que é interpelado a se constituir sujeito réu, devido ao exercício de sua profissão, ou a certa ética jornalística, isso não vem ao caso, pois os questionamentos do entrevistador já marcam seu distanciamento de imaginários que concebem a figura do jornalista como uma espécie de “porta-voz” da população que preza pela imparcialidade. Então, para fecharmos o parêntese, importa dizer que nos parece interessante o fato de que, nessa cena midiática atravessada pelo discurso político, não há uma espécie de pacto entre os sujeitos envolvidos, no qual cada um falaria a sua opinião, crida como verdadeira, e assumiria ser o sujeito da crença na opinião proferida.

Embora questionado pelo jornalista, em (42), a respeito das afirmações do próprio Delúbio (“ele disse que recebeu o dinheiro”), Lula evita proferir sua opinião em (43) e reafirma a necessidade de se esperar o resultado do trabalho da CPMI. Lembramos que quando ocorreu essa entrevista do presidente para o Programa Roda Viva, em 7 de novembro de 2005, o parecer do então deputado Ibrahim Abi-Ackel, relator da CPMI do *Mensalão*, ainda não tinha sido divulgado. Como mencionamos em nosso capítulo primeiro, o parecer de Abi-Ackel foi apresentado ao público em 17 de novembro e seu conteúdo confirmava a existência da prática de caixa dois e de *mensalão*. Conforme vimos no trecho (22), correspondente à entrevista de Lula para o programa Fantástico, transmitida pela Rede Globo de Televisão em 1º de janeiro de 2006, o jornalista Pedro Bial cita uma parte do parecer de Abi-Ackel que consideramos ser a problematização do discurso da espera sustentado por Lula até então, exatamente porque aponta para um provável resultado das investigações da CPMI que se contrapõe às possíveis expectativas de Lula quando ele evita proferir sua opinião e reafirma a necessidade de se esperar.

¹⁵² Ao assistirmos à gravação em vídeo, vemos que essa fala do repórter é acompanhada de um sorriso sem graça que parece indicar que a pergunta de Lula o colocou em uma situação embaraçosa.

Em (22) e (24), como dissemos anteriormente, Lula salienta o caráter “provisório” do relatório parcial da CPMI do *Mensalão*, após ser interpelado por Pedro Bial a respeito dos resultados desse relatório. Além disso, o presidente questiona o próprio mérito das investigações das CPMI’s (“[...] na hora da apuração cientificamente feita pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público e no julgamento pelo Poder Judiciário, as coisas não foram como estavam no relatório”). Nota-se aqui uma importante mudança na forma com a qual o presidente Lula passa a se referir ao que estamos chamando de “discurso da espera”. Antes da publicação dos relatórios parciais das CPMI’s, o presidente afirmou no Roda Viva que era necessário esperar “os resultados” das investigações dessas comissões ou aguardar os relatórios delas, como vimos em (37) e (43). Entretanto, após a divulgação das prévias desses resultados, as quais apontam para a confirmação do caixa dois e da existência do *mensalão*, vemos que Lula passa a falar em se esperar a apuração da Polícia Federal, do Ministério Público e, por fim, o julgamento do Poder Judiciário, como vemos em (22) e (24), que são falas posteriores àquelas proferidas no Programa Roda Viva. O “discurso da espera” sofre uma mudança em relação ao objeto que é esperado: o relatório final das CPMI’s é substituído pela apuração do escândalo e pelo julgamento daqueles que estão envolvidos nele.

Como dissemos em nosso capítulo primeiro, no dia 29 de março de 2006 a CPMI dos Correios divulgou seu relatório final, no qual sinaliza que, entendido como repasse de recursos ilegais a parlamentares, com periodicidade variável, o *mensalão* existiu. Além disso, consta no relatório o pedido de indiciamento de petistas, entre eles José Dirceu e Delúbio Soares. Apesar de salientar que não há qualquer fato que evidencie a ciência de Lula sobre o *mensalão* e/ou sua omissão, o relatório não inocenta o presidente. Pelo contrário, afirma que “não havia dificuldade para que [Lula] pudesse lobrigar a anormalidade com que a maioria parlamentar se forjava” (BRASIL, 2010, p. 794). Estando as investigações da CPMI certas ou não, o que nos interessa é que, ao analisarmos as entrevistas de Lula após a divulgação desse relatório final da CPMI do Correios, veremos a mudança tratada aqui, a respeito do discurso da espera.

Em 27 de abril de 2006, a Polícia Federal indiciou o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, porque entendeu que ele havia cometido crimes durante seu segundo mandato como prefeito de São José do Rio Preto, entre 2001 e 2002. Palocci já havia sido indiciado por outros crimes (quebras de sigilo funcional e bancário, prevaricação e denúncia caluniosa) que teriam ocorrido quando ele era ministro da

Fazenda, na ocasião do “caso Francenildo”¹⁵³. Em 28 de abril de 2006, durante uma entrevista em São Paulo, o presidente comentou o indiciamento de seu ex-ministro da seguinte forma:

(44) **Jornalista:** Presidente, como é que o senhor viu o indiciamento do ex-ministro Palocci pela Polícia Federal?

(45) **Presidente:** Eu acho que o indiciamento é o começo de um processo. O fato de alguém ser indiciado não prova que a pessoa é culpada, nem que a pessoa é inocente, prova que a pessoa tem agora, que resolver o seu problema no Poder Judiciário. Eu acho que essa é a tramitação normal de um país democrático, ou seja, você tem as instituições que funcionam, o Ministério Público faz a denúncia, a Polícia Federal faz a denúncia e você, então, vai se defender no Poder Judiciário. Esse é um processo normal da democracia brasileira que a gente tem que louvar porque isso foi uma conquista nossa. (BRASIL, 2008e, p. 4, entrevista n.º 5).

É preciso ressaltar que a Polícia Federal indiciou Antonio Palocci com base no resultado de investigações empreendidas após o início do escândalo do “caso Francenildo” e por entender que havia indícios suficientes da participação de Palocci nos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, peculato e falsidade ideológica. Independentemente do mérito das investigações da Polícia Federal, importa-nos salientar que, em (45), vemos que Lula evita dar a sua opinião sobre o assunto e seu discurso se insere sob o escopo do preceito constitucional de que ninguém pode ser considerado culpado “até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (Constituição Federal, art. 5º, inciso LVII). Por isso, vemos que o discurso da espera aparece não mais como a espera por resultados de investigações, mas como a espera pelo julgamento daqueles que foram indiciados, mesmo que os indiciamentos provenham dos resultados de investigações de CPMI’s ou da Polícia Federal.

¹⁵³ Para informações sobre esse caso, ver nota n.º 99.

Aliás, no dia primeiro de junho de 2006, durante uma entrevista concedida pelo presidente em Manaus (AM), ele se referiu às investigações das CPMI's com o termo “torturas”. Geraldo Alckmin, candidato tucano à eleição para presidente de 2006, afirmou no programa de TV do partido que não governaria o país com a corrupção do gabinete ao lado. Ao ser interpelado pelo entrevistador a responder a essa afirmação de Alckmin, Lula respondeu o seguinte:

Presidente: Mas veja, eu não posso responder porque até não fica elegante ele [Geraldo Alckmin] ser grosseiro, ele não tem jeito para ser grosseiro. Eu não tenho e também não quero. Agora, se as pessoas quiserem ser grosseiras, que sejam, eu vou continuar do jeito que eu sou porque eu acho que é assim que tem que ser.

Jornalista: O senhor não vai responder?

Presidente: Não vou, de jeito nenhum.

Jornalista: Nem hoje e nem durante a campanha?

(46) **Presidente:** Nem durante a campanha. Durante a campanha eu quero que ele fale o que ele bem entender. Vocês estão lembrados que eu vetei a lei aprovada no Senado que proibia imagem externa porque **eu quero que eles coloquem a CPI na televisão todo dia, toda hora, eu quero que eles coloquem as torturas que eles fizeram com muita gente lá. Eu quero que o povo veja.** Está chegando a época do povo fazer uma aferição do que aconteceu no Brasil, para mim não tem problema nenhum, pode colocar. Eu tenho que colocar, na hora em que eu decidir ser candidato, nós vamos colocar o que nós fizemos neste país e vamos comparar com eles. Eles ficaram oito anos no governo e nós vamos colocar quatro contra oito. Vamos medir educação, saúde, transporte, estradas, ferrovias, linhas de transmissão, energia. Vamos comparar e deixar o povo, livremente, julgar. (BRASIL, 2008f, p. 5, grifos nossos, entrevista nº 6).

Percebemos que, se antes havia uma espera pelos resultados das CPMI's, agora essas comissões aparecem deslegitimadas em sua fala. Em (46), a referência do pronome “eles” em “eu quero que *eles* coloquem as torturas que *eles* fizeram” parece ser os membros das CPMI's ou os membros da oposição que fazem parte desse tipo de comissão. Aqui, os dizeres de Lula se relacionam ao trecho (22), no qual vimos que os resultados das investigações das CPMI's passaram a não ser mais suficientes para que o presidente diga a sua opinião a respeito de atos vistos por seus entrevistadores como indevidos ou suspeitos, atribuídos a petistas ou a ele mesmo.

O caso emblemático da “espera pelo julgamento” daqueles que estão sendo investigados pode ser encontrado em uma nova entrevista que o presidente concedeu para o Programa Roda Viva, no dia 16 de outubro de 2006, antes de disputar no dia 29 o segundo turno das eleições presidenciais. Naquela data, as CPMI's em adamento durante o escândalo do *mensalão* já haviam encerrado suas atividades. Inclusive a CPMI dos Bingos já havia aprovado e divulgado seu relatório final, em que pedia o indiciamento do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do petista Paulo Okamoto, presidente do Sebrae na época, este por lavagem de dinheiro e crime contra a ordem tributária¹⁵⁴. Na entrevista para o Roda Viva, o jornalista Paulo Markun pergunta a Lula, na condição de candidato, o que ele pensa a respeito do envolvimento de petistas “do primeiro escalão” do PT em escândalos e, na sequência, se “acha” que eles cometeram “coisas” erradas:

(47) **Paulo Markun:** Presidente, o senhor tem dito mais de uma vez que as pessoas sabem mais dos escândalos, da corrupção, dos problemas, porque o governo tem investigado mais, porque o Ministério Público tem agido mais, a polícia Federal etc. O senhor não acha que há muitos nomes do primeiro escalão do PT que foram

¹⁵⁴ A CPMI “dos Bingos”, como ficou conhecida, foi instalada no dia 29 de junho de 2005 e teve a finalidade de “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado” (BRASIL, 2011c, p. 10). Como consta no próprio relatório final dessa CPMI, ela foi criada após ter sido divulgada uma gravação clandestina em que o assessor parlamentar da Casa Civil, Waldomiro Diniz, na época presidente da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj), aparecia pedindo propina a “Carlinhos Cachoeira”, empresário do setor de jogos, para campanhas de candidatos do PT e para ele mesmo (ibidem, p. 6).

envolvidos nesse processo: José Dirceu, Gushiken [Luiz Gushiken, foi chefe da Secretaria de Comunicação do governo Lula, mas deixou o governo em 2006], José Genoíno, agora Ricardo Berzoini [ministro da Previdência do governo Lula de 2003 a 2005], quer dizer, uma grande quantidade de companheiros do senhor que, de alguma forma, ficaram envolvidos nesse processo?

(48) **Luiz Inácio Lula da Silva:** Olha, imaginemos que chegar à presidência da República e montar um ministério é quase como se você tivesse convocando uma seleção. Aí você convoca um jogador, o jogador sabe que não fez o que tinha que ser feito, ele é afastado, é esse o procedimento, Markun. Essas pessoas forma chamadas para o governo, não o Genoíno, que ficou só no PT e o Delúbio, mas o Palocci e o José Dirceu foram chamados para o governo pelas qualidades anteriores que eles tinham, se no governo cometeram coisas que a Justiça entendeu que foram equivocadas, que a opinião pública não concorda, têm que ser afastados.

(49) **Paulo Markun:** O senhor acha que eles cometeram coisas erradas?

(50) **Luiz Inácio Lula da Silva:** Veja, **está para ser julgado, eu não posso dizer que eles cometeram coisas erradas**, o que eu posso dizer é que eles viraram alvo de críticas, de especulações, de denúncias e que eu não poderia mantê-los no governo, só isso. Agora, veja, quando a gente tem companheiros que são, historicamente, que poderiam servir a qualquer governo, José Dirceu poderia ser ministro de qualquer governo na história desse país, o Palocci poderia ser ministro de qualquer governo. Na hora que passaram pelo governo, sabe, e tiveram comportamento que a opinião pública não aceitou e **a Justiça está reivindicando o julgamento, o homem vai ser julgado**. Isso que eu queria dizer para vocês que é sagrado: Não existe amigo nessas coisas, não existe amigo nessas coisas.

Nessas coisas existe comportamento. Todos nós nascemos, sabe, e todos nós sabemos que temos que fazer as coisas boas. Na hora que você faz as coisas ruins, você paga por elas. De vez quando, eu fico pensando que muita gente, quando dava muita tensão tudo isso, e não foram poucos os momentos de tensões que nós vivemos no Brasil, foram muitas coisas, qual era o meu cuidado? Era não deixar o governo parar: “Vamos trabalhar a e vamos deixar o Congresso Nacional cumprir o seu papel, **vamos deixar a Justiça cumprir o seu papel**”. E nós trabalhamos, o fato que é os resultados foram muito bons para a história política do Brasil. Hoje, quando eu estou aqui sentado com vocês, eu posso dizer o seguinte: É muito orgulho eu dizer que sou o presidente da República que mais investiu em educação neste país. (SILVA, 2006, p. 21-22, grifos nossos, entrevista n. ° 7).

Nessa sequência, vemos que o recorte da cena em questão é o de requisição, por parte do entrevistador, da opinião do presidente a respeito do envolvimento de figuras petistas consideradas relevantes para o partido. Mais uma vez, Lula evita dar a sua opinião, supostamente prorrogando-a para um momento posterior ao julgamento daqueles que são mencionados pelo entrevistador. Poderíamos nos perguntar: se o presidente afirma em (50) “que não tem amigos nessas coisas”, por que evitar dar a sua opinião? Em (50), percebemos claramente a mudança no “discurso da espera” de que falávamos antes: do resultado das investigações das CPMI’s a espera passa a ser pelo resultado do julgamento dos envolvidos nos escândalos.

Evidentemente, não se trata de dizer aqui que Lula está certo ou errado ao afirmar que não pode dar a sua opinião porque os envolvidos não foram julgados, até porque, como já mencionamos, a Constituição prevê, em seu artigo 5º, que uma pessoa só é considerada culpada de algum crime quando recebe uma sentença ou acórdão desfavorável, do qual não pode mais recorrer em nenhuma instância judiciária. Trata-se sim, como já dissemos, de sublinhar que, no momento de seu dizer, o sujeito se relaciona consigo mesmo de modo a evitar os possíveis riscos que a enunciação aberta e direta da sua opinião possa lhe acarretar.

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao final deste capítulo, o que nos chama a atenção nas falas do presidente Lula não é propriamente a negação da denúncia que o implica ou envolve seus copartidários, tampouco as contradições presentes em seu discurso, as quais aparecem associadas a uma retórica (em sentido clássico) que visa persuadir os outros. Interessa-nos, antes, compreender o significado e as implicações disso, no âmbito do arcabouço teórico-analítico que delineamos nesta tese. Por isso, nosso olhar esteve voltado para as maneiras com as quais o presidente profere seus enunciados e, assim, demonstra certos acordos com seus dizeres; acordos que evidenciam relações com os outros, aqueles que querem saber quem ele é.

Os recortes das cenas que compõem nosso *corpus*, mostrados aqui, assinalaram que neles o sujeito governante evita se comprometer com seu dizer, utilizando-se de procedimentos retóricos que o afastariam de possíveis riscos de, por exemplo, ser destituído do poder ou, ainda, de ter a sua imagem prejudicada no pleito de outubro de 2006. Parece-nos que sua fala figura não como a atualização daquilo que o sujeito acredita ser verdadeiro, por se apresentar como capaz de reconhecer a verdade, mas como uma maneira de minimizar ao máximo possível eventuais danos a sua imagem, enquanto governante, ou a de seu partido político, juntamente com a de seus integrantes. Quando evita dizer a sua opinião, por exemplo, nas situações específicas em que o discurso da “espera” aparece, o faz por meio de um *êthos* de “neutralidade” em relação aos acontecimentos do escândalo, que visa preservá-lo de seus próprios dizeres, diante da população, e não prejudicar sua relação com os petistas envolvidos nas denúncias.

Nos trechos de fala analisados, acreditamos que as maneiras pelas quais o sujeito evita se comprometer ou se afasta de seu dizer impedem que ele se constitua sobre o plano discursivo de uma diferenciação ética, segundo a qual não pode haver a aplicação de um princípio de ascendência a qualquer custo. Nesse sentido, a investigação empreendida aqui já parece apontar para a confirmação de nossa segunda e terceira hipótese: embora seja demandado a falar de maneira muito próxima à da prática da *parrêsia*, o sujeito opta por não dizer tudo e por não se expor aos possíveis riscos que uma enunciação desse tipo poderia acometer-lhe.

No que diz respeito a uma ética da verdade das relações do sujeito com ele mesmo, a presença de algo próximo à *má parrêsia* nas

cenas analisadas mostram que, ao menos em boa parte do episódio do *mensalão*, não há um duplo “descolamento”, como nos explica Deleuze, a respeito do que ocorreu com os gregos da Grécia Antiga. Segundo a leitura deleuziana das análises de Foucault, o que permitiu a prática da *parrêsia* foi o fato de que a relação consigo adquiriu *independência*, a ponto de “torna-se ‘princípio de regulação interna’ em relação aos poderes constituintes da política” e do código moral como regra de saber (DELEUZE, 2006, p. 107). Desse “descolamento”, compreendemos que advém a liberdade e a coragem de o sujeito dizer a sua opinião, porque ela é a verdade, e expor-se como sujeito dessa verdade.

Quando assinalamos mais de uma vez o distanciamento de Lula de seu dizer e o descompomisso para com sua fala, era porque, como dissemos, esses procedimentos realçam a disjunção entre o sujeito enunciador e o sujeito do discurso. Por meio dessa disjunção, não se constrói uma relação de coincidência entre o sujeito e seu próprio dizer. Foucault (2003, p. 266-267) mostra que a “atividade discursiva” (*speech activity*) da enunciação do tipo *parresiástica* consiste na exata coincidência entre o sujeito falante (o sujeito da enunciação) e o “sujeito do *enunciandum*” – expressão utilizada pelo autor, composta pelo termo latino, para se referir ao sujeito da crença ou opinião sustentada por aquele que fala. Na *parrêsia* é fundamental que o orador saliente que ele é ao mesmo tempo o sujeito da enunciação e o sujeito da opinião que está proferindo.

A esse respeito, Adorno nos lembra que, enquanto sujeito da opinião enunciada, o *parresiasta* se expõe: embora a verdade do que ele enuncia tenha a forma de uma opinião pessoal, “a veracidade de suas palavras deriva do fato de que ele mostra, por seus atos, que não se limita a crer que o que ele diz é verdadeiro, mas que, à medida que crê, aplica essa verdade à própria existência” (ADORNO, 2004, p. 61). O sujeito implicado nessa relação com a verdade, complementa o autor, não enuncia simplesmente uma opinião, sua opinião pessoal, sendo sincero; sua opinião é a verdade, porque ele sabe que é a verdade. Trata-se da junção entre opinião e verdade: “sua opinião não representa mais uma alternativa à verdade, mas pelo fato, por um lado, de ele a enunciar enquanto tal e, de outro, de ele demonstrar que em sua vida existe coincidência entre seus atos e suas palavras, ela só pode ser a verdade” (idem).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, se temos a impressão de que o sujeito governante não se constitui como quem é capaz de discernir o verdadeiro em meio às denúncias de corrupção, é porque nos parece que a impossibilidade de o governante coadunar uma prática de

dizer verdadeiro próxima à da *parrêsia* com o modo com o qual ele governa a si e aos outros produz o apagamento de um princípio de diferenciação ética em suas falas públicas.

Realizada essa etapa da análise de trechos das entrevistas que Lula concedeu durante o período do escândalo do *mensalão*, resta-nos investigar os pronunciamentos que o presidente proferiu durante o mesmo período. No próximo capítulo, nossa atenção será voltada para o problema do apagamento do princípio da diferenciação ética na fala de Lula, nas situações em que ele se dirigiu à tribuna e falou em resposta à demanda por se saber quem ele era (corrupto ou não, conivente ou não) e o que estava de fato acontecendo no Congresso.

CAPÍTULO 5 A ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS

Aproximamo-nos, talvez, do estado ideal em que o discurso político estará finalmente livre do fantasma mesmo da verdade, que às vezes o assombra ainda como um velho remorso.

Jean-Jacques Courtine

Neste capítulo, analisaremos os pronunciamentos do presidente Lula que compõem nosso *corpus*, considerando as especificidades dessas falas públicas, haja vista que nelas não há a controvérsia e a desconfiança do pedido direto de explicações a respeito do escândalo do *mensalão*, marcas características das entrevistas analisadas no capítulo anterior. Embora tenham sido veiculadas em cadeias de rádio e de televisão, as falas de Lula nos pronunciamentos não possuem, portanto, a mediação direta da imprensa, no momento em que o presidente se dirige à tribuna e aborda o tema da crise do governo.

Diferentemente do que fizemos nos capítulos cujo objeto de análise era o conjunto de entrevistas, neste quinto capítulo as análises dos pronunciamentos de Lula serão expostas de acordo com a cronologia de sua aparição nos veículos midiáticos. O marco inicial dessas falas será o discurso do presidente na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção. Ironicamente, essa foi a primeira vez que Lula discursou sobre as denúncias de corrupção em seu governo, depois da eclosão do escândalo do *mensalão*.

5.1 O ÊTHOS DE GOVERNANTE SINGULAR

Não há dúvidas de que podemos identificar na fala pública do presidente Lula um *êthos* de governante singular que se associa às ideologias sustentadas pelo PT, desde sua criação, em 1980. Contudo, esse *êthos* não se reduz a essa associação, nem diz respeito a um grupo de indivíduos filiados ao partido, sendo em todos os seus aspectos uma *tekhnê* à disposição de outros petistas, pois isso seria desconsiderar a particularidade de Lula e de sua história.

Uma vez empossado presidente e diante da demanda por se saber quem ele é, Lula não pode ser qualquer um perante a população. Como imagem de si inscrita no ato de enunciação, o *êthos* de governante singular na fala de Lula aparece atrelado à exigência do dizer verdadeiro desse sujeito, após o início do escândalo do *mensalão*, um dizer próximo ao da prática da *parrêsia*, conforme identificamos no capítulo terceiro desta tese. Por isso, acreditamos que, embora essa imagem de si sustente relações com as figuras de Lula sindicalista ou de candidato à presidência da república, sua singularidade durante o período do *mensalão* tem a ver com o fato de que nesse período há uma incerteza em relação a essa imagem. Chegamos, assim, à seguinte pergunta: como o presidente se apresenta enquanto sujeito diferenciado, do ponto de vista ético, quando é exatamente essa diferenciação que está sob suspeita?

No dia seguinte à publicação da entrevista concedida por Roberto Jefferson ao jornal Folha de São Paulo, em 6 de junho de 2005, na qual o então deputado afirma que o PT dava mesada a parlamentares, o presidente Lula falou pela primeira vez sobre esse escândalo que se iniciava. Durante o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, ocorrido em Brasília, após discorrer sobre a importância da luta contra a corrupção e sobre como ela deve ser e tem sido combatida, Lula disse o seguinte:

(51) A população, no nosso governo, tem tomado conhecimento, pelos meios de comunicação, de muitas notícias de corrupção. Esse trabalho da imprensa é meritório e indispensável. A grande maioria são casos antigos que não foram combatidos. Agora estão sendo descobertos, investigados e punidos.

O que tem aumentado, no Brasil, não é a corrupção, mas o constante combate que o governo faz à corrupção (BRASIL, 2008b, p. 6, discurso n. 1).

Nesse trecho, vemos o aparecimento de um discurso ao qual o presidente retornará algumas vezes em falas posteriores, o de que o aumento de denúncias de corrupção na grande mídia é ocasionado por um trabalho diferenciado de seu governo no combate à corrupção.

Assim, seu governo não estaria se omitindo, como supostamente outros governos o fizeram, em função exatamente da diferenciação ética daquele que agora assume o posto de mandatário da nação. A este respeito, o presidente afirma nesse mesmo pronunciamento:

(52) [...] Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido. [...]. Digo que cortaremos na própria carne, se necessário. (BRASIL, 2008b, p. 8, discurso n. 1)

Duas semanas depois, em outro pronunciamento, durante a abertura de um congresso de cooperativa familiar, em Luziânia, Goiás, Lula dedica parte de seu discurso ao tema do *mensalão*, tema frequente na grande mídia àquela altura:

(53) De vez em quando eu fico me perguntando se é isso mesmo que as pessoas querem, porque se as pessoas querem combate à corrupção, as pessoas deveriam estar, todas, sobretudo as que estão acusando, aplaudindo o governo. Porque na história republicana, e ousou dizer isso na frente de trabalhadores e trabalhadoras rurais do meu país, na história republicana, **nenhum governo fez, contra a corrupção, 20% do que estamos fazendo.** Nenhum governo fez. [...]

(54) Eu digo uma coisa para vocês, meus companheiros, eu digo todo dia isso, já disse na televisão, que é o seguinte: **eu sou filho de uma mãe analfabeta e pai analfabeto.** Minha mãe morreu sem saber escrever um “o” com um copo. E determinadas coisas a gente não aprende na universidade, a gente não aprende na política, a gente não aprende na rua, a gente aprende dentro de casa. **Vergonha na cara a gente aprende é dentro de casa.**

(55) E, portanto, vocês nunca vão me ver nervoso e fazendo bravata. Não é esse o meu papel, eu já fiz muita. Eu agora sou Presidente da República. Eu, agora... Vocês pensam que eles não ficam incomodados porque eu estou aqui sem gravata? Porque tem um ritual, **eu sou a negação do ritual histórico que foi criado neste país, mas não pela minha roupa, porque eu até me visto melhor do que muita gente, mas pela minha origem, de onde eu vim, isso é que faz a diferença.** Estar aqui com vocês, fazendo o que estamos fazendo, faz diferença, sabem por quê? Porque incomoda, incomoda muita gente. Vocês sabem quanto nós fizemos de transferência de renda nesse pouco tempo que estamos no governo? São 17 bilhões de reais de transferência de renda, dinheiro que sai dos cofres públicos e vai para a mão do povo pobre deste país, que vai para a mão daqueles que nunca tiveram dinheiro. [...] É por isso que o Bolsa Família incomoda: mas esse Lula está dando dinheiro para pobre. (BRASIL, 2009c, p. 12, 15, discurso n. 2, grifos nossos, 21/06/05)

A imagem de si como governante diferenciado é construída em (52) por meio da relação com sua biografia e a necessidade de honrá-la, de preservar sua história que é relativamente bem conhecida pela população. Percebemos que o sujeito assinala em sua fala que irá tomar a atitude correta a ser tomada por alguém com seu “patrimônio moral”: cortar “na própria carne”, uma atitude que indicaria a excelência ética do sacrifício, pela retirada de possíveis corruptores de sua equipe. Nesse sentido, a relação entre os trechos mostrados é evidente: nesses discursos, o sujeito ressalta que seu governo tem combatido a corrupção como nenhum outro, devido às características pessoais e morais que o acompanham na vida pública.

Para além do que se diz geralmente a respeito de como Lula se apresenta em seus discursos como presidente, ou seja, para além de reconhecer em suas falas a construção de uma imagem de credibilidade e de legitimidade ligada ao imaginário do pobre honesto, trabalhador e virtuoso, que cuida(rá) dos excluídos e dos menos favorecidos por ter

sido um deles, gostaríamos de sublinhar a importância do que o trecho (54) representa, dentro do contexto de análise desta tese. O sujeito se refere às suas origens e enuncia a verdade de sua filiação (filho de pai e mãe analfabetos) e de seu pertencimento à maioria da população, apresentada como menos favorecida e governada no passado sem o devido combate à corrupção, e essa verdade aparece como fiadora do gesto de tomar aquele que fala pelo o que ele é, pelo o que se sabe que ele é.

Lembra-nos a personagem Íon, que busca saber sobre suas origens, saber quem é sua mãe, porque só uma filiação ateniense lhe daria o direito de empreender diante dos legítimos cidadãos de Atenas um discurso verdadeiro, no qual a eficácia estaria atestada pelo que ele é: um ateniense virtuoso. Observamos que nos trechos dos discursos mostrados aqui, o sujeito governante salienta dois aspectos do estatuto de sua diferença entre aqueles que já ocuparam o cargo de presidente: i) a verdade a respeito de suas origens, de que tratamos acima, e ii) os efeitos dessa origem legitimada socialmente, em seu governo, por ela ser, supostamente, virtuosa. Nesse sentido, cremos que talvez não seja forçoso dizer que o problema da verdade na tragédia de Eurípides alegoriza em grande medida o problema de se saber a verdade de Lula, na situação de se saber quem ele é, porque Íon buscava exatamente a condição estatutária delineada pelos aspectos i e ii para bem governar e se constituir governante virtuoso.

Com relação ao segundo aspecto, importa dizer que em (55) o sujeito faz questão de salientar seu modo de governar que “incomoda muita gente”. Sua prática de governo (transferência de renda, por exemplo) estaria sendo coerente, segundo ele, com o discurso de que ainda pertence ao povo, de que preserva suas origens. Uma marca desse discurso de pertencimento é o não uso da gravata, ao qual o sujeito faz alusão. No imaginário social a gravata não é um acessório qualquer do vestuário masculino, por estar geralmente associada à figura do “patrão” ou da pessoa mais abastada, isto é, ela não combina com a imagem de operário à qual Lula sustenta relações. O gesto simbólico de não usar a gravata aparece no discurso de Lula como um indício do que seria sua verdadeira diferenciação: os efeitos de sua origem em seu modo de governo (“minha origem, de onde eu vim, isso é que faz a diferença”), cuja consequência é ele ser a negação do “ritual histórico” de governantes distantes do povo (“eu sou a negação do ritual histórico que foi criado nesse país”). Os outros mandatários da nação aparecem, portanto, como incapazes de reconhecer as verdadeiras necessidades do povo, por não possuírem a experiência de vida e de entrada na política

como a de Lula. Ao lado do não uso da gravata, sua própria presença entre os trabalhadores rurais e a transferência de renda são apresentados em seu discurso como outros indícios de sua verdadeira diferenciação.

Na sequência do discurso em Luziânia (GO), durante o congresso de cooperativa familiar, o presidente Lula discorre sobre o programa Bolsa Família¹⁵⁵ e em seguida afirma:

(56) [...] os que torciam para que fosse um desastre o governo, já estão com medo hoje é da reeleição. Esse é o dado concreto e objetivo. [...] **Depois que nós fomos quebrando todas as barreiras que eles foram colocando, todas, eles então resolveram mexer na questão ética.** E vejam que tudo isso que nós estamos vivendo é por conta de um cidadão que diz que pegou 3 mil reais. Um cidadão de terceiro escalão. Vocês podem fazer um levantamento e ver o quanto importavam as outras denúncias de corrupção no Brasil. Para mim, eu vou dizer uma coisa para vocês, se as pessoas sérias deste país quiserem ver o que vai acontecer, podem saber que nós vamos fazer a luta contra a corrupção se transformar, não numa bandeira, porque isso não pode ser bandeira apenas, a luta contra a corrupção tem que ser uma prática cotidiana, tem que ser uma mudança em todas as instituições, tem que ser uma mudança de comportamento e, se é para fazer, **ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país.** (BRASIL, 2009c, p. 17, discurso n. 2, grifos nossos)

Em (56), de início vemos que as denúncias de corrupção são apresentadas como uma alternativa da oposição para prejudicar seu governo, que estaria agindo de maneira diferenciada (quebrando as barreiras). A legitimidade e o motivo da crise política são apresentados de maneira minimizada, quando Lula afirma que ela se iniciou devido à

¹⁵⁵ Programa de transferência de renda com condicionalidades, criado em 2003, pelo governo Lula, cujo público alvo é famílias em situação de pobreza.

confissão de um funcionário dos Correios, que disse ter aceitado 3 mil reais de propina, uma quantia relativamente pequena de dinheiro, face aos montantes com que o governo trabalha. A qualificação desse funcionário (“Um cidadão de *terceiro escalão*”) reforça o efeito de deslegitimidade das denúncias graves de *mensalão* e a fala de Lula se relaciona ao discurso da “tempestade feita em copo d’água”, para sugerir a caracterização dos desdobramentos do escândalo a partir do pagamento de propina ao funcionário dos Correios.

Na segunda parte de seu pronunciamento, Lula se apresenta como uma “autoridade moral e ética” singular no país. Ele se apresenta como o único capaz de dar conta de combater adequadamente a corrupção. Excetuando-se tal procedimento retórico comum, que consiste na ênfase pelo exagero, importa salientar que, após o início do escândalo do *mensalão*, quando há uma desconfiança a respeito da suposta diferenciação ética de Lula governante, é recorrente em seus discursos a afirmação de uma suposta diferenciação dessa natureza, que abarca o trabalho do governo no combate à corrupção. Por exemplo, no pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e TV, sobre medidas do governo para o combate à corrupção, em 23 de junho de 2005, o presidente Lula volta a realçar a diferenciação de seu governo:

(57) [...] **se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo.** Nunca o Brasil viu tanta gente importante e poderosa sendo presa por corrupção e por fraude contra os cofres públicos como agora: empresários, juízes, delegados, políticos, policiais e funcionários públicos graduados que há anos, às vezes há décadas, agiam impunemente. [...] **Esse é um governo que não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete.** E garanto a vocês que, enquanto eu for o Presidente do Brasil, todos os órgãos do governo, os Ministérios, a Polícia Federal, todas as nossas instituições democráticas estarão, sempre, cada uma em sua área, empenhadas em examinar as denúncias, investigar, e se necessário for, punir exemplarmente (BRASIL, 2009d, p. 1-2, discurso n. 3, grifos nossos).

E no mês seguinte, julho, durante uma cerimônia alusiva à visita às novas unidades de produção da Refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, o presidente salienta mais uma vez a imagem de si como uma “autoridade moral e ética”:

(58) E quero dizer para vocês, meus companheiros e companheiras: neste país de 180 milhões de brasileiros pode ter igual, mas **não tem, nem mulher nem homem, que tenha coragem de me dar lição de ética, de moral e de honestidade. Neste país, está para nascer alguém que venha querer discutir ética.** Porque eu digo sempre o seguinte: **eu sou filho de pai e mãe analfabetos**, minha mãe não era capaz de fazer um “o” com um copo. E o único legado que eles deixaram, não apenas para mim, para a família, era que andar de cabeça erguida é a coisa mais importante que pode acontecer a um homem e a uma mulher. (BRASIL, 2008g, p. 11, discurso n. 4, grifos nossos).

Nesse trecho (58), vemos que o presidente sublinha mais uma vez, como havia feito em momentos anteriores – trechos (54) e (55) –, a relação dessa imagem de “autoridade moral e ética” à verdade de sua origem simples e da boa educação que teria recebido da família, apesar da pobreza. Presumimos que a insistência em reafirmar a imagem de si como governante singular, em função de sua experiência de vida e da transposição de suas supostas virtudes pessoais (ética, moral, honestidade, simplicidade etc.) para a sua atuação política, está ligada ao surgimento da demanda pela verdade do mandatário. O modo com o qual o *êthos* de governante singular se configura em suas falas, conforme analisamos até aqui, enquanto estratégia de atendimento à demanda por se saber quem o governante é, interessa-nos porque ele está intimamente relacionado ao princípio da diferenciação ética, que é necessário na democracia, para que haja possibilidade de algo próximo à *parrêsia*. Estamos nos referindo, portanto, ao jogo problemático da ascendência ou da superioridade, de que trata Foucault (2008), cuja presença é necessária na democracia antiga, ao lado da liberdade de falar

e de participar das decisões políticas, do *logos* razoável e da coragem, para o sujeito se constituir enquanto *parresiasta*.

Em nosso capítulo segundo, dissemos que, ao tomar seu lugar na tribuna e buscar exercer sua ascendência pela palavra e pela ação, Péricles ressalta suas qualidades pessoais e morais, inclusive Tucídides o apresenta em seu relato como o homem mais influente. Lembremo-nos de como Foucault (2008) mostra que a maneira com a qual Péricles exercia seu poder pela *parresia* não era tirânica ou monárquica, e sim democrática. Sobre o discurso da guerra, o filósofo (*idem*) afirma que esse governante não só empreende diante de seus concidadãos o discurso da racionalidade política, o discurso verdadeiro, mas um discurso com o qual ele se identifica em toda a sua carreira política e ao longo de sua vida. Portanto, ele sempre é coerente com suas convicções e virtudes. No tocante ao discurso dos mortos, como nos mostra Foucault (*idem*), Péricles havia definido a democracia pelo fato de ela ser administrada de acordo com o interesse geral, e não o de uma minoria. E em relação ao discurso dramático da peste, Foucault (*idem*) chama a atenção para as qualidades daquele que é político, democrata e *parresiasta*, evocadas pela fala de Péricles, quando este se utiliza de lýtotes e enuncia que é “dedicado à cidade e inacessível à corrupção”. Ou seja, ele afirma que sabe distinguir o interesse público, sabe dizer seu pensamento pela palavra. Suas atitudes correspondem ao que ele diz, porque ele não se deixa corromper.

Como Foucault (*ibidem*, p. 163-164) salienta a respeito desse discurso da peste e do retrato pessoal que Péricles apresenta aos atenienses, sob o risco de estes se revoltarem contra ele, são necessárias quatro condições, ou qualidades, para que o político exerça, por meio de sua *parrêsia*, a ascendência indispensável para que a cidade democrática seja governada “apesar da ou através da democracia”. Essas condições/qualidades são: ver o verdadeiro, ser capaz de dizê-lo, ser dedicado ao interesse geral e ser moralmente íntegro – não ser acessível à corrupção (*idem*). Dessa forma, Péricles reivindicava para si sua ascendência.

Conforme observamos nos trechos discursivos analisados aqui, o que é o *êthos* de governante singular, que se apresenta na fala do presidente Lula, serão uma imagem de si como político que detém as quatro qualidades salientadas por Péricles? Acrescentamos que há um importante aspecto desse *êthos* que deve ser considerado: de acordo com o que vemos em vários trechos de seu discurso, a exemplo do trecho (54) – “Vergonha na cara a gente aprende é dentro de casa” –, seu estilo de linguagem está mais próximo de uma maneira de falar pessoal,

familiar. Neste ponto, interessa-nos menos discorrer sobre a vinculação deste estilo às transformações da relação entre o espaço público e o privado do que assinalar a presença de uma retórica sem adornos, direta, cujos efeitos reivindicam o reconhecimento de uma (suposta) franqueza do enunciador, o qual estaria atualizando no ato de fala aquilo que ele pensa ser verdadeiro. Com isso, atrelada a essa atualização, figurariam os atos do sujeito.

Entretanto, vale lembrar que, de acordo com o que analisamos no capítulo anterior, em diversas situações nas quais o presidente concedeu entrevistas, seus atos não pareciam corresponder a sua fala, a esse *êthos*. Quando o governante evita dar a sua opinião, quando se distancia de seu dizer e evita se comprometer, quando se coloca de forma independente em relação ao PT, em uma tentativa de reduzir ao máximo possíveis danos a sua imagem, enquanto governante, ou à dos integrantes de seu governo ou de seu partido, dissemos que sua fala mostra a desconexão entre o sujeito falante (sujeito da enunciação) e o sujeito do *enunciandum* (sujeito da opinião sustentada por aquele que fala). Seguindo esse raciocínio, podemos dizer que o *êthos* descrito até aqui é da ordem da retórica, no sentido clássico de não exigir necessariamente o compromisso com a fala. Este ponto é central em nossas análises: se o *êthos* de governante singular prescinde do compromisso para com a fala, podemos dizer que o sujeito governante se constitui à margem do terreno da diferenciação ética, o que endossa nossa observação, feita no capítulo anterior, a respeito do apagamento desse princípio de diferenciação no *corpus* analisado.

Contudo, resta-nos analisar ainda aquele que é, a nosso ver, o pronunciamento mais importante do período de crise: o pedido de desculpas do presidente Lula, transmitido em cadeias de rádio e de TV em 12 de agosto de 2005. Não nos esqueçamos do contexto desse pedido, a crise do *mensalão*, e dos desdobramentos que emergiram no desenrolar desse escândalo, como a demanda por se saber se o presidente sabia ou não do *mensalão*, se foi conivente ou não. Enfim, esse pedido veio em um período em que havia uma exigência pelo dizer verdadeiro do governante a respeito dele mesmo, de suas atitudes e do que estava acontecendo na Câmara dos Deputados.

Podemos pensar que quem pede sinceras desculpas o faz porque assume que errou, mesmo correndo o risco de essa atitude prejudicar sua imagem. No caso de Lula, podemos supor que se confessar sabedor do *mensalão*, ou conivente, poderia não apenas manchar sua imagem, mas destituí-lo do poder. Por isso, colocamo-nos as seguintes questões: esse pedido de desculpas, enquanto prática de confissão, evidenciaria uma

correspondência entre o sujeito e sua fala, entre ato e palavra, entre o *êthos* de governante singular (ético) e sua ação? O pedido seria, então, algo próximo à prática da *parrêsia*, no sentido de ser, ao mesmo tempo, e de maneira ética e corajosa, a atualização da verdade do sujeito e sua exposição como sujeito dessa verdade? É o que analisaremos a seguir.

5.2 O PEDIDO DE DESCULPAS

Como já dissemos, as análises de Foucault (2008) sobre a tragédia grega *Íon*, de Eurípides, e os três discursos de Péricles, relatados por Tucídides, mostram que o *êthos* próprio da *parrêsia*, na sua fina ligação à retórica, constitui-se um *êthos* de coragem, de transformação ética de si, no qual o *logos* visa à ascendência sobre os outros, pela enunciação da verdade do sujeito, e ao interesse geral de melhoria da cidade. Além disso, esse *êthos* não dispensa o compromisso ético do sujeito para com sua fala, pois seu dizer, sem adornos, não objetiva alcançar o benefício próprio, a qualquer custo.

Nesse sentido, Candiotto (2010, p. 167) aponta que, dentro do contexto da análise das práticas gregas da antiguidade, Foucault sublinha que a eficácia da verdade depende da credibilidade daquele que a enuncia. E essa credibilidade advém exatamente da coincidência entre a palavra e o ato, entre a enunciação e a prática. Conforme já mencionamos, durante o período do escândalo do *mensalão*, a credibilidade do presidente Lula estava abalada, por causa do aparecimento da dúvida a respeito de que ele era corrupto ou não, conivente ou não. Essa dúvida mostra a suspeita sobre a relação entre o modo com o qual ele se apresentava e a maneira com a qual agia, ou tinha agido. Ou seja, ela mostra que, de modo relevante, passou-se a suspeitar da ligação entre o *êthos* de governante singular, o qual delinearíamos brevemente na seção anterior, e a verdade do condutor desse *êthos*.

Um pedido de desculpas, considerado genericamente, pressupõe assumir erro(s), conforme dissemos. Por outro lado, esse gesto também pode demonstrar certas virtudes, como a de ser capaz de identificar o verdadeiro e, assim, reconhecer os próprios erros, além da virtude de ter a coragem de se assumir como alguém que errou, já que isto pode ter consequências indesejáveis. Um pedido de desculpas vindo de um governante sobre o qual incide a suspeita sobre sua credibilidade pode mostrar que essa suspeita se confirma. No caso específico do pedido de

desculpas de Lula, perante os riscos que se impuseram quando a verdade lhe foi exigida, desculpar-se diante da nação seria um ato corajoso, no qual a virtude de reconhecer os próprios erros é requerida, para que ela se apresente como compatível com o *êthos* de governante singular, já que a verdade do sujeito estaria sendo, enfim, atualizada no ato de enunciação?

De acordo com o que remontamos em nosso capítulo primeiro, quando abordamos a cronologia da exposição do escândalo do *mensalão* na mídia, no mês de agosto de 2005 a oposição ao governo intensificou os rumores de *impeachment* do presidente Lula. A dúvida a respeito da ciência do presidente sobre a compra de votos era grande, mas após o depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios, no dia 11 daquele mês, a possibilidade do impedimento de Lula foi tema de algumas matérias da imprensa, as quais reproduziam falas de políticos da oposição que acreditavam ser possível o *impeachment* do presidente¹⁵⁶. Na CPMI, Duda Mendonça declarou que o pagamento por seu trabalho de publicidade na candidatura de Lula, em 2002, tinha sido realizado com dinheiro proveniente de caixa-dois. Ele disse ainda que o presidente Lula não sabia desse pagamento.

No início da primeira reunião de 2005 com seus ministros, em 12 de agosto, um dia após as declarações de Duda Mendonça na CPMI, o presidente Lula se dirige à tribuna da Granja do Torto para proferir o “pedido de desculpas”, para usar os termos pelos quais esse discurso ficou conhecido na imprensa. Podemos dividi-lo em duas partes. Na primeira, Lula saúda os novos ministros e focaliza o que considera ser o conjunto de benefícios que seu governo trouxe à nação:

(59) Vocês [novos ministros] estão entrando num governo, que apesar de todas as dificuldades, fez o Brasil retomar o caminho do progresso e da justiça social. Voltamos a crescer [...], gerando milhões de empregos no campo e nas cidades. Tenho certeza de que o povo sente a diferença, o país está mudando para melhor. A inflação é a menor dos últimos cinco anos, a produção industrial registra aumentos sucessivos [...] Uma revolução está em marcha no mercado de consumo popular no nosso país [...] (BRASIL, 2008h, p. 1-2, discurso n. 5).

¹⁵⁶ Ver notas de 64 a 67.

Na segunda parte, vemos que o tom do discurso muda e o presidente passa a estruturar, de fato, o pedido de desculpas. O marco inicial dessa mudança é o emprego de novos vocativos que assinalam a passagem da exposição de supostos resultados positivos do governo para um tom personalista, no qual há o predomínio da marca de primeira pessoa do singular:

(60) Companheiros, ministros e ministras,

Estou consciente da gravidade da crise política. Ela compromete todo o sistema partidário brasileiro. Em 1980, no início da redemocratização decidi criar um partido novo que viesse para mudar as práticas políticas, moralizá-las e tornar cada vez mais limpa a disputa eleitoral no nosso país.

Ajudei a criar esse partido e, vocês sabem, perdi três eleições presidenciais e ganhei a quarta, mantendo-me sempre fiel a esses ideais, tão fiel quanto sou hoje. **Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento.** Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país. O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política e lutar ao lado do povo pobre e das camadas médias do nosso país. Eu não mudei e, tenho certeza, a mesma indignação que sinto é compartilhada pela grande maioria de todos aqueles que nos acompanharam nessa trajetória.

(61) Mas não é só. Esta é a indignação que qualquer cidadão honesto deve estar sentindo hoje diante da grave crise política. Se estivesse ao meu alcance, já teria identificado e punido exemplarmente os responsáveis por esta situação. **Por ser o primeiro mandatário da nação, tenho o dever de zelar pelo estado de direito.** [...] Meu governo, com as ações da Polícia Federal, estão investigando a fundo todas as denúncias. Determinei, desde o início, que ninguém fosse

poupado, pertença ao meu Partido ou não, seja aliado ou da oposição. Grande parte do que foi descoberto até agora veio das investigações da Polícia Federal. (BRASIL, 2008h, p. 2-3, discurso n. 5, grifos nossos).

Podemos voltar ao que dissemos antes, a respeito das qualidades por meio das quais Péricles reivindicava para si sua ascendência. No início do trecho (60), ao afirmar que está “consciente da gravidade da crise política”, o sujeito mobiliza para si a qualidade de ser capaz de identificar ou de ver o verdadeiro. Mas o faz não sem antes interpelar seus interlocutores, a população, por meio do vocativo “companheiros”. Embora Lula fale como presidente, o uso desse vocativo procura reatualizar seu lugar de fala, enquanto prática discursiva, na medida em que requer do outro a identificação de seus dizeres com a fala do Lula sindicalista e militante. Acrescente-se que os vocativos “companheiros, ministros e ministras” e os dizeres a respeito de sua “consciência da gravidade da crise” marcam que o enunciador entabulará outro tipo de discurso, notadamente um discurso que se quer sincero, franco e direto.

Como vemos, a (presumida) credibilidade da figura do militante que defende a ética na política e o bem público é trazida à cena. O propósito da criação do PT é apresentado como incompatível com práticas corruptas e como síntese dos ideais de que o presidente comunga. O sujeito se diz fiel a esses ideais e se constitui, portanto, inacessível à corrupção, razão pela qual declara que se sente “traído”. Assim, Lula faz referência àqueles que foram corruptos e que agiram sem que ele soubesse. Ao passo em que ele se mostra indignado pelo erro dos outros, sua (suposta) inocência é defendida e ele reivindica para si sua ascendência, em (61), quando afirma que tem que zelar pelo estado de direito, “por ser o primeiro mandatário da nação”, e que determinou, “desde o início, que ninguém fosse poupado”.

O que mais importa observar nesses dizeres de Lula é que, embora sua ascendência esteja sendo relacionada à sua capacidade de ver ou de identificar o verdadeiro, e sua fala pareça se orientar discursivamente pela franqueza daquele que se apresenta como capaz de ver e de identificar o verdadeiro, o governante não é capaz de dizer tudo: seu discurso escamoteia quais foram as práticas consideradas “inaceitáveis” e quem foram seus autores. Dito de outro modo, os petistas que o “traíram” e o que eles fizeram não é objeto de sua fala. A (suposta) prática da compra de votos, o *mensalão*, não é mencionada

diretamente em seu discurso, nem em (61), quando o presidente se refere às investigações de denúncias (“Meu governo, com as ações da Polícia Federal, estão investigando a fundo todas as denúncias”). Também não há referências diretas ao caixa- dois, prática denunciada um dia antes por Duda Mendonça.

Ao longo de todo esse pronunciamento de Lula, percebemos referências generalizadas e pouco precisas às denúncias de corrupção. Diríamos que aparecem nesse discurso referências ambíguas e sutis aos escândalos políticos a respeito dos quais a verdade era demandada, como vemos a seguir, na imediata sequência da fala de Lula:

(62) E vamos continuar assim até o fim, até que todos os culpados sejam responsabilizados e entregues à Justiça. Mesmo sem prejudgá-los, afastei imediatamente os que foram mencionados em possível desvio de conduta para facilitar todas as investigações. Mas isso só não basta. **O Brasil precisa corrigir as distorções do seu sistema partidário eleitoral, fazendo urgentemente a tão sonhada reforma política.** É necessário punir corruptos e corruptores, mas também tomar medidas drásticas para evitar que essa situação continue a se repetir no futuro. (BRASIL, 2008h, p. 3, discurso n. 5, grifos nossos).

Nesse trecho, poderíamos supor que o presidente se refere, por exemplo, a seu ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, quando afirma que afastou “os que foram mencionados em possível desvio de conduta” – como sabemos, o ex-ministro, acusado de ser o “chefe” do esquema de compra de votos, foi “aconselhado” por Lula a se afastar do cargo¹⁵⁷. Entretanto, se analisarmos melhor, veremos que a referência desse trecho do discurso de Lula pode ser o caixa- dois, e não o

¹⁵⁷ Na entrevista que concedeu para o Programa Roda Viva, em sete de novembro de 2005, o presidente Lula relatou a conversa que teve com seu ex-ministro: “quando começaram a atacar muito o José Dirceu, eu tive uma reunião com o José Dirceu e disse ao José Dirceu: ‘José Dirceu, eu acho que chegou o momento de você pensar se não é melhor você voltar para o Congresso Nacional porque lá está o centro do debate sobre a crise. E você é um deputado que teve mais de 500 mil votos, você é uma figura de peso nacional, portanto, lá eu acho que você vai poder fazer muito mais do que se ficar dentro do governo sendo vidraça da nossa oposição’. E o José Dirceu tomou a decisão de voltar para o Congresso Nacional”. (BRASIL, 2008d, p. 14, entrevista n. 3).

mensalão. Isso porque o presidente menciona exatamente aquilo que possibilita o aparecimento de crimes eleitorais como o caixa-dois de partidos: nosso sistema partidário eleitoral. A nosso ver, a possibilidade de financiamento de campanhas de partidos com dinheiro privado¹⁵⁸ é uma das “distorções” às quais o presidente se refere, em nosso sistema partidário eleitoral, e que poderá ser passível de mudança devido a uma reforma política.

Compreendemos que ao fazer menção ao que considera ser uma forma de combater a corrupção, a reforma política, o governante se mostra, mais uma vez, supostamente capaz de ver e de identificar o verdadeiro: a correção dos problemas do sistema partidário eleitoral evitaria que a situação de desvio se repetisse no futuro. A referência aqui, como dissemos, é o episódio do caixa-dois eleitoral, denunciado por Duda Mendonça no dia anterior, não o *mensalão*.

Na sequência de seu pronunciamento, o presidente Lula pede aos ministros que redobrem esforços para que a crise política não traga problemas para a economia, para o crescimento do país, para a geração de empregos e para a “continuidade dos programas sociais”¹⁵⁹. Ato contínuo, passa a finalizar seu discurso, chegando assim ao ponto alto de seu pronunciamento: o pedido de desculpas, conforme vemos a seguir:

(63) Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que **nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas**, porque o povo brasileiro, que tem esperança, que acredita no Brasil e que sonha com um Brasil com economia forte, com crescimento econômico e

¹⁵⁸ Lembramos que desde fevereiro de 2011 foi instalada no Senado uma comissão especial para discutir os temas da reforma política, incluindo o do financiamento de campanhas. Até o momento (junho de 2011), a comissão não terminou o anteprojeto que será submetido à apreciação dos demais senadores.

¹⁵⁹ Segue a íntegra desse trecho: “[...] Quero dizer aos Ministros que é obrigação do governo, da oposição, dos empresários, dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira não permitir que esta crise política possa trazer problema para a economia brasileira, para o crescimento deste país, para a geração de empregos e para a continuidade dos programas sociais. Temos que arregaçar as mangas e redobrar esforços. Peço que aumentem, ainda mais, a sua dedicação. Se atualmente vocês, Ministros e Ministras, trabalham até 11 h da noite, trabalhem um pouco mais, até meia noite, uma hora da manhã, porque nós sabemos que muito já fizemos, mas muito mais temos que fazer porque o Brasil precisa de nós. Queria, neste final, dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer [...]”. (BRASIL, 2008h, p. 3-4, discurso n. 5).

distribuição de renda, não pode, em momento algum, estar satisfeito com a situação que o nosso país está vivendo. Quero dizer a vocês: não percam a esperança. **Eu sei que vocês estão indignados e eu, certamente, estou tão ou mais indignado do que qualquer brasileiro.** E nós iremos conseguir fazer com que o Brasil consiga continuar andando para frente, marchando para o desenvolvimento, para o crescimento da riqueza e para a distribuição de renda. E eu tenho certeza que posso contar com o povo brasileiro. Muito obrigado. (BRASIL, 2008h, p. 4, discurso n. 5, grifos nossos).

Esse último trecho de seu pronunciamento também busca ser orientado por certa franqueza, a exemplo do que pretende mostrar seu dizer a respeito do fato de que ele não tem vergonha de pedir desculpas. Como resultado do anúncio da negação da vergonha de empreender esse gesto, e considerando-se a relação dessa negação com discursos-outros, afirmativos, segundo os quais é vergonhoso para o mandatário pedir desculpas, admitir o erro, poderíamos pensar que se tem então um *êthos* de humildade que reivindica do outro o reconhecimento de certas virtudes (presumidas), como a de que ele seria capaz de perceber o verdadeiro e a de que teria coragem para se assumir como alguém que errou, já que, conforme dissemos, assumir isto pode ter consequências indesejáveis. Mas esse *êthos* de humildade, que estaria relacionado ao *êthos* de governante singular, delineado anteriormente, não corresponde à maneira com a qual o sujeito se constitui em sua fala, já que em nenhum momento ele se mostra falho, e sim indignado ou “traído” pelos erros dos outros.

Como dissemos, considerado genericamente, um pedido de desculpas pressupõe uma relação a si, em que o sujeito assume que errou, ou seja, mostra-se falho. Em (63), o sujeito faz questão de especificar os referentes da *não-pessoa discursiva* do “nós” exclusivo que aparece em seu enunciado “**nós** temos que pedir desculpas”, aos quais o “eu” se associa. Estes referentes, como atestam a sequência de seu dizer, são o PT e o governo (“O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas”). Seria o caso, então, da manifestação daquele tipo de relação a si, na qual o sujeito se reconhece como alguém que errou – ao lado de outros que erraram – e que tem a coragem de se mostrar como tal? Acreditamos que não.

Se analisarmos atentamente (63), veremos que, aqui também, assim como em (60), quando Lula disse que se sentia “traído”, o governante se apresenta como aquele que não cometeu erros. Seu enunciado “estou tão ou mais indignado do que qualquer brasileiro” é um exemplo do deslocamento, daquele que fala, da referência a si como autor de possíveis erros. Apesar do aparecimento de um *êthos* de humildade, no início de sua fala (“eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas”), o qual requisita do outro o reconhecimento de supostas virtudes, como a de ser capaz de perceber o verdadeiro e de ter a coragem para se assumir como alguém que errou, as últimas palavras do presidente complementam as que ele havia pronunciado anteriormente, sobre sua (suposta) traição: o que percebemos é um pedido de desculpas pelos outros, por aqueles que o “traíram”. É certo que para um pedido de desculpas pelos atos de outrem não é necessário coragem, pois, como dissemos no capítulo anterior (seção 4.2), o deslocamento da referência a si como falho evita o julgamento negativo do outro que uma prática confessional pública poderia incitar.

Considerando-se o contexto da enunciação do pedido de desculpas, já que este se deu um dia após as declarações de Duda Mendonça sobre a existência de caixa-dois na campanha de Lula, apesar de o sujeito não deixar claro no trecho (63) os motivos do pedido de desculpas, sua fala em (62) indica, mesmo que sutilmente, que um erro do PT teria sido a prática de caixa-dois. Com base nas relações de sentido em jogo, essa seria uma das práticas das quais o presidente não teve conhecimento e que foram realizadas por aqueles que o “traíram” (trecho 60). Quando o presidente se diz “consciente da gravidade da crise política”, quando se apresenta como indignado pelas “revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país” (trecho 60), quando relata que seu governo, “com as ações da Polícia Federal”, está “investigando a fundo **todas** as denúncias” e que determinou, “**desde o início**, que ninguém fosse poupado” (trecho 61), o tema da prática da compra de voto aparece de maneira pouco sensível.

Nesse sentido, observamos que, apesar de estarmos diante de um discurso que produz efeitos de sentido que procuram inseri-lo sob o escopo do reconhecimento do erro, razão pela qual teria enunciado “nós temos que pedir desculpas”, o sujeito se desloca da posição de autor de possíveis erros e seu pedido requer excusas pelos erros dos outros, aqueles que (supostamente) o traíram. De fato, a estrutura da cena do pedido de desculpas não se configura pelo *mea culpa* de seu protagonista. Mas o mais importante que isso é notarmos que, embora o

discurso em questão possua marcas linguísticas cujos efeitos de sentido são a atribuição da franqueza e da capacidade de identificação do verdadeiro àquele que fala, o sujeito não é capaz de dizer tudo. Ao contrário, prefere um discurso evasivo, para o qual não se pode determinar ao certo o porquê do pedido de desculpas; tampouco se sabe quem errou, qual(is) foi(ram) o(s) erro(s), ou as condições em que este(s) foi(ram) cometido(s). Sobre o PT e o governo pesavam as acusações de compra de votos e a dúvida a respeito da idoneidade do mandatário da nação, mas o presidente evita esclarecer os fatos a esse respeito e dar a sua opinião, embora seu pedido de desculpas pareça valer, de modo ambíguo, também para as denúncias de *mensalão*.

5.3 “NÓS TEMOS QUE PEDIR DESCULPAS”: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE MEIAS-VERDADES APOLÍNEAS

Faz-se necessário dizer que ao examinarmos os discursos do presidente Lula, não partimos do pressuposto de que o governante errou e não está assumindo o erro. Como já dissemos, interessa-nos observar como o sujeito que fala estabelece relações consigo mesmo e com os outros (políticos e a população) em seus discursos, e como essas relações correspondem ao que está sendo apresentado como verdadeiro em seus dizeres. Em nosso trabalho analítico, buscamos investigar a maneira com a qual o sujeito se constitui em cena, por meio do exame dessa correspondência.

Resta-nos tentar concatenar nossa compreensão a respeito das implicações da maneira evasiva com a qual o sujeito-governante faz referência àquilo que é apresentado como verdadeiro em pronunciamentos ou em entrevistas. A esse respeito, acreditamos que a análise do pedido de desculpas do presidente, transmitido em rede nacional, em um momento em que se demandava dele a verdade a respeito de sua participação ou conivência em atos corruptos de caixa-dois e, principalmente, de compra de votos, pode ser emblemática.

Podemos dizer que, em termos da relação consigo mesmo e com os outros, o sujeito se apresenta como capaz de ver e de identificar o verdadeiro dentro do escândalo, a exemplo do que o *êthos* de governante singular poderia indicar, mas ele não é capaz de dizer tudo, de empreender um dizer verdadeiro próximo ao da prática da *parrêsia*. Seu discurso obscurece especialmente suas responsabilidades sobre os erros do governo em sua gestão. Nesse sentido, podemos dizer que o pedido

de desculpas é um discurso que visa mantê-lo em sua posição de governante inocente, sem que ele esclareça para a população toda a verdade sobre os escândalos; é um discurso que visa preservá-lo e garantir sua permanência no poder, à medida que busca afastar todos os riscos inerentes a uma enunciação verdadeira, dado os rumores de *impeachment* que se intensificaram após as declarações de Duda Mendonça. Acrescente-se que sua fala beneficia somente a ele mesmo, na medida em que se interpõe, estrategicamente, contra esses rumores e contra uma possível desaprovação popular motivada pelas revelações sobre o caixa-dois, tudo isso sem que os erros do governo e do PT sejam esclarecidos. Entram aqui a favor dessa estratégia a primeira metade de seu discurso, na qual ele aborda as supostas melhorias do país desde que assumiu o mandato, e o *êthos* de “indignado” com os escândalos de corrupção, que por sua vez se relaciona ao *êthos* de governante singular que identificamos em outros discursos – e que aparece também no pedido de desculpas.

A respeito do modo evasivo de dizer, não podemos negar que ele possa manter relações com o verdadeiro. Contudo, a partir do que desenvolvemos em nossas análises, podemos dizer que, independentemente de sua culpabilidade ou de sua inocência, de sua conivência ou de seu desconhecimento, há em sua fala aproximações do verdadeiro, ou meias-verdades, que atestam o apagamento do princípio de diferenciação ética, nos momentos em que o mandatário é requisitado a empreender um dizer verdadeiro próximo ao da *parrêsia*. Contra o horizonte dos riscos que esse dizer verdadeiro poderia acometer-lhe, dentre os quais citamos a perda do poder, o sujeito opta pela enunciação da *demi-vérité*. Enquanto aproximação do verdadeiro, esta forma de falar dispensa a coragem, pois sua força de verdade depende de procedimentos retóricos que não implicam o sujeito em sua fala, o que o protege de correr os riscos de dizer o que ele pensa e se assumir como sujeito desse dizer.

Tendo acompanhado de perto os estudos de Foucault a respeito da *parrêsia* política, exercida na Grécia Antiga, encontramos no significado político do problema do dizer verdadeiro da personagem Apolo importantes vestígios de como se torna impossível para o governante o exercício da *parrêsia*. Como uma figura que concentra poderes, seu lugar de deus o impede de dizer a verdade sobre si e sobre os fatos. Em função de sua condição divina, ele sabia das relações que sua resposta a Xuto teria com a verdade que, se fosse dita, colocaria em xeque sua condição. Por isso, quando é interpelado, embora sendo deus, Apolo não é livre para falar de modo que a verdade de seus enunciados

coincida com a verdade dele mesmo. A meia-verdade de Apolo traz-lhe alívio e é benéfico dizê-la, para não correr o risco de ter sua condição questionada.

Como ato enunciativo, o pedido de desculpas se organiza em torno do propósito de resguardar aquele que fala, sem que aliados políticos sejam comprometidos e a verdade a respeito de si e de sua relação com esses aliados seja efetivamente dita. A nosso ver, esse é um movimento que ensejaria a permanência no poder, pelo exercício de uma ascendência a qualquer custo, cujo funcionamento produz o apagamento do princípio de diferenciação ética. Esse princípio, conforme remontamos nos estudos tardios de Foucault (2008), era caro para o contexto democrático antigo. Em que pesem as significativas diferenças entre a situação da Grécia Antiga e a nossa democracia atual, torna-se importante dizer que o apagamento do princípio da diferenciação ética, em ambas as democracias, está no cerne do problema de o governante se constituir por um *logos* sensato de razão e verdade. No caso do problema do presidente Lula, esse apagamento se mostra quando não há uma correspondência entre o *êthos* de governante singular – que reivindica para si qualidades que passam, por exemplo, pela suposição das virtudes que sua origem humilde poderia afiançar – e a maneira evasiva com a qual o sujeito enuncia.

Assim, como maneira de evitar a possibilidade de sofrer sanções de diversos tipos, devido às relações agonísticas travadas em nosso sistema de governo democrático, o pedido de desculpas do presidente Lula, juntamente com os seus outros dizeres analisados neste trabalho, testemunham a impossibilidade de o sujeito presidente se constituir sob um regime ético de subjetivação no qual coincidam discurso e prática, palavra e ação. Embora encontremos na contingência histórico-discursiva do escândalo do *mensalão* a exigência de algo próximo ao dizer verdadeiro *parresiástico*, exigência dirigida àquele para o qual há uma concentração de poderes, de acordo com a estruturação institucional de nosso presidencialismo, a prática da *parrêsia* aparece no discurso estudado como o impossível da arte de governar.

CONCLUSÃO

Ao término de nossa tarefa, algumas palavras mais francas nos dariam a licença de dizer, embora não de modo *parresiástico*, que talvez nos restem tantas dúvidas quanto o número de afirmações que figuraram neste trabalho como acertadas. Contudo, acreditamos que isso não nos impede de tecermos alguns enunciados que se querem conclusivos, a respeito dos resultados aos quais chegamos. Os possíveis méritos de nosso percurso não devem residir sobre uma indiscutibilidade presumida, mas sim no que nossas análises podem sugerir como contribuição para o desenvolvimento de estudos ulteriores, que busquem elucidar as complexas relações entre poder, sujeito, verdade e democracia.

O objetivo desta tese foi compreender o modo com o qual o presidente Lula faz a experiência demiúrgica de si mesmo, enquanto sujeito político, frente à demanda pela verdade dele mesmo, durante a crise política que se iniciou após as denúncias de compra de votos no Congresso, em maio de 2005, episódio que ficou conhecido como escândalo do *mensalão*. Nosso *corpus* discursivo foi composto por sete entrevistas e cinco pronunciamentos concedidos pelo presidente Lula durante o período do escândalo, cuja especificidade material/discursiva é a presença de uma problematização da figura de Lula presidente. Naquele período, observamos que as denúncias de que o PT estava envolvido em um esquema de compra de votos no Congresso fizeram com que a singularidade de Lula, com toda a sua trajetória política e pessoal, fosse colocada em suspensão, pois não se sabia se ele era corrupto ou não, conivente ou não com o esquema denunciado. O questionamento sobre quem era, de fato, aquele que ocupava o cargo de presidente da república passou a ter considerável relevância dentro do contexto discursivo do escândalo. Contudo, acreditamos que essa questão particular se aplicava não ao objeto de saber do presidente, mas à verdade das relações que ele empreendia com ele mesmo e com os outros, políticos e população.

Seguimos a trilha que foi aberta pelos últimos estudos de Michel Foucault, quando este autor tratou da difícil, problemática e paradoxal relação entre o dizer verdadeiro *parresiástico* e a democracia antiga. Nesses estudos, Foucault chama a atenção para a dimensão ética da constituição do sujeito político helênico. A nosso ver, suas análises a respeito das maneiras pelas quais o indivíduo se torna sujeito, dentro de

procedimentos de governo, relacionando-se com a verdade, consigo mesmo e com os outros, sinalizam possibilidades de pensarmos a atualidade dos modos de constituição do sujeito político, colocando em questão a ligação entre o regime de governo, a democracia e o discurso verdadeiro.

Optamos por dividir as análises das entrevistas em duas partes, porque pretendíamos compreender essa ligação que se aplicava à subjetividade do governante. Por isso, analisamos primeiro os discursos que interrogaram diretamente o presidente Lula em função da suspeita de seu envolvimento ou conivência com o esquema de corrupção. A respeito desses discursos midiático-políticos, dissemos em nosso capítulo terceiro que eles atualizavam procedimentos de *inquérito* e de *exame* com o objetivo de dar conta do aparecimento não da verdade do sujeito, mas da confirmação de uma verdade pressuposta desfavorável a Lula. Por meio do *inquérito*, a dúvida a respeito da culpabilidade de Lula era escamoteada pela certeza de que, no mínimo, o presidente não poderia não saber de nada, dadas as condições em que ocorreram as (supostas) fraudes, quem poderia as ter cometido e quando. Pelos procedimentos de *exame*, o poder midiático movido pela vontade de saber sobre a corrupção era exercido sobre o soberano, a fim de fragilizar sua posição na cena agonística, interpelando-o a ocupar o lugar de réu e a assumir os erros que eram cridos como existentes.

Dentro do contexto do escândalo político do *mensalão*, período em que a figura do presidente se tornou opaca, os procedimentos de *inquérito* e de *exame* impuseram mais do que a possibilidade de o presidente dizer a verdade; acreditamos que eles impuseram a necessidade do exercício de um franco falar, em que a constituição do sujeito governante passasse por uma relação ética com a verdade, fosse ele culpado ou não, conivente ou não. O quadro político que delineamos a respeito dessa exigência contemplava as duas primeiras condições descritas por Foucault (2008) para que a *parrêsia* se efetivasse no contexto histórico da democracia ateniense. Atualmente, a igualdade de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional, e a liberdade de manifestar a própria opinião aparecem como correlatos da *isonomia* e da *isegoria* ateniense, guardadas as devidas proporções. A igualdade e a liberdade formariam, então, nossa condição formal. As relações agonísticas encontradas entre os atores políticos e seus partidos marcam profundamente as interações no espaço público, e por isso essas seriam nossa condição de fato. Diferentemente das duas primeiras, que são da ordem do regime de governo (*politeia*) e da organização do jogo político (*dunasteia*), as duas últimas condições descritas por Foucault

(idem), a condição de verdade e a condição moral, voltam-se para o sujeito. A possibilidade e a necessidade de Lula dizer a verdade a respeito de si não aparecem no contexto da problematização da figura do governante sem a exigência de coragem, pois para fazer uso de um *logos* de verdade, o presidente deveria aceitar correr os riscos inerentes a esse dizer razoável ao qual ele se identificaria: sua imagem poderia ser prejudicada a ponto de comprometer a reeleição ou ele poderia sofrer um *impeachment*. E aqui cabe uma ressalva. Mesmo que o presidente dissesse que não sabia do *mensalão*, esses riscos permaneceriam sob o escopo da exigência pela sua verdade. Em relação ao primeiro, a população poderia não acreditar em suas palavras e não lhe dar votos suficientes. No tocante ao segundo risco, ele poderia ser acusado de falta de capacidade para tornar efetiva a responsabilidade criminal de seus subordinados.

A necessidade de um franco falar, em um momento no qual não se sabia quem era de fato o presidente, ao exigir desse sujeito a enunciação de um discurso verdadeiro no âmbito das condições delimitadas pelo quadro político descrito, parece-nos demandar-lhe um dizer verdadeiro muito próximo ao da *parrêsia* política, o que confirmaria nossa primeira hipótese de pesquisa. Dissemos “muito próximo”, porque estamos considerando essa demanda como um resto possível do problema encontrado entre os gregos da antiguidade, de se dizer efetivamente a verdade ao tomar a palavra na política, sob um regime democrático que se baseia na liberdade e na igualdade. Em suma, acreditamos que, apesar das profundas diferenças entre a democracia antiga e a moderna, é possível encontrar traços do problema da relação entre a *parrêsia* política do governante e o regime de governo em nosso cenário político atual, o de uma democracia que possui o sistema presidencialista de governo e centraliza, por isto mesmo, um grande poder nas mãos do presidente.

Na segunda parte da análise das entrevistas, focalizamos os enunciados do presidente Lula nas cenas em que acreditamos que ele era demandado a entabular um tipo de discurso próximo ao da *parrêsia*. Nosso intuito era perceber como essa demanda pela verdade do governante poderia mostrar a maneira com a qual ele se constitui enquanto sujeito político, dentro das práticas de *inquérito* e de *exame* que por sobre ele se operavam. As análises do quarto capítulo mostraram que nas cenas agonísticas o presidente evita se comprometer com seus dizeres, à medida que se utiliza de procedimentos retóricos que não o implicam em sua fala. A indeterminação que a comutação de “eu” por “você” provoca em alguns enunciados evidencia que aquele

que fala não se expõe como sujeito de seu próprio dizer. Parece haver uma disjunção entre sujeito enunciador e sujeito do discurso, que não é compatível com o *ethos* próprio de uma prática discursiva semelhante à da *parrêsia*.

Em outras cenas, a relação de Lula com o PT aparece enfraquecida, e isso produz um efeito de sentido de dissociação entre o partido e o governo. A responsabilidade do governo pelos erros cometidos em sua gestão não é assumida, e o sujeito procura não se implicar em possíveis erros do PT. Em seu discurso, ele se desloca da posição de alguém que mantém vínculos estreitos com o partido, e passa a falar a partir de um lugar de objetividade com relação ao PT. A questão do erro da prática de caixa dois passa a ser tematizada, em detrimento da do *mensalão*, que é evitada. Em algumas das respostas aos inquiridores, o processo discursivo identificado, organizado em torno do adiamento de sua opinião a respeito do *mensalão*, sofre modificações conforme as investigações das denúncias avançam de maneira desfavorável aos envolvidos: o “discurso da espera” pelo relatório final da CPMI passa a ser o da espera pelo término do trabalho da justiça (julgamento e condenação). Nossas considerações parciais a respeito dessas análises voltam-se para a identificação da maneira com a qual o sujeito opta por não dizer, por não dar a sua opinião a respeito das suspeitas que poderiam comprometer seus copartidários ou ele mesmo. Apesar de o governante se apresentar como alguém capaz de reconhecer a verdade, parece-nos que sua fala figura não como a atualização daquilo que o sujeito acredita ser verdadeiro, mas como uma maneira de minimizar ao máximo possível eventuais danos a sua imagem ou à imagem dos petistas denunciados.

Vivenciamos nos últimos anos a subida de Lula ao posto de primeiro mandatário da nação. Nossa condição formal para a enunciação próxima à *parrêsia*, a saber, a estrutura igualitária fundamental para a democracia, a qual permite a qualquer cidadão, um operário, por exemplo, chegar à Presidência da República, relaciona-se a nossa condição de fato para o emprego de um *logos* razoável, ou seja, liga-se às relações agonísticas por meio das quais o princípio da ascendência de alguns cidadãos sobre os outros é exercido. No caso dos gregos da antiguidade, como Foucault (2008) mostrou em suas análises, esse princípio de ascendência introduz uma diferença irreduzível à condição formal: um critério de diferenciação ética em uma sociedade de iguais. Entretanto, se nem todos os cidadãos são capazes, por suas qualidades pessoais e sociais, de usar esse *logos* de maneira tal que verdadeiramente beneficie a cidade, o que aparece como condição para a

democracia antiga, o dizer verdadeiro *parresiástico*, é também o que, paradoxalmente, possibilita a substituição deste dizer por meias-verdades.

Não temos dúvidas de que o sucesso da subida de Lula ao cargo de presidente esteja relacionado a, dentre outros aspectos, um *êthos* de político singular que reivindica para si qualidades semelhantes àquelas encontradas em Péricles: ser capaz de identificar o verdadeiro e dizê-lo, ser dedicado ao interesse geral e ser moralmente íntegro. Entretanto, as análises dos pronunciamentos, no quinto capítulo, em especial a do pedido de desculpas de Lula, apontam um exercício de ascendência ou de manutenção de sua posição de mando, que não leva em conta um princípio de diferenciação ética compatível com o tipo de exigência pela verdade do governante que emergiu, a nosso ver, naquele período de crise política. Apesar de empreender uma fala que se quer sem adornos, direta e franca, o presidente não é capaz de dizer tudo: seu discurso escamoteia suas opiniões ou ele opta por não dizê-las; ele evitar correr riscos. As qualidades periclianas são então pervertidas: o sujeito passa a exercer sua ascendência a qualquer custo, por meio da enunciação de meias-verdades, para se manter na posição de mandatário.

Nesse sentido, a análise do pedido de desculpas de Lula pode ser considerada emblemática para a confirmação de nossas segunda e terceira hipóteses de pesquisa. A forma evasiva com a qual esse pedido é feito, em que não se sabe o porquê das desculpas, nem quem errou ou quais foram os erros ou as condições em que estes foram cometidos, mostra que o enunciado “nós temos que pedir desculpas” mantém apenas relações com o verdadeiro e constitui uma meia-verdade. Como simulação do verdadeiro, o pedido de desculpas parece ser formulado de maneira a evitar a verdade do presidente, a qual colocaria em risco a possibilidade de sua continuidade no governo. Embora identifiquemos uma condição formal e uma condição de fato para o exercício de algo próximo à *parrêsia*, no período do escândalo político do *mensalão*, não encontramos uma condição de verdade e uma condição moral: o emprego de um *logos* razoável, o qual necessita da coragem para o enfrentamento dos riscos de ser a personalização do verdadeiro, ou seja, expor-se como sujeito da verdade, parece não se concretizar.

A maneira com a qual o presidente Lula faz a experiência demiúrgica de si mesmo, enquanto sujeito político governante, durante o período do escândalo do *mensalão*, encontra em Apolo seu correlato alegórico. Ambos os sujeitos de poder obtêm da posição que ocupam a impossibilidade de dizer a verdade de si mesmos, se nessa posição permanecem a qualquer custo. As práticas agonísticas que operam sobre

o sujeito de poder, colocando sua condição de governante e sua credibilidade em xeque – por meio da demanda por seu dizer verdadeiro –, e a impossibilidade de esse dizer se concretizar parecem ser os restos de uma problematização que se deu no passado, em outro contexto democrático, da qual não nos libertamos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, Frédéric (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com trabalhadoras rurais**. 2004. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR354.DOC>>. Acesso em: 27 out. 2007.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao programa Fantástico, da Rede Globo**. 2006. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR1004.DOC>>. Acesso em: 14 out. 2008a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção**. 2005. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR796.DOC>>. Acesso em: 10 out. 2008b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à jornalista Melissa Monteiro, TV Francesa, e exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo**. 2005. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR825.DOC>>. Acesso em: 15 out. 2008c.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Programa “Roda Viva”. 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/pr944.doc>>.
Acesso em: 13 out. 2008d.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Feirão da Casa Própria. 2006. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR1134.DOC>>.
Acesso em: 15 out. 2008e.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita a Manaus-AM. 2006. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR1175.DOC>>.
Acesso em: 15 out. 2008f.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às novas unidades de produção da Refinaria de Duque de Caxias – Reduc. 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR832.DOC>>.
Acesso em: 10 out. 2008g.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da reunião ministerial. 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR857.DOC>>.
Acesso em: 10 out. 2008h.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 13ª reunião ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR869a.DOC>>.
Acesso em: 11 out. 2008i.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.
Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na

cerimônia de inauguração das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Uberlândia. 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR871a.DOC>>.
Acesso em: 11 out. 2008j.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da refinaria de Pernambuco.** 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR987.DOC>>.
Acesso em: 13 out. 2008k.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração da Meta do Programa Bolsa Família – 8 milhões e 700 mil famílias atendidas em 2005.** 2005. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr997.doc>>.
Acesso em: 14 out. 2008l.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador.** 2006. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr1138-1.doc>>.
Acesso em: 14 out. 2008m.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** 2003. Disponível em:
<<http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/pr0011.doc>>.
Acesso em: 23 out. 2008n.

_____. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. **Transcrição literal das notas taquigráficas da oitava do depoente Deputado Roberto Jefferson.** 2005. Disponível em:
<http://www.cpmidoscorreios.org.br/depoimentos/roberto_jefferson30jun.htm>. Acesso em: 8 out. 2009a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.** 2005. Disponível em:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Cafe_Presidente/PR799.DOC>. Acesso em: 23 set. 2009b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Luziânia-GO.** 2005.

Disponível em:

<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR806.DOC>>. Acesso em: 23 set. 2009c.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e TV, sobre medidas do governo para o combate à corrupção - Palácio do Planalto.** 2005. Disponível em:

<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr807.doc>>. Acesso em: 23 set. 2009d.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial.** 2003. Disponível em:

<<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr007.doc>>. Acesso em: 3 nov. 2009e.

_____. Senado Federal. Secretaria de Comissões. Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. **Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos Correios”.** 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/84897>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 18 jan. 2011a.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 12 abr. 1950. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L1079.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2011b.

_____. Senado Federal. Secretaria de Comissões. Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. **Relatório final dos trabalhos da CPMI “dos Bingos”**. 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/cpi/relatoriofinalbingos.asp>>. Acesso em: 7 abr. 2011c.

CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

_____. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira. São Paulo: Contexto, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DATAFOLHA. **Governo Lula é aprovado por 64% dos brasileiros, recorde histórico**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=725>. Acesso em: 3 out. 2008.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DRESCH, Márcia. **A voz que nos incomoda**: um estudo sobre o discurso do réu. 2007. 190 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

ÉPOCA. **Delúbio volta a dizer que responsabilidade dos empréstimos do PT é só dele**. 23 maio 2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74265-6014-518,00->

DELUBIO+VOLTA+A+DIZER+QUE+RESPONSABILIDADE+DOS+EMPRESTIMOS+DO+PT+E+SO+DELE.html>. Acesso em: 2 nov. 2009.

EURÍPIDES. **Íon**. 2 ed. Tradução do grego de Frederico Lourenço. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

FANTÁSTICO. **Pedro Bial pergunta a Lula o que o Brasil quer saber**. Rio de Janeiro, Rede Globo, 1 de janeiro de 2006. Programa de TV. Disponível em:
<<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM397500-7823-PEDRO+BIAL+PERGUNTA+A+LULA+O+QUE+O+BRASIL+QUE R+SABER,00.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico**: século XXI. Versão 3.0. [S.l.]: Lexikon Informática Ltda, 1999.

FOLHA (Folha de São Paulo). **Delúbio admite que caixa dois financiou campanha de Lula**. 19 ago. 2005. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71580.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2009a.

_____. **Conselho de Ética do PT decide expulsar ex-tesoureiro Delúbio Soares**. 22 out. 2005. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73409.shtml>>. Acesso em: 2 nov. 2009b.

_____. **Deputado diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R\$ 200 mil**. 13 maio 1997. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/pre_mer_voto_1.htm>. Acesso em: 2 out. 2010a.

_____. **Lula diz que “mensalão” foi “crise sem precedentes” na história do país**. 28 ago. 2006. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82123.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2010b.

_____. **Contei a Lula do “mensalão”, diz deputado**. 6 jun. 2005. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69403.shtml>>. Acesso em: 29 dez. 2010c.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. A História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Coraje y verdad. In: ABRAHAM, Tomás. **El último Foucault**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. Tecnologias de si. **Revista Verve** – Nu-Sol – Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, n. 6, 2004b. p. 321-360.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005a.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: _____. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2 ed. Organização e seleção dos textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 301-318.

_____. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: _____. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. 2 ed. Organização e seleção dos textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 294-300.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 18 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. **História da sexualidade:** o uso dos prazeres. 12 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

_____. **História da sexualidade:** o cuidado de si. 9 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007c.

_____. **Le gouvernement de soi et des autres:** Cours au Collège de France (1982-1983). Paris: Seuil/Gallimard, 2008.

_____. **Le gouvernement de soi et des autres II - Le Courage de la vérité:** Cours au Collège de France (1983-1984). Paris: Seuil/Gallimard, 2009.

GONZÁLEZ FISAC, Jesús. Decir verdadero y ontología en Platón. Un análisis desde Foucault. **Logos. Anales del seminário de metafísica**, Madrid, v. 40, p. 215-239, 2007.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras:** um estudo do discurso político britânico sobre a Índia (1942-1947). 1998. 203 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Campinas, São Paulo, 1998.

GROS, Frédéric (Org.). **Foucault:** a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

ISTOÉ. Arrasa quarteirão. São Paulo: Ed. Três, nº. 1862, 22 jun. 2005.

Disponível em:

<http://www.terra.com.br/istoe/1862/brasil/1862_arrasa_quarteirao.htm>. Acesso em: 8 out. 2009.

ISÓCRATES. **Discursos.** Tradução de J. M. Guzmán Hermida. Madrid: Ed. Gredos, 1979. 2 v.

KOTTMAN, Paul A. **A politics of the scene.** California: Stanford University Press, 2008.

LAURET, Bernard; REFOULÉ, François. **Iniciación a la práctica de la Teología.** Madrid: Ediciones Cristiandad, 1984.

LOPES DA SILVA, Fábio. **A vontade de saber sobre a corrupção: a metáfora do estado brasileiro como corpo doente**. 2007. 41 f. Trabalho monográfico. Florianópolis, 2007. Não publicado.

MANIFESTO de fundação do PT. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portallpt/documentos/documentos-historicos-32/pagina-1/>>. Acesso em: 31 out. 2010.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. Estado de direito político. **Revista Urutáguá**, Maringá, n. 6, abr.-jul. 2005.

MARTUSCELI, Danilo Enrico. **A crise do governo Collor e a tática do PT**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n.º. 1, p. 97-123, jun. 2007.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999.

OESP (O Estado de São Paulo). **O novo nome da crise**. São Paulo: Grupo Estado, 11 jun. 2005a.

_____. **Ou neurose ou má-fé**. São Paulo: Grupo Estado, 20 dez. 2005b.

_____. **Linha direta entre Lula e FHC evitou pedido de impeachment**. São Paulo: Grupo Estado, 31 ago. 2008.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66. [1982]

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Jaçanã. **Os limites da seriedade nos jogos de verdade**: uma genealogia do retórico em Foucault. 2010. 184 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **A república**. São Paulo: Publifolha, 2005.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SCARPAT, Giuseppe. **Parrhesia**: storie del termine et delle sue traduzioni in Latino. Brescia: Paidéia Editrice, 1964.

SEARLE, John Roger. **Os actos de fala**: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SENELLART, Michel. **As artes de governar**: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Programa Roda Viva**: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Tereza Cruvinel, Alexandre Machado, Lourival Sant'Anna, Cristiano Romero, Denise Rothenburg, Renata Lo Prete. Apresentador: Paulo Markun. São Paulo: TV Cultura, 2006. 1 DVD (85 min). Transcrição disponível em: <www.rodaviva.fapesp.br>. Acesso em: 7 abr. 2011.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1996. 2 v.

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. 2. ed. Tradução de J. B. Mello e Souza. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne**: o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si. **Linguagem em Discurso**, Tubarão - SC, v. 03, n. especial, p. 37-54, 2003.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. 4. ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VEJA. **O PT assombra o Planalto**. São Paulo: Ed. Abril, nº. 1909, 15 jun. 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/150605/p_052.html>. Acesso em: 8 out. 2009.

_____. **A compra de votos da reeleição**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/corruptao/reeleicao/caso.html>>. Acesso em: 2 out. 2010a.

_____. **A sombra de Lula**. São Paulo: Ed. Abril, nº. 2067, 2 jul. 2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/020708/entrevista.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2010b.

_____. **A maior crise de Lula**. São Paulo: Ed. Abril, nº. 1906, 25 mai. 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_044.html>. Acesso em: 29 dez. 2010c.

_____. **O homem-chave do PTB**. São Paulo: Ed. Abril, nº. 1905, 18 mai. 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180505/p_054.html>. Acesso em: 29 dez. 2010d.